



**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**  
**Estado de Minas Gerais**  
**SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA**



**SOLICITAÇÃO Nº:** 2477

**DATA:** 29/04/2020

**SOLICITANTE:** 508985 - LIVIA MARIA SILVA PEREIRA MAGALHAES

**CARGO:** OFICIAL DE ADMINISTRACAO II

**FUNÇÃO:**

**DESTINO:** CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, INCLUINDO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO MUNICIPAL - VAF, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.

**RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**FICHA:** 677 **DOTAÇÃO:** 01.11.05.04.122.0003.2098.3.3.90.39.00

**Fonte Recurso:** 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS

**Cód Aplicação:** 100.0100 - (RECORD) RECURSOS ORDINARIOS (PROPRIO)

**SERVIÇOS**

Item	Descrição	Fmt	U.E.	QtdeEmb	Qtde	Vir.Unil.	Total
0220.00002	- APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL - VAF.	SV		0	12	15.375,00 0000	184.500,00

Total Solicitação

**184.500,00**

**Solicitante:**

**Autorização:**

**Data:**

**Data:**

**Assinatura:**

**Assinatura:**

*Wander M. M. Ulhôa*  
Secretário de Governança  
Financeira e Orçamentária

*Wander M. M. Ulhôa*  
Secretário de Governança  
Financeira e Orçamentária

**Emitida por:** LIDIANI GOMES MARTINS DE CARVALHO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**



### **TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES**

#### **1. OBJETO:**

Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

O município de Coronel Fabriciano vem realizando sistematicamente auditoria da apuração do valor adicionado municipal, apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Na composição do IPM – Índice de Participação Municipal, o valor adicionado (VAF), por força do artigo 158 da Constituição Federal, tem um peso mínimo de 75%. Esse critério é o principal fator na composição do IPM, utilizado para definir a cota-parte do ICMS pertencente ao município. Apesar de ser uma fatia de um bolo dividido para 853 municípios mineiros, a cota-parte do ICMS figura dentre as três principais receitas de Coronel Fabriciano, dada sua relevância.

Desta forma, é de suma importância para o município realizar auditoria da apuração do valor adicionado municipal, que está a cargo do estado, objetivando garantir que o VAF apurado para o município não contenha omissões, inconsistências e erros. Somente nos últimos três anos de realização desta auditoria, o município realizou uma recuperação de 145 milhões em valor adicionado, o que representa R\$ 2.610.000,00 em cota-parte de ICMS que o município deixou de perder.

O uso de tecnologias, para processamentos de documentos fiscais eletrônicos, vem sendo a cada dia necessário para realização desta auditoria. A apuração do VAF, de forma independente pelo município, confrontando os resultados obtidos com aqueles realizados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF-MG, torna-se imprescindível. A aplicação destas tecnologias, com validação e cruzamentos de dados, é a única forma do município garantir sua correta participação na parte do ICMS pertencente aos municípios.

#### **3. CRITÉRIOS E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO:**

O software deverá conter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

##### **3.1. IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS:**

**3.1.1.** Importação do arquivo de ativos, disponibilizado em cada exercício pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF-MG;

**3.1.2.** Importação dos arquivos de RETORNO do VAF/DAMEF, também disponibilizado pela SEF-MG;



**3.1.3.** O banco de dados deverá ser estruturado visando o armazenamento consecutivo dos RETORNOS. Isto é, permitir a gravação sequencial dos arquivos de RETORNO do VAF/DAMEF, inclusive de exercícios anteriores ao ano da contratação;

**3.1.4.** Arquivos da escrituração fiscal digital- EFD ICMS-IPI, como previsto no ATO COTEPE/ICMS 44, de 07 de agosto de 2018, e suas alterações. Deverão ser importados todos os registros suficientes à execução da auditoria, conforme definido neste Termo.

### **3.2. CADASTROS**

#### **3.2.1. Manutenção de cadastro dos contribuintes:**

a) O sistema deverá permitir edição de campos cadastrais referente aos contribuintes constantes na tabela de ativos, objetivando a atualizações cadastrais do contador responsável, tais como: nome, e-mail, endereço, telefone. Os campos passíveis de alteração deverão ser aqueles estabelecidos pela Secretaria Municipal de fazenda.

b) O sistema deverá permitir associar status aos contribuintes, tais como: ativo, inativo e suspenso. Deverá permitir, para fins de controle do cadastro do VAF, inativar contribuintes que comprovadamente encerraram suas atividades, sem, entretanto, realizar baixa de sua inscrição estadual. Na listagem de contribuintes deverá ter uma indicação de seu status, qual seja: ativo, inativo, suspenso ou outro.

**3.2.2. Cadastro de usuários:** a ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários autorizados e permissões de acesso de cada um, de tal modo a:

- a) configurar um ou mais usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;
- b) O sistema deverá conter pelo menos três níveis hierárquicos de acesso, com perfil a ser estabelecido pelo município.

**3.2.3. Associação de contribuintes aos fiscais/auditores:** O sistema deverá ser capaz de vincular os contribuintes aos fiscais ou auditores tributários. Esta vinculação de contribuintes aos fiscais/auditores deverá ser feita em um módulo específico do sistema e realizada pelo usuário administrador. Um determinado fiscal/auditor, ao efetuar o login no sistema, deverá visualizar somente os contribuintes a ele associados.

### **3.3. CADASTRO DE NOTIFICAÇÕES**

Os textos das notificações contempladas no item 3.6 deverão ser definidos através de um módulo de cadastro de notificações. Este módulo deverá contemplar:

- a) Cadastro do texto da notificação
- b) Cadastro do assunto do e-mail
- c) Inserção do brasão municipal



- d) Cabeçalho com inserção de dados variáveis, tais como: nº do retorno utilizado, razão social, inscrição estadual, município, telefone, e-mail.
- e) Programação para inserção dos dados variáveis referentes à notificação
- f) Cadastramento de assinatura: o sistema deverá permitir que o fiscal/auditor tributário faça um cadastramento de sua identificação ("assinatura") e ao efetuar o login no sistema todas as notificações devem receber, automaticamente, a identificação daquele fiscal/auditor.

### 3.4. CADASTRO DO FORMULÁRIO DE RESPOSTA

O sistema deverá possuir um módulo para criação do formulário de resposta, utilizado pelo contador, para emitir sua resposta à uma determinada notificação. Este módulo deverá contemplar:

- a) Seleção da notificação à qual o formulário de resposta estará associado. Isto é, o sistema deverá dar a possibilidade de criar um formulário de resposta específico para cada tipo de notificação especificada no item 3.6.
- b) Todo formulário de resposta deverá conter, no mínimo, os seguintes campos e ou informações: **1)** Identificação do município; **2)** Identificação da notificação, conforme item 3.6; **3)** Identificação do contribuinte: inscrição estadual, razão social, CNPJ e regime de recolhimento; **4)** Caixa de Texto, mínimo de 1.000 caracteres; **5)** Campo para upload de arquivos e/ou documentos

### 3.5. FUNCIONALIDADES MÍNIMAS QUANTO AO PROCESSAMENTO DA EFD ICMS-IPÍ

**3.5.1.** O sistema deverá apresentar, a partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPÍ, todas as informações existentes no leiaute da Declaração de Movimento Econômico e Fiscal – DAMEF, que são utilizadas na apuração do valor adicionado fiscal. Isto é, deverá construir a DAMEF através dos dados extraídos da EFD ICMS-IPÍ, inclusive os itens do quadro EXCLUSÕES DO VAF que possuem informações na EFD ICMS-IPÍ. Essa DAMEF será intitulada de DAMEF MUNICÍPIO. Juntamente à DAMEF MUNICÍPIO o sistema deverá apresentar o resumo dos códigos fiscais de operação – CFOPs. Para cada CFOP obtido no processamento da EFD o sistema deverá listar todos os documentos fiscais eletrônicos escriturados sob aquele código.

**3.5.2.** O sistema deverá apresentar uma tela/relatório com cruzamento da DAMEF MUNICÍPIO com a DAMEF apresentada no arquivo de RETORNO da SEF-MG. Segue abaixo o cruzamento do quadro ENTRADAS-ESTADO:

ITENS	DAMEF SEF-MG			DAMEF MUNICÍPIO			DIFERENÇA		
	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS
Compras									
Transferência									

*[Assinatura]*





ITENS	DAMEF SEF-MG			DAMEF MUNICÍPIO			DIFERENÇA		
	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS
Devolução									
Energia Elétrica									
Comunicação									
Transporte									
Outras									
Subtotal									

**3.5.3.** Para as TRANSPORTADORAS que possuem os arquivos da EFD ICMS-IPI carregados na base de dados, o sistema deverá gerar também na DAMEF MUNICÍPIO a aba DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS. Os valores apresentados para cada município neste detalhamento deverão ser proporcionais ao total do VALOR CONTÁBIL dos fretes neles iniciados. Para isso deverá ser utilizado os campos Nº 24 e Nº 25 do registro D100 da EFD ICMS-IPI, referente a cada conhecimento de transporte eletrônico – CTE, emitido pela TRANSPORTADORA. A aba DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS deverá constar também no cruzamento da DAMEF MUNICÍPIO com aquela apresentada no arquivo de RETORNO da SEF-MG.

### **3.6. ENVIO DE NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS**

O sistema deverá gerar um conjunto de notificações eletrônicas, indicando possíveis inconsistências na DAMEF SEF-MG, e enviar para o e-mail do contador responsável, conforme cadastro de ATIVOS, bem como possibilitar impressão para protocolo "in loco". As notificações, quando enviadas eletronicamente, deverão aparecer no corpo do e-mail do contador responsável, e não como anexo.

No envio de qualquer notificação especificada neste item o sistema deverá permitir a escolha de qualquer quantidade de contribuintes a serem notificados, ou todos os contribuintes enquadrados na notificação. O sistema deverá garantir que o envio deve ser feito somente para contribuintes que se enquadrem dentro dos parâmetros de cada uma das notificações. O enquadramento do contribuinte nessas respectivas notificações deverá ser realizado automaticamente pelo sistema, segundo o conceito próprio de cada uma delas. O sistema deverá apresentar, no mínimo, as seguintes notificações:

**3.6.1.** Manual sintético da DAMEF, visando sua VALIDAÇÃO no SIARE por parte do Contador, conforme DECRETO Nº 47.861, de 10/02/2020, bem como apresentação do prazo para realização desta VALIDAÇÃO;



**3.6.2.** Carta para os contadores, existentes no arquivo de ativos disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, informando sobre os procedimentos do sistema de monitoramento da apuração do VAF, incluindo inclusive a lista de contribuintes que constam no CADASTRO DE ATIVOS sob sua responsabilidade, bem como informações de prazo para VALIDAÇÃO da DAMEF;

**3.6.3.** Carta de solicitação dos arquivos da ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD ICMS-IPI, para os contribuintes obrigados à essa escrituração digital;

**3.6.4.** Notificação aos contribuintes OMISSOS na VALIDAÇÃO da DAMEF, no caso das empresas do regime débito/crédito;

**3.6.5.** Notificação aos contribuintes com declarações que se encontram SEM MOVIMENTAÇÃO, caso existam. Nesta circunstância, para aqueles que tiveram os arquivos da EFD ICMS-IPI carregados no sistema, a notificação deverá apresentar dados de ENTRADAS e SAÍDAS, comprovando para o contribuinte que, pela EFD ICMS-IPI, ele possui movimentação econômica;

**3.6.6.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas nas ENTRADAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. A notificação deverá apresentar apenas os itens com divergências. A notificação deverá apresentar também o resumo de CFOPs para os itens divergentes.

**3.6.7.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas nas SAÍDAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. A notificação deverá apresentar apenas os itens com divergências. A notificação deverá apresentar também o resumo de CFOPs para os itens divergentes.

**3.6.8.** Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo AJUSTE DE TRANSFERÊNCIAS;

**3.6.9.** Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo TRANSPORTE TOMADO. A partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPI do contribuinte, o sistema deverá identificar todos os CTE's, com frente iniciado no município, emitidos por transportadoras não inscritas no estado. Deverá apurar o total destes fretes e cruzar com a informação inserida no campo transporte tomado da DAMEF SEF-MG. Na notificação ao contribuinte com inconsistência e/ou omissão no preenchimento deste campo deverá constar a listagem dos CTE's utilizados para o cálculo do valor a ser preenchido no campo transporte tomado.

**3.6.10.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, item Parcela de ICMS retido por substituição tributária, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**3.6.11.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, item Parcela IPI que não integre base de cálculo ICMS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.



**3.6.12.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, itens Ativo imobilizado, Material de consumo e OUTRAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**3.6.13.** Notificação aos contribuintes cuja classificação de atividade econômica - CNAE, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, for da Seção G - Divisões 45, 46 e 47, com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna SAÍDAS, item Energia/Comunicação, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**3.6.14.** Notificação aos contribuintes cuja classificação de atividade econômica - CNAE, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, for das Seções B e C, com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna SAÍDAS, item Energia/Comunicação, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**3.6.15.** Notificação, também eletrônica, às TRANSPORTADORAS do regime débito/crédito, sediadas em qualquer município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema deverá consolidar, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ, e cruzar com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMF. Todas as transportadoras que informaram em suas DAMEFs, quadro Detalhamento de Outras Entradas, valor inferior ao apurado pelo sistema, deverá ser notificada. Nesta notificação deverá ser enviado também todas as chaves dos CTE-s com frete iniciado no respectivo município.

**3.6.16.** Notificação, também eletrônica, às TRANSPORTADORAS optantes pelo Simples Nacional, sediadas em outro município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema deverá consolidar, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ, e cruzar com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMF. Todas as transportadoras que informaram em suas DEFIS valor inferior ao apurado pelo sistema, deverá ser notificada. Nesta notificação deverá ser enviado também todas as chaves dos CTE-s com frete iniciado no respectivo município.

### **3.7. GESTÃO DE RESPOSTAS**

O sistema deverá possuir um módulo para gerir as respostas enviadas pelos contadores às notificações expedidas. Esse módulo deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

**3.7.1.** Permitir ao contador, a partir de uma notificação recebida, registrar sua resposta em um formulário próprio do sistema;



- 3.7.2.** O formulário de resposta deverá permitir a realização de uploads de arquivos;
- 3.7.3.** O formulário deverá possuir um caixa de texto para inserção da resposta;
- 3.7.4.** A análise da resposta enviada pelo contador deverá ser visualizada no módulo de gestão de resposta do usuário (fiscal/auditor). Na lista de contribuintes notificados, o sistema deverá indicar aqueles que já apresentaram resposta como "RESPONDIDO" e aqueles que não apresentaram resposta como "NÃO RESPONDIDO".
- 3.7.5.** O sistema deverá proporcionar ao usuário (fiscal/auditor) o envio de uma contra resposta ou dar baixa no sistema da questão relativa àquele contribuinte.
- 3.7.6.** Após acessar um contribuinte que enviou uma resposta, a tela do módulo deverá, além da resposta enviada e/ou arquivos anexados, apresentar:
- Data e hora do envio da notificação;
  - Número do protocolo gerado para o contador;
  - Visualização e/ou impressão da notificação enviada;
  - Possibilidade de atualização do e-mail do contador e reenvio da notificação;
  - Possibilidade de registrar no sistema a resposta do contador enviado por outros meios, como e-mail e protocolo geral da prefeitura (resposta em papel);
  - Possibilidade de, ao enviar uma contra resposta para um contribuinte, anexar arquivos.

### **3.8. EMISSÃO DE RELATÓRIOS**

O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:

- 3.8.1.** Relatório cadastral dos contribuintes;
- 3.8.2.** Listagem simplificada dos contribuintes ativos;
- 3.8.3.** Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município;
- 3.8.4.** Listagem de contribuintes apresentando VAF atual, VAF anterior, diferença absoluta e relativa. O sistema deverá permitir escolha de qualquer retorno do exercício para geração desse relatório.
- 3.8.5.** Evolução do VAF total ao longo dos vários retornos do exercício. Tabela e gráfico. Apresentação nesse relatório do VAF total apurado do ano anterior, bem como do índice obtido naquele ano. Inclusão de todos os retornos lidos no exercício;
- 3.8.6.** Listagem de contribuintes notificados contendo tipo de notificação, data, hora e usuário;
- 3.8.7.** Notificações expedidas, contendo remetente, destinatário, data, hora e usuário responsável pelo envio;
- 3.8.8.** Listagem dos créditos externos recebidos, apresentado comparativo com o ano anterior para aqueles coincidentes. O sistema deverá permitir escolha de qualquer retorno do exercício para geração desse relatório;



**3.8.9.** Quantitativos de contribuintes por regime de tributação, apresentando para cada regime o VAF TOTAL apurado;

**3.8.10.** Relatório e/ou tela contendo Informações completas utilizadas na apuração dos contribuintes do Simples Nacional

**3.8.11.** Relatório e/ou tela contendo Informações completas utilizadas na apuração dos contribuintes do SIMEI

**3.8.12.** Relatório e/ou tela contendo cruzamento das DAMEFs apresentadas em um determinado arquivo de retorno com aquelas apresentadas em outro arquivo de retorno, inclusive a exercícios anteriores ao logado no sistema. Isto é, realizar um cruzamento de DAMEF x DAMEF.

**3.8.13.** Relatório das respostas recebidas por contribuinte, data e tipo de notificação.

#### **4. PLATAFORMA**

A solução tecnológica para apuração do VAF deverá funcionar em data center de alta disponibilidade, com balanceamento de carga e contingência operacional, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos).

O software aqui especificado deverá ser 100% WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado, fornecendo armazenamento de dados em tecnologia de datawarehouse.

O sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.

#### **5. SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO**

A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

A empresa contratada deverá também disponibilizar canais de comunicação (e-mail, telefone, Skype, etc.) para prestar suporte técnico aos servidores municipais, usuário do sistema, objetivando a resolução de problemas técnicos que porventura ocorram com o sistema. Respostas a esses chamados deverão ser dadas em no máximo 12 horas, inclusive com visita de técnicos da empresa "in loco", caso seja necessário.



## **6. TESTE DE CONFORMIDADE**

A licitante vencedora deverá apresentar no dia seguinte ao da realização do certame, o software disponibilizado para realização do monitoramento e auditoria da apuração do VAF municipal.

A avaliação acerca da exatidão, cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências no Termo de Referência acontecerá durante a realização de Teste de conformidade do software, devendo apresentar os seguintes quesitos:

**6.1.** Os requisitos técnicos do software demonstrados pelo licitante no Teste de Conformidade serão avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), criada exclusivamente para esta finalidade, cujos membros serão escolhidos livremente e designados pela ADMINISTRAÇÃO.

**6.2.** O Teste de conformidade do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação, conforme item 4.1 deste Termo.

**6.3.** Os demais licitantes serão formalmente comunicados do local, data e hora designados, a fim de indicarem, se assim o desejarem e até o prazo estabelecido na comunicação, o seu representante que participará do Teste de Conformidade.

**6.4.** Apenas os membros da Comissão técnica de Avaliação poderão fazer perguntas ou solicitar esclarecimentos ao representante do licitante enquanto o mesmo estiver demonstrando o requisito.

**6.5.** Após o encerramento da seção de avaliação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para o os demais licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração feita pelo licitante vencedor, desde que manifeste a intenção neste sentido ao final da seção.

**6.6.** Havendo a intenção de apresentação de recurso por parte de algum licitante a Comissão deliberará à conformidade ou não do sistema demonstrado, após o encerramento do prazo previsto no item anterior, em até 02 (dois) dias úteis.

**6.7.** Não havendo a intenção de nenhum licitante em apresentar recurso, ou não havendo representante de nenhum outro licitante na seção, a Comissão poderá deliberar imediatamente após o encerramento dos trabalhos ou no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

**6.8.** No caso de desclassificação será concedido o prazo de 02 (dois) para o licitante desclassificado apresentar recurso contra a decisão da CTA.

**6.9.** A Comissão Técnica de Avaliação deverá julgar o recurso do licitante no prazo de 02 (dois) dias.

**6.10.** Mantida a desclassificação do licitante, o Pregoeiro convocará a 2ª melhor oferta proposta, sendo aplicável todas as disposições na busca da proposta mais vantajosa.

**6.11.** No caso de classificação do licitante, o Pregoeiro ou a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação.

Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelos licitantes presentes, ressaltando-se



que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

## **7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considerando que apuração do valor adicionado fiscal é realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com a finalidade de estabelecer o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS;

Considerando que o índice do valor adicionado, conforme Lei Estadual nº 18.030/2009, possui peso de 75% na composição do índice de participação;

Considerando que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º, § 5º, estabelece que os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos;

O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:

a) Importação de arquivos:

- 1) Arquivo de ATIVOS
- 2) Arquivo de RETORNO DO VAF
- 3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI

b) Funcionalidades:

- 1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema;
- 2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI;
- 3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI;
- 4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI;
- 5) Envio de notificações eletrônicas;
- 6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas.

## **8. AVALIAÇÃO DE CUSTO:**

Atendendo à legislação pertinente, o Setor de Compras, procedeu a consulta de mercado para verificação dos preços e estimativa de custos.



Foi realizada cotação de preços do objeto da presente licitação por pesquisa de preços dos itens no mercado, tendo como valor estimado **R\$ 184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais)**.

**9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A despesa decorrente desta licitação correrá pela seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

**01.11.05.04.122.0003.2098.3.3.90.39.00 – Fonte 100.100 – Ficha 677.**

**10. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA LICITANTE VENCEDORA:**

**10. Caberá ao Município:**

- 10.1. Efetuar os pagamentos nos termos estipulados neste Edital;
- 10.2. Orientar, fiscalizar e determinar à Licitante Vencedora os serviços que deverão ser executados.
- 10.3. O Município colocará à disposição da Licitante Vencedora, toda a informação e documentação técnica existente no acervo da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, necessária para elaboração dos trabalhos.
- 10.4. Fornecerá no mínimo 01 (um) servidor para acompanhar todo o processo de implantação, bem como fazer a interlocução com todas as áreas envolvidas no processo.
- 10.5. Em caso de implantação de sistemas em unidades administrativas externas ao edifício sede da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, a contratante fornecerá o transporte até os locais da execução dos serviços.

**11. Caberá à Licitante Vencedora:**

- 11.1. Dispor dos profissionais necessários para a execução dos serviços, que será acompanhada de pelo menos um servidor da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano.
- 11.2. Apresentar relatório, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida.
  - 11.2.1. A implantação será considerada concluída, somente após a entrega do relatório individual, devendo estar devidamente homologado pelos responsáveis dos respectivos setores. A partir do 30º(trigésimo) dia após a homologação do relatório, a contratada fará jus ao recebimento mensal dos valores de manutenção.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**



11.3. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, bem como orientações técnicas e recomendações visando o bom desenvolvimento das atividades no decorrer da execução do contrato.

11.4. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastante para representá-la perante a fiscalização da Secretaria de Governança Financeira e Orçamento;

11.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

11.6. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo Município de Coronel Fabriciano.

11.7. Prover suporte remoto aos sistemas contratados, para fins corretivos e atendimento a dúvidas operacionais.

11.8. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a Administração municipal no decorrer da execução dos serviços.

11.9. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, devendo este relatório ser homologado, em meio físico, devidamente encadernado e em meio digital, bem como orientações técnicas e recomendações quanto às ocorrências detectadas no controle e ajustes necessários.

11.10. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por pelo profissional designado para a gestão do projeto.

11.11. Assumirá a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

11.12. Deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo Município de Coronel Fabriciano.

11.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando executando os serviços ou em



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**



conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Licitante Vencedora;

11.14. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

11.15. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Edital.

11.16. A inadimplência da Licitante Vencedora, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Licitante Vencedora.

Coronel Fabriciano, 03 de Junho de 2020.

WANDER MARCONDES MOREIRA ULHOA  
SECRETÁRIO DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**

Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vitti, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel Fabriciano / MG



**ORÇAMENTO**

**OBJETO:** Cessão de direito de uso de Software, 100% acessível via Web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Apuração do VAF do Município e Cessão de Direito de Uso de Software, 100% acessível via web, incluindo Treinamento e Suporte Técnico, para Realização da Gestão, Monitoramento e Auditoria da Apuração do Valor Adicionado Fiscal Municipal – VAF, por um período de 12 meses.	MESES	12	RS 15.000,00	RS 180.000,00

Preço total por extenso: Cento e oitenta mil reais

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Nome da Empresa: Argus Tecnologia da Informação

Data: 12/05/2020

  
Marco Aurélio Barroso Cordeiro  
Sócio Administrador

**21.822.225/0001-01**

**ARGUS TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO LTDA**

**AVENIDA DO CONTORNO 2905 SALA 406  
SANTA EFIGÊNCIA CEP 30.110-915  
BELO HORIZONTE/MG**

13/05/2020

Locamail :: Re: Solicitação de Cotação



Assunto: **Re: Solicitação de Cotação**  
De: Marco Cordeiro <marco.ab.cordeiro@gmail.com>  
Para: <comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br>  
Data: 12/05/2020 21:03

- ORÇAMENTO VAF.pdf (~527 KB)

Atenção Marcos Célio Pires Freitas

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Setor de Compras - Orçamento

Conforme sua solicitação, envio cotação em anexo.

Atenciosamente,

Marco Aurélio Cordeiro

Argus Tecnologia da Informação

Em sex., 8 de mai. de 2020 às 09:49, <[comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br](mailto:comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br)> escreveu:

Prezados, bom dia!

Segue em anexo a Solicitação de cotação de alguns serviços.

Gentileza preenchê-la e retornar o mais breve possível.

Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente;

Marcos Célio Pires Freitas

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Setor de Compras - Orçamento

Prédio Sucupira





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel Fabriciano/ MG



### ORÇAMENTO

**OBJETO:** Cessão de direito de uso de Software, 100% acessível via Web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF, por um período de 12 (doze) meses.

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Apuração do VAF do Município e Cessão de Direito de Uso de Software, 100% acessível via web, incluindo Treinamento e Suporte Técnico, para Realização da Gestão, Monitoramento e Auditoria da Apuração do Valor Adicionado Fiscal Municipal – VAF, por um período de 12 meses.	MESES	12	R\$ 13.500,00	R\$ 162.000,00

**Validade da proposta:** 120 (cento e vinte) dias

**Razão Social:** Sigma Tecnologia e Assessoria Eireli.

**CNPJ:** 14.599.453/0001-90

**Endereço:** Rua Professor Coelho Junior, 45 – Sl. 202 – Planalto – Belo Horizonte/MG

**Fone/Fax:** (31) 3565-7574 | (31) 3565-8386

**E-mail:** licitacao@sigmavaf.com.br

Belo Horizonte, 08 de maio de 2020.

**Reginaldo Wermerson Alves**

Diretor Comercial

(31)98449-3908

reginaldo@sigmavaf.com.br

**14.599.453/0001-90**

Sigma Tecnologia e Assessoria EIRELI-ME

R. Professor Coelho Junior Nº 45-Sala 202

Bairro Planalto Cep: 31.720-160

**Belo Horizonte - MG**

Assunto: **Re: Fwd: Solicitação de Cotação**  
De: Reginaldo Alves <reginaldo@sigmavaf.com.br>  
Para: <comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br>  
Data: 08/05/2020 16:16



- ORÇAMENTO VAF Sigma Tecnologia.pdf (~301 KB)

Prezado Marcos,

Conforme solicitado segue em anexo orçamento para realização dos serviços requeridos.

Em nossa website ([www.sigmavaf.com.br](http://www.sigmavaf.com.br)) tem um detalhamento do nosso sistema SIGMAVAF, bem como dos resultados alcançados pelos nossos clientes.

Colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---



**Reginaldo Wermerson Alves**  
Estatístico e Analista em Receitas Públicas  
(31) 3565-7574 | (31) 3565-8386  
(31) 98449-3908  
[reginaldo@sigmavaf.com.br](mailto:reginaldo@sigmavaf.com.br)

[www.sigmavaf.com.br](http://www.sigmavaf.com.br)

----- Mensagem original -----

**Assunto::**Solicitação de Cotação  
**Data:**08/05/2020 09:44  
**De:**comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br  
**Para::**sigma@sigmavaf.com.br

Prezados, bom dia!

Segue em anexo a Solicitação de cotação de alguns serviços.

Com certeza preenche-la e retornar o mais breve possível.



Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

--

Atenciosamente;

Marcos Célio Pires Freitas

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Setor de Compras - Orçamento

Prédio Sucupira

(31) 3846-7061



Barueri - SP, 08 de maio de 2020.

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO - MG.


- Proposta Comercial n.º 001198

**OBJETO: CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSIVEL VIA WEB, INCLUINDO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Apuração do VAF do Município e Cessão de Direito de Uso de Software, 100% acessível via web, incluindo Treinamento e Suporte Técnico, para Realização da Gestão, Monitoramento e Auditoria da Apuração do Valor Adicionado Fiscal Municipal - VAF, por um período de 12 meses.	MESES	12	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias contados da data da emissão desta proposta comercial.

Cordialmente,

  
SIGCORP Tecnologia da Informação Ltda.  
Douglas Severo  
Diretor

07.876.589/0001-35  
SIGCORP  
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.  
Av. Cauari, 293 - 5ª Andar - CJ. 308  
Alphaville Empresarial - CEP: 06454-043  
BARUERI - SP

②



Assunto: **Solicitação de Cotação**  
De: Comercial Sigcorp <comercial@sigcorp.com.br>  
Para: comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br <comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br>  
Cc: Jéssica Cunha <jessica@sigcorp.com.br>  
Data: 08/05/2020 14:28



- PM Coronei Fabriciano\_MG.pdf (~535 KB)

Prezado Sr. Marcos,

Boa tarde!

Segue nossa proposta para apreciação.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

**Eliane Neri**  
**Gerente Administrativa**

☎ (11) 4153-2945

📞 (11) 94541-2914

✉ eliane@sigcorp.com.br

**SIGCORP**  
Soluções para Gestão Pública



De: comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br <comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 8 de maio de 2020 09:46

Para: Comercial Sigcorp <comercial@sigcorp.com.br>

Assunto: Solicitação de Cotação



Prezados, bom dia!

Segue em anexo a Solicitação de cotação de alguns serviços.

Gentileza preenchê-la e retornar o mais breve possível.

Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

--

Atenciosamente;

Marcos Célio Pires Freitas

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Setor de Compras - Orçamento

Prédio Sucupira

(31) 3846-7061





Belo Horizonte, 11 de Maio 2020.


**A**  
**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**  
**Sr. Marcos Célio Pires Freitas**  
**Setor de Compras**

Prezado Senhor,

Conforme solicitação segue proposta para a prestação de serviços para Cessão de direito de uso de Software, 100% acessível via Web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do Valor Adicionado Fiscal – VAF:

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Apuração do VAF do Município e Cessão de Direito de Uso de Software, 100% acessível via web, incluindo Treinamento e Suporte Técnico, para Realização da Gestão, Monitoramento e Auditoria da Apuração do Valor Adicionado Fiscal Municipal – VAF, por um período de 12 meses.	MESES	12	R\$15.000,00	R\$180.000,00

**Validade da proposta: 60 (sessenta) dias**

  
**C&M Assessoria e Informática Ltda**  
**Cleber Rodrigues dos Santos**  
**Diretor de Produtos e Serviços**  
[cleber@cmitecnologia.com.br](mailto:cleber@cmitecnologia.com.br)

Assunto: **RES: Solicitação de Cotação**  
De: Iete Rodrigues <iete@cmitecnologia.com.br>  
Para: <comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br>  
Cc: cleber <cleber@cmitecnologia.com.br>  
Data: 11/05/2020 10:34



- Proposta VAF.pdf (~131 KB)

Bom dia, Sr. Marcos.

Segue proposta.

**CONFIRMAR O RECEBIMENTO.**

Att,

Iete Lima Rodrigues  
Diretora administrativa e Financeira  
Tel.: 31 3224-1180



**De:** comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br [mailto:comprasorcamento@fabriciano.mg.gov.br]

**Enviada em:** sexta-feira, 8 de maio de 2020 09:48

**Para:** administrativo@cmitecnologia.com.br

**Assunto:** Solicitação de Cotação

Prezados, bom dia!

Segue em anexo a Solicitação de cotação de alguns serviços.



Coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

the way

**Marcos Célio Pires Freitas**

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Setor de Compras - Orçamento

Prédio Sucupira

(31) 3846-7061

☺ Livre de virus. [www.avast.com](http://www.avast.com).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**Sector de Licitações**



**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marcos Célio Pires Freitas**, portador do CPF N° 089.541.426-05, declaro ter realizado coletas de preços, conforme a solicitação para abertura de processo de compra visando a AQUISIÇÃO DE APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSIVEL VIA WEB, INCLUINDO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL – VAF, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

As coletas são das seguintes empresas:

- ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – CNPJ: 21.822.225/0001-01;
- C&M ASSESSORIA E INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 71.088.504/0001-53;
- SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA EIRELI. – CNPJ: 14.599.453/0001-90
- SIGCORP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – CNPJ: 07.876.589/0001-35

Coronel Fabriciano, 13 de Maio de 2020

Marcos Célio Pires Freitas

Marcos Célio Pires Freitas  
CPF 089.541.426-05

Ⓢ



**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Relação de Processos de Compra**



Processo de Compra: 256

Data: 1 jun 2020

Solicitação	Requisição	Unid. Almox.	Solicitante	Lotação
2477			LIVIA MARIA SILVA PEREIRA MAGALHAES	GERENCIA TRIBUTARIA

Tipo: SERVICOS

Item	Descrição	FMT	EMB	U / E	Quantidade
1	APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GETÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL- VAF.		SV	0,000	12,000



# Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano Pág.

Estado de Minas Gerais

Quadro Comparativo de Prévias - Todos Fornecedores



Processo de Compras: 256/2020

Data: 22/06/2020

Finalidade: COMPRAS E SERVICOS

Modalidade: 99-MODALIDADE A SER DEFINIDA

Observação:

Item	Descrição	Emb.	Qtde.	Média	Total
1	APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GETÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL- VAF.	SV	12,00	15375	184.500,00
Prévia	Fornecedor	Marca	Valor		
1	ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.		15.000,00		
2	SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA		13.500,00		
3	SIGCORP - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.		18.000,00		
4	C&M ASSESSORIA E INFORMÁTICA LTDA.		15.000,00		

Totalização Média: 184.500,00

Totalização de cotações prévias			
Documento	Fornecedor	Qtde Itens Cotados	Valor Total
	SIGMA TECNOLOGIA E ASSESSORIA	1	162.000,00
	ARGUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	1	180.000,00
	C&M ASSESSORIA E INFORMÁTICA LTDA.	1	180.000,00
	SIGCORP - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	1	216.000,00





**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Nota de Reserva de Dotação**



**Data:** 22-06-2020

**Ficha:**

**Fonte:** 100 - Recursos Ordinários

**Reserva:** 419

**Historico:** RESERVA REFERENTE AO PROCESSO DE COMPRA Nº 256

**Classificação**

**Dotação:**

**ã:** 01 - PREFEITURA MUNICIPAL

**Unidade Orçamentária:** 11 - SECRETARIA DE GOVERNANCA FINANCEIRA E ORCAMENTARIA

**Unidade de Despesa:** 05 - GERENCIA TRIBUTARIA

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

**Programa de trabalho:** 04.122.0003.2098

**Valor:** 93.625,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82



## CERTIDÃO CERTIFICA EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Art. 14 – 8.666/1993 e Art. 60 da Lei 4.320/1964)

Processo de Compra nº 256/2020

Solicitação para Abertura de Processo de Compra nº 2477/2020

Reserva nº 419 - R\$ 93.625,00 – Valor para acobertar as despesas no período de julho a dezembro.

A Assessoria de Orçamentos da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG, consoante com a **Solicitação para Abertura de Processo de Compra nº 2477/2020**

recebida e disposições legais, especialmente do Art. 14 da Lei 8.666/93 e Art. 60 da Lei 4.320/64, CERTIFICO para os devidos fins de prova, declara que a despesa:

Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários.

Encontra-se devidamente inclusa no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano/MG para o exercício financeiro de 2020, abaixo especificado:

Exercício Financeiro de 2019		
Ficha	Dotação Orçamentária	Fonte de Recurso
677	01.11.05.04.122.0003.2098.3.3.90.39.00	100

A(s) despesa(s) contabilizada(s) na(s) dotação(ões) informada(s) acima, cujo(s) saldo(s) é(são) suficiente(s) para garantir seu empenho no exercício, até o limite da Reserva Orçamentária.

Por ser verdade, firmo a presente

Coronel Fabriciano/MG, 22 de junho de 2020.

Gérico Mayrink Caetano Campos  
Assessor de Orçamentos

Gérico Mayrink C. Campos  
ASSESSOR DE ORÇAMENTO  
MATR.: 678.608



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82



## PARECER TÉCNICO

### DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA

#### DESNECESSIDADE DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Artigos 15 e 16 – Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)

Atendendo à **Solicitação para Abertura de Processo de Compra n. 2477/2020**, Sr. **Ricardo Cacau de Melo** que certifica sobre a existência de recursos orçamentários e a exigência do documento de impacto financeiro conforme determina a Lei Complementar nº. 101/2000, para ocorrer às despesas para Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários, ao valor global estimado de R\$ 184.500,00 (cento e oitenta quatro mil e quinhentos reais), sendo feita reserva orçamentária no valor de R\$ 93.625,00 (noventa e três mil seiscentos e vinte e cinco reais, para acobertar as despesas no período de Julho a Dezembro de 2020. Recursos: Ordinários, devidamente previstos no orçamento do município conforme certidão emitida por esta Assessoria Orçamentária anteriormente.

Portanto, por se tratar de despesa devidamente prevista na Lei Orçamentária<sup>1</sup> e não gerando compromisso financeiro para os exercícios seguintes, está dispensada a elaboração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, como passaremos a justificar.

Devemos deixar claro que a correta interpretação do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput – *in verbis*:

*“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:*

*I – estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;*

*II – declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação Orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”*

Isso significa que a ação governamental regularmente prevista na lei orçamentária anual, a assunção de obrigação contratual proveniente da prestação de serviços,

Praça Dr. Louis Ensich, n.º 64 – Centro – CEP 35.170-033 – Fone: (31) 3846-7000  
Endereço eletrônico: [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br)

<sup>1</sup> Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) – 8ª Edição – STN

*Gerico Mayrink C. Campos*  
ASSESSOR DE ORÇAMENTO  
MATR.: 579.627



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 19.875.046/0001-82**

como no caso em tela, dispõe de dotação suficiente para cobrir os gastos e possui adequação com a LDO e o PPA.

Portanto o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se às despesas não previstas no orçamento, ou insuficientemente dotadas, que necessitam da abertura de créditos adicionais para serem regularmente cumpridas, bem como às ações governamentais que geram gastos para os exercícios financeiros seguintes ao de sua criação, nestes casos deverá ser elaborado o impacto orçamentário-financeiro. O art. 17 da LRF define a despesa de caráter continuado como a despesa corrente que, por lei, medida provisória ou ato administrativo, é exercitada por um período superior a dois exercícios.

Nestes casos, há necessidade da elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstração da origem dos recursos para o seu custeio.

Estamos atestando a previsão orçamentária suficiente para assumir as obrigações ora contratadas, não há aumento de despesas, o que exclui a exigência do art. 16 da Lei complementar nº 101/2000.

É o nosso parecer. S.M.J.

**Coronel Fabriciano/MG, 22 de Junho de 2020.**

**Gérico Mayrink Caetano Campos**  
Assessor de Orçamentos

**Gérico Mayrink C. Campos**  
Assessor de Orçamento  
Matr.: 678.698

# CERTIFICADO

Solução em Gestão Pública Ltda., pessoa jurídica de Direito privado, com sede na Av. Brasil, nº 430, bairro Iguaçu, Ipatinga, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.472.771/0001-35, certifica-se que

**SOLUÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.**  
**CRISTINA FERREIRA SA**  
**CONTRATADA**  
**ADMINISTRATIVOS**, com ênfase em Pregão e Registro de Preços, ministrado nos dias 24 e 25 de abril de 2014, com carga horária de 14 horas, tendo obtido conceito favorável e considerada apta a desempenhar as funções de Pregoeira em licitações públicas.



Ipatinga, 25 de abril de 2014

Reinaldo Cândido Teixeira  
Diretor

## **PROGRAMA DO CURSO:**

- 1- PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES DA LEI DE LICITAÇÃO BRASILEIRA
  - OBJETIVOS DA LICITAÇÃO, PRINCÍPIOS GERAIS, PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS
- 2- AS NORMAS GERAIS
  - COMPETÊNCIA, SIGNIFICAÇÃO, CONCEITO, AS COMPRAS, OBRAS, SERVIÇOS E AS ALIENAÇÕES
- 3- O PAPEL DAS COMISSÕES DE LICITAÇÕES
- 4- MODALIDADES DE LICITAÇÃO
  - CONVITE, CONCURSO, LEILÃO, TOMADA DE PREÇOS, CONCORRÊNCIA, PREGÃO
- 5- TIPOS DE LICITAÇÕES
  - MENOR PREÇO, TÉCNICA E PREÇO, MELHOR TÉCNICA, MAIOR LANCE OU OFERTA
- 6- O EDITAL
  - CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS, IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 7- FASES DA LICITAÇÃO
  - ABERTURA DA LICITAÇÃO, HABILITAÇÃO, VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO
- 8- OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
- 9- DISPENSA DE LICITAÇÃO
- 10- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- 11- OS CONTRATOS PÚBLICOS – AS DIFERENÇAS DO CONTRATO PRIVADO
- 12- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 13- A MODALIDADE PREGÃO
- 14- O PAPEL DO PREGOEIRO E DOS MEMBROS DO GRUPO DE APOIO
- 15- O PROJETO BÁSICO E O TERMO DE REFERÊNCIA
- 16- FASES DA LICITAÇÃO NO PREGÃO
- 17- AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA LICITAÇÃO (LC Nº 123/06)
- 18- OUTROS ASPECTOS IMPORTANTES E PONTOS POLÊMICOS
- 18- REVISÃO
- 19- EXERCÍCIO PRÁTICO DE SIMULAÇÃO – PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS
- 20- EXAME DE CERTIFICAÇÃO
- 21- AVALIAÇÃO DO CURSO





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**



**PORTARIA 1568, DE 23 DE ABRIL DE 2020**

O Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a partir da data supracitada, Pregoeiros e membros da equipe de apoio para julgar e conduzir os processos licitatórios na modalidade Pregão da Administração Municipal, conforme a seguir desritos:

#### **I – PREGOEIROS:**

- a) José Pereira, matrícula 573.570;
- b) Bruna Costa Silva Duarte, matrícula 701.213;
- c) Paulo Valadares da Silva, matrícula 146.025;
- d) Ahirton Vitória dos Reis Filho, matrícula 173.604;
- e) Patrícia Cristina Ferreira Sá, matrícula 573.703;
- f) Rafael Otávio Batista de Sousa, matrícula 573.739;

#### **II – EQUIPE DE APOIO:**

- a) José Pereira, matrícula 573.570;
- b) Paulo Valadares da Silva, matrícula 146.025;
- c) Bruna Costa Silva Duarte, matrícula 701.213;
- d) Ahirton Vitória dos Reis Filho, matrícula 173.604;
- e) Ana Maria Arantes, matrícula 109.207;
- f) Luis Fernando Lana Pena, matrícula 173.320;
- g) Polliane Pereira Tomaz Silva, matrícula 144.363;
- h) Nathania Rodrigues Lino Oliveira, matrícula 703.012;
- i) Rafael Otávio Batista de Sousa, matrícula 573.739;
- j) José Cláudio Madureira Lage, matrícula 173.134;
- l) Patrícia Cristina Ferreira Sá, matrícula 573.703.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 0734, de 23 de maio de 2018.

Coronel Fabriciano, 23 de abril de 2020.

  
**Marcos Vinícius da Silva Bizarro**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



## Autuação

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de 2020 nesta repartição, autuei e numerei os documentos que instruem o Processo de Compra n.º 256/2020, referente ao Pregão Presencial n.º 029/2020 cujo objeto é Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

  
**PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ**  
**Pregoeira**





**PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2020**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**PROCESSO DE COMPRA N.º: 256/2020**

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: \_\_/\_\_/2020 às \_\_h\_\_min**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.**

**PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 19.875.046/0001-82, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**, e através da Pregoeira **Patrícia Cristina Ferreira Sá**, levam ao conhecimento dos interessados que, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo **menor preço por item**, para **Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.**

O Procedimento Licitatório obedecerá as disposições finais da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, e da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal n.º 1.809 de 15 de julho de 2003 e Lei Complementar n.º 123/2006, com as respectivas alterações posteriores, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Municipal n.º 3.921, de 18 de junho de 2014 e o Decreto Municipal n.º 5.168/2015.

O Credenciamento e os envelopes contendo PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão recebidos na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada na **Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel Fabriciano/MG**, na data do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020, às \_\_h\_\_min.

**1 – OBJETO E AVALIAÇÃO DE CUSTO**

A presente licitação tem como objeto Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários, conforme termo de referência, ANEXO I deste edital.

Atendendo a legislação pertinente, a Secretaria de Governança Financeira Orçamentária, procedeu à consulta de mercado para verificação dos preços e estimativa de custos.

Foi realizada cotação de preços do objeto da presente licitação por pesquisa de preços dos itens no mercado, em 04 (quatro) fornecedores, tendo como valor estimado R\$ 184.500,00 (Cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

**2 – DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**2.1. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO**

2.1.1. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de Condições do Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, por escrito até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

**2.2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



2.2.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a Comissão do Pregão dentro do prazo estipulado no Decreto Federal nº 3.555/00.

2.2.2. Caberá ao (à) Pregoeira (a) decidir sobre a petição interposta.

2.2.2.1. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, caso a decisão sobre a petição não seja protocolada antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação".

2.2.3. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG o enviadas para o e-mail [licitação@fabriciano.mg.gov.br](mailto:licitação@fabriciano.mg.gov.br). Os esclarecimentos e impugnações protocolados e/ou enviados para outros setores não serão reconhecidos pela Comissão do Pregão.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão, somente pessoas jurídicas que:

2.1.1. detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.1.2. atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

2.1.3. comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no item documentação.

**2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de:**

2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.2. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

2.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

2.2.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

**2.3. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante:**

a) retardatária, a não ser como ouvinte;

b) que não apresentar a declaração de habilitação.

## **3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1. No local indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao (à):

3.1.1. O Credenciamento do representante legal da empresa junto ao (à) Pregoeira (a) precederá ao ato de entrega dos envelopes contendo propostas de preços e documentos de habilitação;

3.1.2. Considera-se como representante legal da licitante interessada em participar deste Pregão, qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante apresentação do documento credencial:

3.1.2.1. **Entende-se por documento credencial no caso de representante legal:**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



a) Registro Comercial no caso de empresa individual, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual no caso de MEI ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Procuração ou Carta de Preposto, documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão;

b.1). O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão;

b.2) E a DECLARAÇÃO de que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes da condição deste edital, conforme **MODELO I** do mesmo.

**c) No caso de proprietário da empresa, o mesmo deverá apresentar:**

c.1). Registro Comercial no caso de empresa individual, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual no caso de MEI ou Estatuto/Contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

c.2). Documento de identificação com foto.

c.3) E a DECLARAÇÃO de que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes da condição deste edital, conforme **MODELO I** do mesmo.

3.1.2.2. No caso de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, para efeitos da LC 123/2006, LC 147/2014 ou Lei Municipal nº 3.921/2014. A mesma deverá apresentar **DECLARAÇÃO constante do MODELO V** deste edital;

3.1.2.3. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei complementar nº.123/06, Lei Complementar nº.147/2014 e Lei Municipal nº 3.921/2014, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei 8.666/93.

**Observação: Os documentos solicitados acima deverão ser apresentados fora dos envelopes proposta de preço e habilitação, onde os mesmos poderão vir autenticados ou deverão vir acompanhados dos originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou equipe de apoio.**

3.2. Cada representante credenciado poderá representar e entregar apenas os envelopes de documentação e proposta da empresa que representa.

3.3. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

#### **4 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

4.1. Até o dia, horário e local fixado no preâmbulo deste Edital, o representante legal de cada licitante deverá apresentar ao Pregoeiro, simultaneamente, além dos documentos credenciais, envelope nº 01 com a proposta escrita e envelope nº 02 com a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

*00000*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEL. FABRICIANO/MG  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO  
ENVELOPE N.º 01 - "PROPOSTA"  
PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020  
PREGÃO Nº 029/2020  
TELEFONE PARA CONTATO / E-MAIL:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEL. FABRICIANO/MG  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO  
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"  
PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020  
PREGÃO Nº 029/2020  
TELEFONE PARA CONTATO / E-MAIL:

**5 - ENVELOPE N.º 01- DA PROPOSTA**

- 5.1. A proposta contida no Envelope n.º. 01 deverá ser apresentada, também, com as seguintes informações:
- 5.2. Emitida com clareza, sem rasuras, devidamente datada e assinada;
- 5.3. Fazer menção ao número deste Pregão e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, bem como, a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;
- 5.4. Conter o nome, profissão e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do Contrato;
- 5.4.1. Caso as informações de que tratam as Condições 5.3 e 5.4 não constem da proposta, poderão ser encaminhadas posteriormente.
- 5.5. Cotar os preços na forma solicitada no modelo de PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS de que trata o Anexo II;
- 5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros.
- 5.7. Serão corrigidos automaticamente pelo(a) Pregoeira(a) quaisquer erros de soma e/ou multiplicação e o preço global da proposta;
- 5.8. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim;
- 5.9. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento e abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".
- 5.10. Caso os prazos estabelecidos nas Condições anteriores não estejam indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.
- 5.11. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

*Handwritten signature/initials.*



5.12. Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação", sem a solicitação ou a convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

## **6 - DOS PREÇOS**

6.1. A licitante deverá indicar o preço unitário e o global da proposta, conforme PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS de que trata o Anexo II.

6.2. Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. Nos preços cotados deverão estar inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

6.3. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante.

## **7 - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS:**

7.1. Para efeito de julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não sejam aqueles solicitados na PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, constante do Anexo II.

7.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.3. Não se admitirá proposta que apresentar preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos.

7.4. O Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às Condições aqui estabelecidas e a decisão quanto a dúvidas ou a omissões deste Edital.

7.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## **8 - DO JULGAMENTO CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1. Uma vez iniciada a abertura do envelope "Proposta", não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Pregão.

**8.1.1. Não será admitida a retirada de propostas após aberto o primeiro envelope contendo propostas de preços.**

8.2. Durante o julgamento e a análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.

8.3. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

8.3.1. Apresentarem preços excessivos ou com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;



8.3.2. Não atenderem às exigências contidas neste Pregão

8.4. A desclassificação da proposta da licitante importará na preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais;

8.5. Após, o (a) pregoeiro(a) classificará a licitante autora da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez) por cento, em relação ao menor preço ofertado, dispostos em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.

8.6. Classificadas as propostas, e uma vez iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente os representantes legais das licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preços ofertados.

8.7. Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas, a partir do critério definido na Condição anterior, o pregoeiro fará a classificação dos três menores preços sucessivos, em relação ao menor preço, em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que os representantes legais das licitantes participem, também, da etapa de lances verbais. Havendo empate no terceiro valor, serão convocadas todas as licitantes que tiverem ofertado o mesmo preço.

8.8. Início da etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes.

8.9. A licitante oferecerá lance verbal sobre os preços unitários ofertados.

**8.9.1. Será facultado ao Pregoeiro estabelecer o valor mínimo admissível para o lance superveniente, com o intuito de evitar lances com descontos irrisórios, visando à celeridade do Processo, assim impedindo a perpetuação do Certame.**

8.10. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final far-se-á pela ordem crescente dos preços.

8.11. Será considerada como mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano a oferta de menor preço, proposto e aceito, obtido na forma da condição anterior.

8.12. O (a) pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de menor preço, para que seja obtido melhor preço:

8.12.1. Se não houver lances verbais e o menor preço estiver em desacordo com o estimado pela Administração da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano para o fornecimento;

8.13. Mesmo depois de encerrada a etapa competitiva, à aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço estará sujeita a alteração:

8.13.1. Se a licitante detentora do menor preço desatender às exigências habilitatórias:

a) Na ocorrência das situações previstas no subitem anterior, será examinada a oferta seguinte e a sua aceitabilidade, procedida à habilitação da licitante que tiver formulado a proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste Edital;

b) Na hipótese da alínea anterior, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

8.14. Verificado que a proposta de MENOR PREÇO atende às exigências fixadas neste Edital, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora do certame.

## 9 - DO DESEMPATE:

Com



9.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado sorteio em ato público, com a participação de todas as licitantes, observando ainda a LC 123/2006, LC 147/2014 ou Lei Municipal nº 3.921/2014.

#### **10- ENVELOPE N.º 02 DA DOCUMENTAÇÃO:**

10.1. No caso de pessoa jurídica a licitante interessada em participar deste Pregão deverá apresentar a seguinte documentação:

##### **10.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, Estatuto ou Contrato Social da Empresa e Última Alteração Contratual ou Contrato Consolidado, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. O objetivo social tem que estar condizentes com o objeto da licitação;

b) no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**10.1.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas “a” e “b” acima, não precisarão constar do envelope “documentos de habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, desde que sejam originais ou cópias autenticadas em cartório ou por funcionário do Município devidamente autorizado.**

##### **10.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros (Prova de regularidade relativa à seguridade social);

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal sede da empresa participante;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho ou comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Positiva com efeitos de Negativa. A certidão deverá ser emitida em caráter Nacional;

##### **10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedido nos últimos 90 dias;

##### **10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**



10.1.4.1. Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considerando que apuração do valor adicionado fiscal é realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com a finalidade de estabelecer o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS;

Considerando que o índice do valor adicionado, conforme Lei Estadual nº 18.030/2009, possui peso de 75% na composição do índice de participação;

Considerando que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º, § 5º, estabelece que os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos;

10.1.4.1.2. O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:

a) Importação de arquivos:

1) Arquivo de ATIVOS

2) Arquivo de RETORNO DO VAF

3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI

b) Funcionalidades:

1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema;

2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI;

3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI;

4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI;

5) Envio de notificações eletrônicas;

6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas.

#### **10.1.4. Outros documentos**

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (MODELO II);

b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93 (MODELO III);

c) Declaração de que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro pessoal, funcionários com nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano (MODELO IV);

### **11 - DO JULGAMENTO E DA DESCLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS:**

11.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

11.2.1. Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da matriz;





b se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.3. Os interessados poderão apresentar sua documentação através de cópias autenticadas. As cópias não autenticadas deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela Comissão do Pregão. Não serão aceitos documentos em forma de "fax".

11.3.1. Os documentos previstos neste edital poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, no ato da abertura do envelope de documentos ou mesmo antes de iniciar a sessão do pregão.

11.3.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;

11.3.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

11.3.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.4. Para uso dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014 ou Lei Municipal n.º 3.921/2014 as microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.

**11.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de que trata o item 10.1.2, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração do município de Coronel Fabriciano, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

11.6. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item 11.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11.7. Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

11.7.1. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08(oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.

11.7.2.1. Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;

11.7.2.2. Os licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

### **13 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.3. Os recursos deverão ser protocolados na Assessoria de licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG ou enviados para o e-mail



licitação@fabriciano.mg.gov.br. Os recursos protocolados e/ou enviados para outros setores não serão reconhecidos pela Comissão do Pregão.

#### **14- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

14.1. A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas, se não houver manifestação das licitantes presentes de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em ata durante o transcurso da sessão do Pregão, caso em que, a adjudicação caberá ao Pregoeiro.

14.2. Inexistindo manifestação recursal, ao Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

14.3. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto à Licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo. Neste caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

14.5. O fornecimento correspondente ao objeto será adjudicado à Licitante Vencedora, depois de atendidas as Condições deste Edital.

#### **15 - DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO:**

15.1. A Administração Municipal de Coronel Fabriciano convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

15.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal de Coronel Fabriciano.

15.3. É facultado ao Pregoeiro (a), quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º. 8.666/93.

15.3.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

15.4. O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 11, inciso XXII, do Decreto n.º. 3.555, de 8 de agosto de 2000, que não aceitem a contratação, na forma prevista nesta condição.

#### **16 - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO:**

16.1. No interesse da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

16.2. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

*Handwritten signature*



16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

#### **17- DO REALINHAMENTO DE PREÇOS:**

17.1. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 65, Alínea D, Inciso II da Lei Federal n.º. 8.666/93.

#### **18 - DAS PENALIDADES:**

18.1. O descumprimento de prazo, de condição ou de qualquer cláusula contratual implicarão nas sanções previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

18.2. Durante a execução do contrato, além das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicar-se-ão as sanções de advertência e multa, sendo as multas nos seguintes percentuais:

18.3. 0,3% (três décimos por cento), por dia, até o trigésimo dia, de atraso, nos serviços;

18.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor da entrega, no caso de atraso superior a 30(trinta) dias;

18.5. 20% (vinte por cento) sobre o saldo remanescente do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da licitante vencedora.

18.6. As multas de que tratam os itens anteriores são entendidas como independentes;

18.7. Não será aplicada a multa em períodos correspondentes à expedição pelo CONTRATANTE de Ordens de Início, Reinício ou Paralisação dos serviços.

18.8. As sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, assegurando-se ao interessado o direito de defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis, salvo a hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10(dez) dias.

18.9. Para aplicação das sanções referidas no item anterior, deverá ser instaurado processo administrativo punitivo, seguido de notificação para defesa, em conformidade com a legislação vigente.

18.10. As multas deverão ser recolhidas na Contabilidade do Município, no prazo de 72(setenta e duas) horas, contado a partir da decisão definitiva, na esfera administrativa.

18.11. Não constituirá motivo para aplicação de multa o atraso decorrente de prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela licitante vencedora, ou resultante de fato superveniente excepcional e imprevisível, estranho à vontade da licitante vencedora, tais como o estado de calamidade pública, guerra, comoção interna e outros que apresentem as mesmas características.

#### **19 - DA RESCISÃO:**

19.1. O contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80, da mesma lei. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à licitante vencedora, esta entregará a documentação correspondente a entrega executada que, se aceito pela Fiscalização, será pago pelo Município, deduzidos os débitos existentes.

#### **20 - DAS OBRIGAÇÕES**

20.1. As obrigações do Município e da Licitante Vencedora são as constantes do Termo de Referência e da Minuta do Contrato, **ANEXOS I e III**, partes integrantes deste edital.

*crea*



## 21 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

21.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência – Especificações;

Anexo II – Planilha de Formação de Preços;

Modelo I – Declaramos que cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação;

Modelo II – Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

Modelo III – Modelo de Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos;

Modelo IV – Modelo de Declaração de que a Licitante não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, nenhum vínculo empregatício com o Município de Coronel Fabriciano;

Modelo V – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor individual;

Modelo VI – Modelo de Procuração;

Anexo III – Minuta do Contrato.

## 22 - DO PREGÃO:

22.1. A critério da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, este Pregão poderá:

22.1.1. Ser anulado se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

22.1.2. Ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

22.2. Ter sua data de abertura dos envelopes "Proposta" e "Documentação" transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano.

22.3. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Pregão:

22.3.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8.666/93;

22.3.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior;

22.3.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 23 - DO FORO:

23.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Coronel Fabriciano, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.2. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 12h00min às 17h30min, na Assessoria de licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro– Coronel Fabriciano/MG, pelos telefones (31) 3846 7063, (31) 3846 7077, (31) 3846 7767 e pelo site [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br).

Coronel Fabriciano, 29 de Junho de 2020.

  
PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ  
Pregoeira



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

**1. OBJETO:**

**1.1. Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.**

**2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:**

2.1. O município de Coronel Fabriciano vem realizando sistematicamente auditoria da apuração do valor adicionado municipal, apurado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Na composição do IPM – Índice de Participação Municipal, o valor adicionado (VAF), por força do artigo 158 da Constituição Federal, tem um peso mínimo de 75%. Esse critério é o principal fator na composição do IPM, utilizado para definir a cota-parte do ICMS pertencente ao município. Apesar de ser uma fatia de um bolo dividido para 853 municípios mineiros, a cota-parte do ICMS figura dentre as três principais receitas de Coronel Fabriciano, dada sua relevância.

Desta forma, é de suma importância para o município realizar auditoria da apuração do valor adicionado municipal, que está a cargo do estado, objetivando garantir que o VAF apurado para o município não contenha omissões, inconsistências e erros. Somente nos últimos três anos de realização desta auditoria, o município realizou uma recuperação de 145 milhões em valor adicionado, o que representa R\$ 2.610.000,00 em cota-parte de ICMS que o município deixou de perder.

O uso de tecnologias, para processamentos de documentos fiscais eletrônicos, vem sendo a cada dia necessário para realização desta auditoria. A apuração do VAF, de forma independente pelo município, confrontando os resultados obtidos com aqueles realizados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF-MG, torna-se imprescindível. A aplicação destas tecnologias, com validação e cruzamentos de dados, é a única forma do município garantir sua correta participação na parte do ICMS pertencente aos municípios.

**3. PRAZO DO CONTRATO**

3.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, por interesse da administração e com anuência da Licitante Vencedora, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993.

**4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. A despesa decorrente desta licitação correrá pela seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

**01.11.05.04.122.0003.2098.3.3.90.39.00 – Fonte 100 – Ficha 677.**

**5. DO PAGAMENTO**

5.1. O faturamento será feito logo após o serviço e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pela SECRETARIA DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Município.

5.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da cópia das guias de quitação de débitos relativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Prova de regularidade relativa à seguridade social – INSS.



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Víví, antiga Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



5.3. O Município de Coronel Fabriciano reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço fornecido estiver em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

5.4. O Município de Coronel Fabriciano poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA LICITANTE VENCEDORA:**

**6.1. Caberá ao Município:**

6.1.1. Efetuar os pagamentos nos termos estipulados neste Edital;

6.1.2. Orientar, fiscalizar e determinar à Licitante Vencedora os serviços que deverão ser executados.

6.1.3. O Município colocará à disposição da Licitante Vencedora, toda a informação e documentação técnica existente no acervo da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, necessária para elaboração dos trabalhos.

6.1.4. Fornecerá no mínimo 01 (um) servidor para acompanhar todo o processo de implantação, bem como fazer a interlocução com todas as áreas envolvidas no processo.

6.1.5. Em caso de implantação de sistemas em unidades administrativas externas ao edifício sede da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, a contratante fornecerá o transporte até os locais da execução dos serviços.

**6.2. Caberá à Licitante Vencedora:**

6.2.1. Dispor dos profissionais necessários para a execução dos serviços, que será acompanhada de pelo menos um servidor da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano.

6.2.2. Apresentar relatório, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida.

6.2.2.1. A implantação será considerada concluída, somente após a entrega do relatório individual, devendo estar devidamente homologado pelos responsáveis dos respectivos setores. A partir do 30º(trigésimo) dia após a homologação do relatório, a contratada fará jus ao recebimento mensal dos valores de manutenção.

6.2.3. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, bem como orientações técnicas e recomendações visando o bom desenvolvimento das atividades no decorrer da execução do contrato.

6.2.4. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastante para representá-la perante a fiscalização da Secretaria de Governança Financeira e Orçamento;

6.2.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

6.2.6. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo Município de Coronel Fabriciano.

*Handwritten signature*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Víví, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



6.2.7. Prover suporte remoto aos sistemas contratados, para fins corretivos e atendimento a dúvidas operacionais.

6.2.8. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a Administração municipal no decorrer da execução dos serviços.

6.2.9. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, devendo este relatório ser homologado, em meio físico, devidamente encadernado e em meio digital, bem como orientações técnicas e recomendações quanto às ocorrências detectadas no controle e ajustes necessários.

6.2.10. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por pelo profissional designado para a gestão do projeto.

6.2.11. Assumirá a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

6.2.12. Deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo Município de Coronel Fabriciano.

6.2.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando executando os serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Licitante Vencedora;

6.2.14. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

6.2.15. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Edital.

6.2.16. A inadimplência da Licitante Vencedora, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Licitante Vencedora.

6.2.17. Deverá executar os serviços contidos no Termo de Referência.

## **7 – DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

7.1. Ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Governança Financeira e Orçamentária a fiscalização da execução do contrato.

## **8. CRITÉRIOS E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO:**

O software deverá conter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

### **8.1. IMPORTAÇÃO DE ARQUIVOS:**

8.1.1. Importação do arquivo de ativos, disponibilizado em cada exercício pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF-MG;

8.1.2. Importação dos arquivos de RETORNO do VAF/DAMEF, também disponibilizado pela SEF-MG;



**8.1.3.** O banco de dados deverá ser estruturado visando o armazenamento consecutivo dos RETORNOS. Isto é, permitir a gravação sequencial dos arquivos de RETORNO do VAF/DAMEF, inclusive de exercícios anteriores ao ano da contratação;

**8.1.4.** Arquivos da escrituração fiscal digital- EFD ICMS-IPI, como previsto no ATO COTEPE/ICMS 44, de 07 de agosto de 2018, e suas alterações. Deverão ser importados todos os registros suficientes à execução da auditoria, conforme definido neste Termo.

## **8.2. CADASTROS**

### **8.2.1. Manutenção de cadastro dos contribuintes:**

a) O sistema deverá permitir edição de campos cadastrais referente aos contribuintes constantes na tabela de ativos, objetivando a atualizações cadastrais do contador responsável, tais como: nome, e-mail, endereço, telefone. Os campos passíveis de alteração deverão ser aqueles estabelecidos pela Secretaria Municipal de fazenda.

b) O sistema deverá permitir associar status aos contribuintes, tais como: ativo, inativo e suspenso. Deverá permitir, para fins de controle do cadastro do VAF, inativar contribuintes que comprovadamente encerraram suas atividades, sem, entretanto, realizar baixa de sua inscrição estadual. Na listagem de contribuintes deverá ter uma indicação de seu status, qual seja: ativo, inativo, suspenso ou outro.

**8.2.2. Cadastro de usuários:** a ferramenta de administração do sistema deverá permitir configurar normas de segurança da aplicação, definir os usuários autorizados e permissões de acesso de cada um, de tal modo a:

a) configurar um ou mais usuários com perfil de privilégio máximo de acesso para o município, com capacidade de atribuição de perfis de acesso aos demais usuários;

b) O sistema deverá conter pelo menos três níveis hierárquicos de acesso, com perfil a ser estabelecido pelo município.

**8.2.3. Associação de contribuintes aos fiscais/auditores:** O sistema deverá ser capaz de vincular os contribuintes aos fiscais ou auditores tributários. Esta vinculação de contribuintes aos fiscais/auditores deverá ser feita em um módulo específico do sistema e realizada pelo usuário administrador. Um determinado fiscal/auditor, ao efetuar o login no sistema, deverá visualizar somente os contribuintes a ele associados.

## **8.3. CADASTRO DE NOTIFICAÇÕES**

Os textos das notificações contempladas no item 3.6 deverão ser definidos através de um módulo de cadastro de notificações. Este módulo deverá contemplar:

a) Cadastro do texto da notificação

b) Cadastro do assunto do e-mail

c) Inserção do brasão municipal

d) Cabeçalho com inserção de dados variáveis, tais como: nº do retorno utilizado, razão social, inscrição estadual, município, telefone, e-mail.

e) Programação para inserção dos dados variáveis referentes à notificação

f) Cadastramento de assinatura: o sistema deverá permitir que o fiscal/auditor tributário faça um cadastramento de sua identificação ("assinatura") e ao efetuar o login no sistema todas as notificações devem receber, automaticamente, a identificação daquele fiscal/auditor.

00000





#### 8.4. CADASTRO DO FORMULÁRIO DE RESPOSTA

O sistema deverá possuir um módulo para criação do formulário de resposta, utilizado pelo contador, para emitir sua resposta à uma determinada notificação. Este módulo deverá contemplar:

- Seleção da notificação à qual o formulário de resposta estará associado. Isto é, o sistema deverá dar a possibilidade de criar um formulário de resposta específico para cada tipo de notificação especificada no item 3.6.
- Todo formulário de resposta deverá conter, no mínimo, os seguintes campos e ou informações: **1)** Identificação do município; **2)** Identificação da notificação, conforme item 3.6; **3)** Identificação do contribuinte: inscrição estadual, razão social, CNPJ e regime de recolhimento; **4)** Caixa de Texto, mínimo de 1.000 caracteres; **5)** Campo para upload de arquivos e/ou documentos

#### 8.5. FUNCIONALIDADES MÍNIMAS QUANTO AO PROCESSAMENTO DA EFD ICMS-IPI

**8.5.1.** O sistema deverá apresentar, a partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPI, todas as informações existentes no leiaute da Declaração de Movimento Econômico e Fiscal – DAMEF, que são utilizadas na apuração do valor adicionado fiscal. Isto é, deverá construir a DAMEF através dos dados extraídos da EFD ICMS-IPI, inclusive os itens do quadro EXCLUSÕES DO VAF que possuem informações na EFD ICMS-IPI. Essa DAMEF será intitulada de DAMEF MUNICÍPIO. Juntamente à DAMEF MUNICÍPIO o sistema deverá apresentar o resumo dos códigos fiscais de operação – CFOPs. Para cada CFOP obtido no processamento da EFD o sistema deverá listar todos os documentos fiscais eletrônicos escrituradas sob aquele código.

**8.5.2.** O sistema deverá apresentar uma tela/relatório com cruzamento da DAMEF MUNICÍPIO com a DAMEF apresentada no arquivo de RETORNO da SEF-MG. Segue abaixo o cruzamento do quadro ENTRADAS-ESTADO:

ITENS	DAMEF SEF-MG			DAMEF MUNICÍPIO			DIFERENÇA		
	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS	Valor Contábil	Base Cálculo	ICMS
Compras									
Transferência									
Devolução									
Energia Elétrica									
Comunicação									
Transporte									
Outras									
Subtotal									

**8.5.3.** Para as TRANSPORTADORAS que possuem os arquivos da EFD ICMS-IPI carregados na base de dados, o sistema deverá gerar também na DAMEF MUNICÍPIO a aba DETALHAMENTO DE OUTRAS

*Assinatura*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**ENTRADAS.** Os valores apresentados para cada município neste detalhamento deverão ser proporcionais ao total do VALOR CONTÁBIL dos fretes neles iniciados. Para isso deverá ser utilizado os campos Nº 24 e Nº 25 do registro D100 da EFD ICMS-IPI, referente a cada conhecimento de transporte eletrônico – CTE, emitido pela TRANSPORTADORA. A aba DETALHAMENTO DE OUTRAS ENTRADAS deverá constar também no cruzamento da DAMEF MUNICÍPIO com aquela apresentada no arquivo de RETORNO da SEF-MG.

#### **8.6. ENVIO DE NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS**

O sistema deverá gerar um conjunto de notificações eletrônicas, indicando possíveis inconsistências na DAMEF SEF-MG, e enviar para o e-mail do contador responsável, conforme cadastro de ATIVOS, bem como possibilitar impressão para protocolo “in loco”. As notificações, quando enviadas eletronicamente, deverão aparecer no corpo do e-mail do contador responsável, e não como anexo.

No envio de qualquer notificação especificada neste item o sistema deverá permitir a escolha de qualquer quantidade de contribuintes a serem notificados, ou todos os contribuintes enquadrados na notificação. O sistema deverá garantir que o envio deve ser feito somente para contribuintes que se enquadrem dentro dos parâmetros de cada uma das notificações. O enquadramento do contribuinte nessas respectivas notificações deverá ser realizado automaticamente pelo sistema, segundo o conceito próprio de cada uma delas. O sistema deverá apresentar, no mínimo, as seguintes notificações:

**8.6.1.** Manual sintético da DAMEF, visando sua VALIDAÇÃO no SIARE por parte do Contador, conforme DECRETO Nº 47.861, de 10/02/2020, bem como apresentação do prazo para realização desta VALIDAÇÃO;

**8.6.2.** Carta para os contadores, existentes no arquivo de ativos disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, informando sobre os procedimentos do sistema de monitoramento da apuração do VAF, incluindo inclusive a lista de contribuintes que constam no CADASTRO DE ATIVOS sob sua responsabilidade, bem como informações de prazo para VALIDAÇÃO da DAMEF;

**8.6.3.** Carta de solicitação dos arquivos da ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD ICMS-IPI, para os contribuintes obrigados à essa escrituração digital;

**8.6.4.** Notificação aos contribuintes OMISSOS na VALIDAÇÃO da DAMEF, no caso das empresas do regime débito/crédito;

**8.6.5.** Notificação aos contribuintes com declarações que se encontram SEM MOVIMENTAÇÃO, caso existam. Nesta circunstância, para aqueles que tiveram os arquivos da EFD ICMS-IPI carregados no sistema, a notificação deverá apresentar dados de ENTRADAS e SAÍDAS, comprovando para o contribuinte que, pela EFD ICMS-IPI, ele possui movimentação econômica;

**8.6.6.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas nas ENTRADAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. A notificação deverá apresentar apenas os itens com divergências. A notificação deverá apresentar também o resumo de CFOPs para os itens divergentes.

**8.6.7.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas nas SAÍDAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO. A notificação deverá apresentar apenas os itens com divergências. A notificação deverá apresentar também o resumo de CFOPs para os itens divergentes.





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**8.6.8.** Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo AJUSTE DE TRANSFERÊNCIAS;

**8.6.9.** Notificação aos contribuintes com inconsistência e/ou omissão no preenchimento do campo TRANSPORTE TOMADO. A partir do processamento dos arquivos da EFD ICMS-IPÍ do contribuinte, o sistema deverá identificar todos os CTE's, com frente iniciado no município, emitidos por transportadoras não inscritas no estado. Deverá apurar o total destes fretes e cruzar com a informação inserida no campo transporte tomado da DAMEF SEF-MG. Na notificação ao contribuinte com inconsistência e/ou omissão no preenchimento deste campo deverá constar a listagem dos CTE's utilizados para o cálculo do valor a ser preenchido no campo transporte tomado.

**8.6.10.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, item Parcela de ICMS retido por substituição tributária, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**8.6.11.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, item Parcela IPI que não integre base de cálculo ICMS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**8.6.12.** Notificação aos contribuintes com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna ENTRADAS e SAÍDAS, itens Ativo imobilizado, Material de consumo e OUTRAS, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**8.6.13.** Notificação aos contribuintes cuja classificação de atividade econômica – CNAE, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, for da Seção G – Divisões 45, 46 e 47, com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna SAÍDAS, item Energia/Comunicação, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**8.6.14.** Notificação aos contribuintes cuja classificação de atividade econômica – CNAE, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, for das Seções B e C, com divergências encontradas no QUADRO EXCLUSÕES DO VAF - coluna SAÍDAS, item Energia/Comunicação, quando se compara a DAMEF SEF-MG com a DAMEF MUNICÍPIO.

**8.6.15.** Notificação, também eletrônica, às TRANSPORTADORAS do regime débito/crédito, sediadas em qualquer município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema deverá consolidar, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ, e cruzar com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMF. Todas as transportadoras que informaram em suas DAMEFs, quadro Detalhamento de Outras Entradas, valor inferior ao apurado pelo sistema, deverá ser notificada. Nesta notificação deverá ser enviado também todas as chaves dos CTE-s com frete iniciado no respectivo município.

**8.6.16.** Notificação, também eletrônica, às TRANSPORTADORAS optantes pelo Simples Nacional, sediadas em outro município mineiro, com fretes iniciados neste município. O sistema deverá consolidar, a partir de todos os arquivos da escrituração fiscal digital processados na base de dados, os conhecimentos de transportes emitidos aos tomadores desse serviço no município, por CNPJ, e cruzar com as informações de CRÉDITO EXTERNO inseridas no arquivo de retorno do VAF/DAMF. Todas as transportadoras que informaram em suas DEFIS valor inferior ao apurado pelo sistema, deverá ser notificada. Nesta notificação deverá ser enviado também todas as chaves dos CTE-s com frete iniciado no respectivo município.

*Handwritten signature or mark.*



## 8.7. GESTÃO DE RESPOSTAS

O sistema deverá possuir um módulo para gerir as respostas enviadas pelos contadores às notificações expedidas. Esse módulo deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

**8.7.1.** Permitir ao contador, a partir de uma notificação recebida, registrar sua resposta em um formulário próprio do sistema;

**8.7.2.** O formulário de resposta deverá permitir a realização de uploads de arquivos;

**8.7.3.** O formulário deverá possuir um caixa de texto para inserção da resposta;

**8.7.4.** A análise da resposta enviada pelo contador deverá ser visualizada no módulo de gestão de resposta do usuário (fiscal/auditor). Na lista de contribuintes notificados, o sistema deverá indicar aqueles que já apresentaram resposta como "RESPONDIDO" e aqueles que não apresentaram resposta como "NÃO RESPONDIDO".

**8.7.5.** O sistema deverá proporcionar ao usuário (fiscal/auditor) o envio de uma contra resposta ou dar baixa no sistema da questão relativa àquele contribuinte.

**8.7.6.** Após acessar um contribuinte que enviou uma resposta, a tela do módulo deverá, além da resposta enviada e/ou arquivos anexados, apresentar:

- Data e hora do envio da notificação;
- Número do protocolo gerado para o contador;
- Visualização e/ou impressão da notificação enviada;
- Possibilidade de atualização do e-mail do contador e reenvio da notificação;
- Possibilidade de registrar no sistema a resposta do contador enviado por outros meios, como e-mail e protocolo geral da prefeitura (resposta em papel);
- Possibilidade de, ao enviar uma contra resposta para um contribuinte, anexar arquivos.

## 8.8. EMISSÃO DE RELATÓRIOS

O sistema deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios:

**8.8.1.** Relatório cadastral dos contribuintes;

**8.8.2.** Listagem simplificada dos contribuintes ativos;

**8.8.3.** Listagem dos contadores responsáveis pelos contribuintes do município;

**8.8.4.** Listagem de contribuintes apresentando VAF atual, VAF anterior, diferença absoluta e relativa. O sistema deverá permitir escolha de qualquer retorno do exercício para geração desse relatório.

**8.8.5.** Evolução do VAF total ao longo dos vários retornos do exercício. Tabela e gráfico. Apresentação nesse relatório do VAF total apurado do ano anterior, bem como do índice obtido naquele ano. Inclusão de todos os retornos lidos no exercício;

**8.8.6.** Listagem de contribuintes notificados contendo tipo de notificação, data, hora e usuário;

**8.8.7.** Notificações expedidas, contendo remetente, destinatário, data, hora e usuário responsável pelo envio;

**8.8.8.** Listagem dos créditos externos recebidos, apresentado comparativo com o ano anterior para aqueles coincidentes. O sistema deverá permitir escolha de qualquer retorno do exercício para geração desse relatório;

*Handwritten signature*



- 8.8.9.** Quantitativos de contribuintes por regime de tributação, apresentando para cada regime o VAF TOTAL apurado;
- 8.8.10.** Relatório e/ou tela contendo Informações completas utilizadas na apuração dos contribuintes do Simples Nacional
- 8.8.11.** Relatório e/ou tela contendo Informações completas utilizadas na apuração dos contribuintes do SIMEI
- 8.8.12.** Relatório e/ou tela contendo cruzamento das DAMEFs apresentadas em um determinado arquivo de retorno com aquelas apresentadas em outro arquivo de retorno, inclusive a exercícios anteriores ao logado no sistema. Isto é, realizar um cruzamento de DAMEF x DAMEF.
- 8.8.13.** Relatório das respostas recebidas por contribuinte, data e tipo de notificação.

## 9. PLATAFORMA

- 9.1. A solução tecnológica para apuração do VAF deverá funcionar em data center de alta disponibilidade, com balanceamento de carga e contingência operacional, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos).
- 9.2. O software aqui especificado deverá ser 100% WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado, fornecendo armazenamento de dados em tecnologia de datawarehouse.
- 9.3. O sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.

## 10. SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO

- 10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.
- 10.2. A empresa contratada deverá também disponibilizar canais de comunicação (e-mail, telefone, Skype, etc.) para prestar suporte técnico aos servidores municipais, usuário do sistema, objetivando a resolução de problemas técnicos que porventura ocorram com o sistema. Respostas a esses chamados deverão ser dadas em no máximo 12 horas, inclusive com visita de técnicos da empresa "in loco", caso seja necessário.

## 11. TESTE DE CONFORMIDADE

- 11.1.** A licitante vencedora deverá apresentar no dia seguinte ao da realização do certame, o software disponibilizado para realização do monitoramento e auditoria da apuração do VAF municipal.
- 11.2.** A avaliação acerca da exatidão, cumprimento e conformidade com as especificações e características mínimas e demais exigências no Termo de Referência acontecerá durante a realização de Teste de conformidade do software, devendo apresentar os seguintes quesitos:

*Handwritten signature*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**11.2.1.** Os requisitos técnicos do software demonstrados pelo licitante no Teste de Conformidade serão avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação (CTA), criada exclusivamente para esta finalidade, cujos membros serão escolhidos livremente e designados pela ADMINISTRAÇÃO.

**11.2.1.2.** O Teste de conformidade do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação, conforme item 9.1 deste Termo.

**11.5.** Os demais licitantes serão formalmente comunicados do local, data e hora designados, a fim de indicarem, se assim o desejarem e até o prazo estabelecido na comunicação, o seu representante que participará do Teste de Conformidade.

**11.6.** Apenas os membros da Comissão técnica de Avaliação poderão fazer perguntas ou solicitar esclarecimentos ao representante do licitante enquanto o mesmo estiver demonstrando o requisito.

**11.7.** Após o encerramento da seção de avaliação será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para o os demais licitantes apresentarem recurso sobre a demonstração feita pelo licitante vencedor, desde que manifeste a intenção neste sentido ao final da seção.

**11.8.** Havendo a intenção de apresentação de recurso por parte de algum licitante a Comissão deliberará à conformidade ou não do sistema demonstrado, após o encerramento do prazo previsto no item anterior, em até 02 (dois) dias úteis.

**11.9.** Não havendo a intenção de nenhum licitante em apresentar recurso, ou não havendo representante de nenhum outro licitante na seção, a Comissão poderá deliberar imediatamente após o encerramento dos trabalhos ou no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

**11.10.** No caso de desclassificação será concedido o prazo de 02 (dois) para o licitante desclassificado apresentar recurso contra a decisão da CTA.

**11.11.** A Comissão Técnica de Avaliação deverá julgar o recurso do licitante no prazo de 02 (dois) dias.

**11.12.** Mantida a desclassificação do licitante, o Pregoeiro convocará a 2ª melhor oferta proposta, sendo aplicável todas as disposições na busca da proposta mais vantajosa.

**11.13.** No caso de classificação do licitante, o Pregoeiro ou a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação.

Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelos licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

**8 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Item	Descrição	UN	Qtde
1	APURAÇÃO DO VAF DO MUNICIPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSIVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL – VAF	SV	12



**ANEXO II – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

**OBJETO:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários.

Item	Descrição	UN	Qtde	Valor Unt.	Valor Total
1	APURAÇÃO DO VAF DO MUNICÍPIO E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE, 100% ACESSÍVEL VIA WEB, PARA REALIZAÇÃO DA GESTÃO MONITORAMENTO E AUDITORIA DA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL MUNICIPAL – VAF	SV	12		
VALOR GLOBAL					

**OBSERVAÇÕES:** Declarar expressamente que nos preços cotados deverão estar inclusos os impostos, taxas, fretes e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

**Menor preço por item**

**Validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias**

**Nome da Empresa:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banco:** \_\_\_\_\_ **Agência:** \_\_\_\_\_ **Conta:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal da licitante**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**MODELO I – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

(Nome da empresa), \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
declara, sob as penas da lei, que cumprimos plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes  
da Condição do edital do **Pregão n. 029/2020**.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(representante legal da licitante)





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

**MODELO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

(Nome da empresa), \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**MODELO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CF**

(Nome da empresa), \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,

declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão n.º 029/2020, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93.

**MODELO IV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI ENTRE SEUS SÓCIOS E NEM EM SEU QUADRO PESSOAL, FUNCIONÁRIOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO.**

(Nome da empresa), \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não possui entre seus sócios e nem em seu quadro de funcionários, pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Coronel Fabriciano.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

(a) \_\_\_\_\_

(representante legal da licitante)



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Víví, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**MODELO V – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

(nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade no \_\_\_\_\_  
e do CPF no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei,  
ser microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual nos termos da legislação  
vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar n.º  
123/2006, Lei Complementar 147/2014 ou Lei Municipal n.º 3.921/2014.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

*Handwritten signature*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**MODELO VI – PROCURAÇÃO**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

\_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_-MG, cadastrada no CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, por seu Representante Legal \_\_\_\_\_, pelo  
presente instrumento particular de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_  
expedida pela \_\_\_\_\_, com CPF nº \_\_\_\_\_, brasileiro (a), com poderes  
especiais e específicos para prestar esclarecimentos, firmar compromisso e obrigações, tomar decisões, receber e  
dar quitação, renunciar ao direito de recurso, negociar preços, formular ofertas e lances verbais, assinar  
propostas, declarações, certidões, contratos, bem como praticar os atos necessários aos legítimos interesses  
outorgante.

Este instrumento é para fins de participação no Processo Licitatório sob modalidade de **Pregão n.º 029/2020**  
formulada pelo Município de Coronel Fabriciano/MG.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

com



**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**  
**Pregão Presencial n.º 029/2020 – Processo de Compra n.º 256/2020**

O MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO, com sede na Praça Dr. Louis Ensck nº 64, Centro em Coronel Fabriciano-MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 19.875.046/0001-82, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº ....., com sede na Rua....., nº....., em....., representada pelo Senhor....., doravante denominada CONTRATADA(O), com fundamento no Edital de Licitações (**Pregão n.º 029/2020, Processo de Compra n.º 256/2020**), celebram o presente contrato mediante às cláusulas e condições seguintes:

A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão n.º 029/2020**, realizado com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, e na Lei n.º 8.666/93.

A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente contrato tem como objeto **Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários, nos termos do Edital do Pregão n.º 029/2020, a que corresponde este pacto.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO**

2. O preço global para a aquisição, objeto deste contrato, é o apresentado pela CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, que totaliza o valor de R\$.....(.....).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

3. A vigência deste Contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4. A despesa decorrente desta licitação correrá pela seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do orçamento vigente ou por outras dotações do mesmo programa para orçamento vindouro:

**01.11.05.04.122.0003.2098.3.3.90.39.00 – Fonte 100 – Ficha 677.**

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

5.1. O faturamento será feito logo após o serviço e o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pela SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, transcorrido o prazo necessário para tramitação na Contabilidade do Município.

5.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da cópia das guias de quitação de débitos relativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Prova de regularidade relativa à seguridade social – INSS.

*am*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



5.3. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço estiver em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

5.4. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

5.6. A atestação da fatura correspondente aos serviços caberá a SECRETARIA DE GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, ou a outro servidor designado para esse fim.

**CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

**6.1. Caberá ao contratante:**

6.1. Efetuar os pagamentos nos termos estipulados neste CONTRATO;

6.2. Orientar, fiscalizar e determinar à CONTRATADA os serviços que deverão ser executados.

6.3. O Município colocará à disposição da CONTRATADA, toda a informação e documentação técnica existente no acervo da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, necessária para elaboração dos trabalhos.

6.4. Fornecerá no mínimo 01 (um) servidor para acompanhar todo o processo de implantação, bem como fazer a interlocução com todas as áreas envolvidas no processo.

6.5. Em caso de implantação de sistemas em unidades administrativas externas ao edifício sede da CONTRATANTE, a contratante fornecerá o transporte até os locais da execução dos serviços.

**6.2. Caberá à contratada:**

6.2.1. Dispor dos profissionais necessários para a execução dos serviços, que será acompanhada de pelo menos um servidor da CONTRATANTE.

6.2.2. Apresentar relatório, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida.

6.2.2.1. A implantação será considerada concluída, somente após a entrega do relatório individual, devendo estar devidamente homologado pelos responsáveis dos respectivos setores. A partir do 30º (trigésimo) dia após a homologação do relatório, a contratada fará jus ao recebimento mensal dos valores de manutenção.

6.2.3. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, bem como orientações técnicas e recomendações visando o bom desenvolvimento das atividades no decorrer da execução do contrato.

6.2.4. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por profissional qualificado, com capacidade e poderes bastante para representá-la perante a fiscalização da Secretaria de Governança Financeira e Orçamento;

6.2.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano;

6.2.6. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo CONTRATANTE.

*Handwritten signature/initials.*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



6.2.7. Prover suporte remoto aos sistemas contratados, para fins corretivos e atendimento a dúvidas operacionais.

6.2.8. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a Administração municipal no decorrer da execução dos serviços.

6.2.9. Apresentar no final dos serviços, um relatório de conclusão dos mesmos, devendo este relatório ser homologado, em meio físico, devidamente encadernado e em meio digital, bem como orientações técnicas e recomendações quanto às ocorrências detectadas no controle e ajustes necessários.

6.2.10. Manter a frente dos serviços, equipe técnica competente, sempre liderada por pelo profissional designado para a gestão do projeto.

6.2.11. Assumirá a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a CONTRATANTE;

6.2.12. Deverá assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido executando os serviços solicitados pelo CONTRATANTE.

6.2.13. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando executando os serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATADA;

6.2.14. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

6.2.15. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Edital.

6.2.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Licitante Vencedora.

6.2.17. Deverá executar os serviços contidos no Termo de Referência.

### **6.3 À Contratada caberá, ainda:**

6.3.1. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

6.3.2. assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

6.3.3. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

6.3.4. assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Contrato.

6.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o



objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

6.5. Ter ciência de que é expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

6.6. E ainda é saber que é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

#### **CLAUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

7.1. Ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Governança Financeira e Orçamentária a fiscalização da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA NONA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**

9.1. No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

9.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor contratado.

9.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS**

10.1. Os preços poderão ser realinhados nos termos do Artigo 65, Alínea D, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES:**

11.1. O descumprimento de prazo, de condição ou de qualquer cláusula contratual implicará nas sanções previstas nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

11.2. Durante a execução do contrato, além das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicar-se-ão as sanções de advertência e multa, sendo as multas nos seguintes percentuais:

11.3. 0,3% (três décimos por cento), por dia, até o trigésimo dia, de atraso, do serviço;

11.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor da entrega, no caso de atraso superior a 30(trinta) dias;

11.5. 20% (vinte por cento) sobre o saldo remanescente do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

11.6. As multas de que tratam os itens anteriores são entendidas como independentes;

11.7. Não será aplicada a multa em períodos correspondentes à expedição pelo CONTRATANTE de Ordens de Início, Reinício ou Paralisação do serviço.



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Víví, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



11.8. As sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, assegurando-se ao interessado o direito de defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis, salvo a hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10(dez) dias.

11.9. Para aplicação das sanções referidas no item anterior, deverá ser instaurado processo administrativo punitivo, seguido de notificação para defesa, em conformidade com a legislação vigente.

11.10. As multas deverão ser recolhidas na Contabilidade do CONTRATANTE no prazo de 72(setenta e duas) horas, contado a partir da decisão definitiva, na esfera administrativa.

11.11. Não constituirá motivo para aplicação de multa o atraso decorrente de prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, ou resultante de fato superveniente excepcional e imprevisível, estranho à vontade da CONTRATADA, tais como o estado de calamidade pública, guerra, comoção interna e outros que apresentem as mesmas características.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:**

12.1. Este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80, da mesma lei.

12.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à CONTRATADA, esta entregará a documentação correspondente a entrega, se aceito pela Fiscalização, será pago pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA**

13. Este Contrato fica vinculado aos termos do **Pregão n.º 029/2020**, cuja realização decorre da autorização do Secretário de Governança Financeira e Orçamentária, e da proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ANEXOS**

14. Constituem Anexos do presente Contrato:

14.1. As especificações constantes do Anexo I do Edital do **Pregão n.º 029/2020**;

14.2. A Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Coronel Fabriciano, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

*can*





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



15.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Coronel Fabriciano, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**MARCOS VINÍCIUS DA SILVA BIZARRO**  
Prefeito Municipal

**DENNER FRANCO REIS**  
Procurador Geral do Município

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_  
CPF N.º: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CPF N.º: \_\_\_\_\_





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro  
Coronel Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



**À ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA Nº: 2477/2020**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº: 256/2020**

**SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO**

Solicitamos Parecer Jurídico quanto à Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita Recursos Ordinários.

Coronel Fabriciano, 29 de Junho de 2020.

  
PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ  
**Pregoeira**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**Procedimento Administrativo de licitação.**

**Modalidade: Pregão.**

**Parecer nº 0167/2020.**

**Processo nº 0256/2020.**

**Pregão nº 029/2020.**

**Parecer Jurídico**

**RELATÓRIO**

Trata-se o expediente de parecer jurídico solicitado pelo Ilmo Srº. Pregoeiro da urbe de Coronel Fabriciano/MG, mormente ao processo de licitação na modalidade Pregão para " cessão de direitos de uso de software, 100% acessível via wb, incluindo treinamento e suporte técnico para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal-vaf, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas no termo de referência.

Os autos, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os documentos a baixo listado e outros.

Vieram instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

- a) Autorização da autoridade competente para a abertura da licitação;
- b) Declaração do ordenador de despesa de que o gasto decorrente da contratação pretendida é compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Declaração de existência de recursos orçamentários;
- d) Declaração de coleta de Preços;
- e) Pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação;
- f) Manifestação técnica justificando a necessidade da contratação;
- g) Termo de Referência;



- j) Designação de pregoeiro e equipe de apoio;
- k) Minuta do edital e anexos;

### **FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.<sup>1</sup>

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

### **REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO**

De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784/99<sup>2</sup>, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição

<sup>1</sup> Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade."

<sup>2</sup> Art. 22 da Lei nº 9.784/99: Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3º A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo."



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



legal.

Com efeito, no que pertine especificamente à licitação<sup>3</sup>, bem como contratos/convênios e outros ajustes<sup>4</sup>, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas<sup>5</sup>.

Em análise a documentação encaminhada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Coronel Fabriciano - MG, para fins de verificação e emissão de Parecer, consubstanciada no "Edital de Pregão nº 029/2020" e seus anexos, verifica-se que o procedimento licitatório utilizado e devidamente justificado para a seleção de proposta, conforme descrito no edital, encontra respaldo na Lei Federal nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, que *in casu* é utilizada para o registro de preços, para a aquisição no período estimado de 12 meses. A modalidade licitatória utilizada *in casu* se reveste em adequada providência administrativa, face à peculiaridade do

<sup>3</sup> Art. 38 da Lei nº 8.666/93:

"O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)"

<sup>4</sup> ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009

Texto Enunciado: "OS INSTRUMENTOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E DEMAIS AJUSTES, BEM COMO OS RESPECTIVOS ADITIVOS, DEVEM INTEGRAR UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEVIDAMENTE AUTUADO EM SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA, NUMERADO, RUBRICADO, CONTENDO CADA VOLUME OS RESPECTIVOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO."

INDEXAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO. INSTRUÇÃO. AUTUAÇÃO. SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA. NUMERAÇÃO. RUBRICA. TERMO DE ABERTURA. TERMO DE ENCERRAMENTO. REFERÊNCIA: art. 38, caput, e 60 da Lei nº 8.666, de 1993; art. 22 da Lei 9.784, de 1999; Portarias Normativas SLTI/MP nº 05, de 2002 e 03, de 2003; Orientações Básicas sobre Processo Administrativo do NAJ/PR; Decisão TCU 955/2002-Plenário e Acórdãos TCU 1300/2003-Primeira Câmara, 216/2007-Plenário, 338/2008-Plenário.

<sup>5</sup> Aplicáveis ainda, a Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5/2002 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº 1243/2006 (para os órgãos militares), que também dispõem sobre procedimentos gerais referentes à gestão de processos, sendo recomendável também que o consulente verifique se há disciplina própria reguladora no âmbito de seu órgão.



objeto a ser contratado, ante a designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através de ato próprio, a qual deverá conduzir os trabalhos para a apuração da proposta mais vantajosa para o ente contratante.

Os autos do processo submetidos à análise encontram-se regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável.

Desde logo verificamos que se trata de aquisição de bem comum<sup>6</sup> conforme objeto da contratação fato pelo qual se optou pela modalidade de licitação PREGÃO<sup>7</sup>.

#### **ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA**

*Ab initio*, no escólio de FERNANDA MARINELA, in Direito Administrativo. 3ª Ed. Bahia: Editora Juspodivm, p. 277, "licitação é o procedimento administrativo destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a administração pública. Esse instrumento estriba-se na idéia de competição a ser travada, isonomicamente, entre os que preenchem os atributos e as aptidões, necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir".

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, in Manual de Direito Administrativo. 15ª edição. Editora Lúmen Júris, 2006. p. 199, em todo seu brilhantismo assevera que: "licitação é o procedimento administrativo **vinculado** por meio do qual os entes da administração pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos - a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho, artístico ou científico".

<sup>6</sup> Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001

<sup>7</sup> Art. 1º da Lei nº 10.520/2002: "Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. **Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado."



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



A matéria, prevista nos arts. 22, XXVII; 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição da República de 1988, é regulamentada pela Lei n. 8.666/1993. Aplica-se à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, aos órgãos administrativos dos Poderes Legislativo, Judiciário, dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, bem como às entidades que integram a administração pública indireta, nos termos do art. 37 da Constituição.

Emoldurado cenário, o mandamento constitucional deixa expresso no art. 37, XXI, a obrigatoriedade da realização do certame licitatório, ressalvados os casos específicos na legislação, em relação a estes, encontramos algumas exceções ao princípio da obrigatoriedade de se licitar, as mais comuns exceções de realização do certame, são a Dispensa (art. 24 – L. 8.666/93); A Inexigibilidade (art. 25 – L. 8.666/93); A Adesão a Ata de Registro de Preços (art. 15, da Lei 8.666/93, bem como Decreto Presidencial nº 7.892/13, em Minas Gerais, pelo Decreto nº 43.979/2005) e o Credenciamento (insertos na dispensa e inexigibilidade).

Quanto a possibilidade da modalidade adotada, temos a dizer que em 1993 foi publicada a Lei nº 8.666, que trouxe normas gerais sobre licitação e contratos administrativos, introduzindo no mundo jurídico cinco modalidades de licitação: Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso e Leilão (art. 20), porém em julho de 2002, foi publicada a Lei nº 10.520 que regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão. Esta lei foi elaborada com o escopo de agilizar o procedimento licitatório de forma a se amoldar ao princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19/98. Portanto o pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

Na mesma linha ainda, temos os ensinamentos de Vera Scarpinella (in, licitação na modalidade de pregão. Malheiros Editores, pag.87/8):

*" com efeito, a Lei nº. 10.520 é singela e não traz todas soluções especialmente de cunho procedimental necessárias para a dinâmica da nova modalidade; sendo-lhe aplicável tal conjunto de normas gerais definidas na Lei nº. 8.666. assim, são aplicáveis à nova modalidade as normas gerais procedimentais da Lei nº. 8.666, a título de complementação, que sejam compatíveis com o novo regime fixado na Lei nº. 10.520/2002"*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Por esse raciocínio, á falta de solução procedimental específica na Lei nº. 10.520, deve ser aplicado o regime geral da Lei nº. 8.666/93, o qual passa a compor, em conjunto com a Lei do Pregão, a norma geral procedimental da nova modalidade. O papel das normas gerais da Lei nº. 8.666/93, no pregão é preencher eventuais lacunas procedimentais da norma geral do pregão.

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação de tal modalidade foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002<sup>8</sup>, que conforme documentação supracitada nos autos do presente parecer foram preenchidos e formulados de forma correta e dentro das diretrizes da legislação vigente.

Observando a previsão orçamentária verificamos que o valor obedece à referida modalidade, até mesmo, pois, esta não se dá em relação ao valor e sim em relação ao bem a ser adquirido e ao serviço a ser prestado, tendo estes que serem comuns à administração.

Em conformidade com as narrativas no presente parecer, *in verbis*, jurisprudência;

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO – LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – NEGOCIAÇÃO DIRETA COM EMPRESA DECLARADA VENCEDORA – FASE POSTERIOR A ETAPA DE LANCES PÚBLICOS – EMPRESA CONSIDERADA HABILITADA – REDUÇÃO DO PREÇO BUSCANDO MAIOR VANTAJOSIDADE ECONÔMICA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE – PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI DO PREGÃO – INVERSÃO DAS FASES – AGRAVO INTERNO JULGADO PREJUDICADO – RECURSO PROVIDO. 1 – O pregão é a modalidade licitatória utilizada pela Administração Pública para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas e

<sup>8</sup> Art. 3º da Lei nº 10.520/2002: A fase preparatória do pregão observará o seguinte: I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento; II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



lances em sessão pública. 2 - Em sua fase externa, os interessados em participar do certame devem apresentar dois envelopes, o primeiro contendo o valor da proposta e o segundo a documentação de habilitação, havendo nítida inversão de fases em relação ao disposto na Lei 8.666/93. 3 - Realizada a etapa de lances públicos e declarada vencedora a proposta mais vantajosa, não há irregularidade na negociação direta com a licitante habilitada, visando redução ainda maior no valor da proposta apresentada, uma vez que o art. 4º, inciso XVII da Lei nº 10.520/2002, prevê a possibilidade de o pregoeiro negociar diretamente o melhor preço com o licitante classificado em primeiro lugar, em atenção ao princípio da economicidade. 4 - Recurso provido. (TJ-ES - AI: 00038260920178080012, Relator: MANOEL ALVES RABELO, Data de Julgamento: 17/07/2017, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 31/07/2017)

Nessa esteira de ilação, a licitação tem como objetivo viabilizar a melhor contratação possível para o Poder Público, além de permitir que qualquer um que preencha os requisitos legais tenha a possibilidade de contratar, representando o exercício do princípio da impessoalidade, sendo que este procedimento apresenta três exigências públicas impostergáveis: **a) proteção dos interesses públicos e recursos governamentais; b) respeito aos princípios da isonomia e impessoalidade (art. 5º e art. 37, caput, ambos da CRFB/88 e c) obediência aos reclames da probidade administrativa (art. 37, caput e art. 85, V, da CRFB/88).**

Trazendo como novidades, entre outras, a inversão das fases em relação aos processos em geral, onde são analisados primeiro a proposta e após os documentos referentes a habilitação, bem como a inexistência de efeito suspensivos aos recursos interpostos, conferindo maior celeridade à modalidade.

Tendo como base esse dispositivo legal, a escolha da modalidade licitatória Pregão não se dará em função do valor estimado do objeto que se pretende contratar, como ocorre, por exemplo, nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência. Portanto, qualquer que seja o valor do futuro contrato, o pregão poderá ser utilizado desde que se destine à aquisição futura de bens ou à contratação de serviços caracterizados como comuns à administração.

Marçal Justen Filho, citado por Marcelo Palavéri, assevera que:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



*"Em última análise, bem ou serviço comum, para fins da adoção de pregão, é aquele que pode ser adquirido no mercado sem maior dificuldade, nem demanda maior investigação acerca do fornecedor. Ou seja, a interpretação do conceito de bem ou serviço comum deve fazer-se em função das exigências do interesse público e das peculiaridades procedimentais do próprio pregão.*

*[...]*

*Pode dizer-se que comum não é o objeto destituído de sofisticação, mas aqueles para cuja aquisição satisfatória não se fazem necessárias investigações ou cláusulas mais profundas. Enfim, são comuns os objetos padronizados, aqueles que têm um perfil qualitativo definido e conhecido ao mercado."*

A Medida Provisória nº 2.026/00 já previa como condição para a realização do certame Pregão que a Administração Pública só utilizasse este tipo de modalidade, se o bem ou serviço a ser licitado pudesse ser definido como comum. Contudo, a referida medida provisória não trazia em seu texto uma lista que exemplificasse quando ou quais os bens que poderiam ser definidos como comuns. A lista de bens e serviços comuns só foi editada posteriormente, por regulamento administrativo. Assim, a conceituação do que sejam bens e serviços comuns se encontra definida na Lei nº 10.520/02, em seu parágrafo 1º do art. 1º. Porém, a lista referência, encontrada no Decreto nº 3.555/2000), apresenta o anexo II do Decreto nº 3.555/2000, com redação que lhe deu o Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001. Nele, os denominados bens e serviços comuns são separados em três grupos, sendo:

- (1) bens comuns de consumo: água mineral, combustível e lubrificante, gás, gênero alimentício, material de expediente, material hospitalar, médico e de laboratório, medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos, material de limpeza e conservação e oxigênio; (2) bens comuns permanentes: mobiliário, equipamentos em geral, exceto de informática, utensílios de uso geral, exceto de informática, veículo automotivo em geral, microcomputador de mesa ou portátil (notebook), monitor de vídeo e impressora; e (3) serviços comuns: serviços de apoio administrativo, serviços de apoio à atividade de informática, digitação, manutenção, serviços de assinaturas, 24 serviços de assistência hospitalar, médica e odontológica, serviços de atividades auxiliares, serviços de confecção de uniformes, serviços de copeiragem, serviços de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



eventos, serviços de filmagem, serviços de fotografia, serviços de gás natural, serviços de gás liquefeito de petróleo, serviços gráficos, serviços de hotelaria, serviços de jardinagem, serviços de lavanderia, serviços de limpeza e conservação, serviços de locação de bens móveis, serviços de manutenção de bens imóveis, serviços de manutenção de bens móveis, serviços de remoção de bens móveis, serviços de microfilmagem, serviços de reprografia, serviços de seguro saúde, serviços de gravação, serviços de tradução, serviços de telecomunicações de dados, serviços de telecomunicações de imagem, serviços de telecomunicações de voz, serviços de telefonia fixa, serviços de telefonia móvel, serviços de transporte, serviços de vale refeição, serviços de vigilância e segurança ostensiva. (MIRANDA, 2004, p.209)

Em consonância com o exposto;

Acórdão 324/2009 - Plenário - TCU: De acordo com jurisprudência desta Corte de Contas, a licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica. Quando, eventualmente, não for viável utilizar essa forma, deverá ser anexada a justificativa correspondente.

Acórdão 1105/2007 Plenário (Sumário) - TCU: É possível o uso de pregão para aquisição de equipamento eletrônico sem singularidade e amplamente disponível no mercado.

Acórdão 58/2007 Plenário (Sumário) - TCU: Pode-se adotar a modalidade pregão para aquisição de serviços de informática quando consistirem em serviços padronizáveis e normalmente disponíveis no mercado de informática.

Acórdão 1914/2009 Plenário (Voto do Ministro Relator) - TCU: Apesar de algumas discussões doutrinárias acerca de ser ou não possível adquirir bens e serviços de informática mediante pregão, a jurisprudência do TCU tem assentado que se tais bens ou serviços se enquadrarem na definição de bens ou serviços comuns podem ser contratados por meio da modalidade pregão.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Assim, não existem dúvidas acerca da escolha da modalidade adotada, d.m.v..

Como analisando detidamente as fases até aqui implementadas, e ainda, o princípio da publicidade, vinculação, moralidade administrativa, legalidade, impessoalidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, entre outros, verifica-se a legalidade do certame, devendo prosseguir até seu termo.

**CONCLUSÃO**

O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555, de 2000 exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços, como informado de maneira preliminar no presente parecer.

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos impostos pela legislação de regência foram devidamente cumpridos no presente feito.

Em face do exposto, considerando que a Comissão Permanente de Licitação cumpriu todos os mandamentos legais contidos no Estatuto de Licitação, bem como o presente processo licitatório cumpriu integralmente as exigências constantes na Lei Federal número 8.666/93, esta procuradoria opina pelo prosseguimento do presente certame.

S.M.J., eis o parecer.

Coronel Fabriciano/MG, 29 de Junho de 2020.

**Denner Franco Reis**  
**Procurador Geral do Município de**  
**Coronel Fabriciano/MG**  
**OAB 104.909 MG**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 19.875.046/0001-82



Pregão: 029/2020

Processo de Compra: 256/2020

## MODALIDADE PREGÃO - LISTA DE VERIFICAÇÃO

Versa os autos; Cessão de direito de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses.

Trata-se de análise referente aos documentos previstos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, nos Decretos nºs 3.931/01, 3.555/00 e 5.450/05, necessários à instrução da fase interna do procedimento licitatório para a modalidade pregão presencial.

Em verificação documental pertinente a instrução processual licitatória, se verifica que os requisitos impostos pela legislação de regência foram devidamente cumpridos no presente feito.

Sem mais nada a declarar quanto à documentação de instrução processual encaminho os autos ao procurador.

eis a lista de verificação.

Coronel Fabriciano/MG, 29 de junho de 2020.

*Rafael Otavio B. Sousa*  
GERENTE P. G. M.  
PREF. CEL. FABRICIANO / SGJU  
Rafael Otavio Batista de Sousa  
Mat. 573.739

**CHECK-LIST PARA PREGÃO****Processo de Compra: 256/2020****Pregão Presencial: 029/2020****Objeto: Cessão de direito de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses.**

DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S	N	NA
<b>FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO – PREGÃO ELETRÔNICO</b>				
A licitação foi formalizada por meio de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado? <i>obs: Notar que nos termos do Decreto nº 5.450/05, art. 30, § 1º, o processo pode ser realizado por meio de sistema eletrônico e atos e documentos constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efetivos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas</i>	Lei nº 8.666/93, art. 38, caput	X		
A autorização (emitida pela autoridade competente) para realização da licitação consta do processo?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, IV	X		
A justificativa para contratação (emitida pela autoridade competente) consta do processo?	Lei nº 10.520/02, art. 3º, I e III, e Decreto nº 5.450/05, art. 9º, III, e art. 30, I	X		
Consta do processo a indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, IV e Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, III (para serviços) ou art. 14, caput (para compras)	X		
Foi elaborado termo de referência com a indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara?	Decreto nº 5.450/05, art. 9º, I	X		
O termo de referência contém elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva?	Decreto nº 5.450/05, art. 9º, § 2º	X		
O termo de referência foi aprovado pela autoridade competente?	Decreto nº 5.450/05, art. 9º, II	X		
O termo de referência consta do processo?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, II	X		
A designação do pregoeiro e da equipe de apoio consta do processo?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, VI	X		
O edital e respectivo anexo (quando for o caso) constam do processo?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, VII e Lei nº 8.666/93, art. 38, I	X		
O edital e respectivo anexo (quando for o caso) foi concebido de acordo com os ditames da legislação (vide check-list completo)?	Lei nº 10.520/02, art. 4º, III e Lei nº 8.666/93, art. 40	X		
Consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação?	art. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93 e IN/SLTI 05/2014	X		
A minuta do contrato se for o caso, consta do processo?	Decreto nº 5.450/05, art. 30, VIII	X		

*Rafael Otávio B. Sousa*  
GERENTE P. G. M.  
PREF. CEL. FABRICIANO - GOIÁ  
Rafael Otávio Batista de Sousa  
CPL



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**

Assessoria de Licitações



## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que se fizerem necessários que o Processo de Compra 256/2020 - Processo Licitatório nº 117/2020 – Pregão nº 029/2020, foi encaminhado a Procuradoria Jurídica para análise e foi devidamente assinado, conforme solicitado no Parecer emitido em 29/06/2020.

Coronel Fabriciano, 29 de junho de 2020.

  
**PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ**  
Pregoeira



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**

## **Setor de Licitações**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG.** Aviso PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Abertura dia 21/07/2020 às 09h. O Edital poderá ser retirado pelo site [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br) > Portal da Transparência. Coronel Fabriciano, 07 de Julho de 2020. Paulo Valadares da Silva. Pregoeiro.



*Handwritten signature*





# DIÁRIO OFICIAL

Coronel Fabriciano

Poder Executivo

ANO 2020

Coronel Fabriciano, quarta-feira, 08 de julho de 2020

Número 1275

## SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RESULTADO INEXIGIBILIDADE nº 017/2018 – PROCESSO DE COMPRA Nº 277/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 182/2018. CREDENCIAMENTO 009/2018. Objeto: credenciamento de pessoas jurídicas, que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS e do direito administrativo, para fornecer serviços de Consultas Médicas, no território de Coronel Fabriciano, em conformidade com a "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" - GRUPO 02 - SUBGRUPO 1 - CONSULTAS, ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTOS, em conformidade com o Plano Operativo. A CPL Informa novos proponentes credenciados: SLF ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS LTDA, MAFRA E ANDRADE LTDA. Coronel Fabriciano/MG, 08 de julho de 2020. José Pereira, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. Aviso PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 – PROCESSO DE COMPRA 256/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Abertura dia 21/07/2020 às 09h. O Edital poderá ser retirado pelo site [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br) > Portal da Transparência. Coronel Fabriciano, 07 de Julho de 2020. Paulo Valadares da Silva, Pregoeiro.

## EDITAIS

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Para fins do artigo 2º da Lei 9452 de 20/03/1997 ficam notificados todos os interessados que foram liberados os seguintes valores ao Município de Coronel Fabriciano MG.

ORIGEM	VALOR	DATA DE LIBERAÇÃO
FUNDEB	R\$ 2.722,57	03/07/2020
REPASSE CONTRATO CONV. 293530-89 PARQUE LINEAR	R\$ 888.087,97	03/07/2020
FNS-ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 40.532,07	06/07/2020
FNS-ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 1.700,00	06/07/2020
FNS-ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 184.800,00	06/07/2020
FUNDEB	R\$ 2.613,49	06/07/2020
EFICIENCIA ENERGETICA CEMIG TCT 09/18	R\$ 213.369,02	07/07/2020

Secretaria de Governança Financeira e Orçamentária – SGFO







Para facilitar as buscas dos processos relacionados ao coronavírus Covid -19, Digite: "COVID" no campo OBJETO  
Processos Licitatórios

**Detalhes do processo licitatório: 117/2020****Dados do processo** Participantes do Processo Publicações do Processo Atas de Registro de Preço Dotações

#	Tipo	Data	Título	Link
1	AVISO DE LICITAÇÃO	09-07-2020	RESUMO	Baixar
2	EDITAL	09-07-2020	EDITAL E ANEXOS	Baixar

Assunto: **Requerimento - Impugnação - Edital pregão presencial 29|2020**

De: Artur Murta - TRIBUTARE EFICIÊNCIA  
<arthur.murta@brugnara.com.br>

Para: <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>, <contabilidade@brugnara.com.br>

Data: 15/07/2020 13:23



Coronel  
Fabriciano



- IMPUGNAÇÃO EDITAL - CORONEL FABRICIANO.pdf (~351 KB)

Senhor(a) Pregoeiro(a) do Município de Coronel Fabriciano

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 256|2020**

A **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.468.681/0001-33, com sede na Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30180-118, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 41, §1º, da Lei nº 8.666/1993, apresentar **IMPUGNAÇÃO ao edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020, processo de compra Nº 256|2020**, o que faz conforme razões de fatos e direito expostas em petição anexa.

Destaque-se, a forma de apresentação da presente impugnação atende informações disposta em Edital Licitatório.

Nada mais, agradecemos a atenção e a presteza na resposta.

Atenciosamente.

**Arthur Gomes Murta**

E-mail: arthur.murta@brugnara.com.br

Tel.: (31) 3297-8202 / 99160-2086

Sites: www.tributare.com.br - www.brugnara.com.br

Distrito Federal - São Paulo - Minas Gerais - Rio de Janeiro - Espírito Santo - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul - Mato Grosso - Mato Grosso do Sul - Goiás - Tocantins - Maranhão - Pará - Amapá - Roraima - Amazonas - Acre - Rondônia - Bahia - Sergipe - Alagoas - Pernambuco - Paraíba - Rio Grande do Norte - Ceará - Piauí - Minas - NY



**SENHOR PREGOEIRO - MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO - MG.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 256|2020**

**TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.468.681/0001-33, com sede na Avenida Olegário Maciel, nº 2251, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30180-118, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 41, §1º, da Lei nº 8.666/1993, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029|2020**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### **PRELIMINARMENTE**

##### **Do cabimento da impugnação.**

A presente impugnação foi apresentada na data de 15 de julho de 2020, através de endereço eletrônico disponibilizado, [licitacao@fabriciano.mgg.gov.br](mailto:licitacao@fabriciano.mgg.gov.br), respeitando-se o prazo estabelecido em edital paradigma e no Decreto Federal 3555|00.

#### **DOS FATOS**

O presente processo licitatório tem como objeto a “*Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo*”.

Como critério de habilitação técnica o edital em seu **item 10.1.4.1**, estabelece que “*Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis*

*em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação”; ainda, “item 10.1.4.1.2. O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:*

*a) Importação de arquivos: 1) Arquivo de ATIVOS 2) Arquivo de RETORNO DO VAF 3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI b) Funcionalidades:*

*1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema; 2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI; 3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI; 4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI; 5) Envio de notificações eletrônicas; 6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas”.*

#### **DA ILEGALIDADE DA PREVISÃO EDITALÍCIA – CLAUSULA RESTRITIVA.**

##### **I.**

A despeito de previsão editalícia os itens **10.1.4.1. e 10.1.4.1.2** são desarrazoados e incompatíveis com a contratação pretendida.

Verifique-se que o edital, ao conter a exigência de atestado de capacidade técnica expedido com a descrição literal pretendida, não busca informação ou confirmação de execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado. **O edital condiciona a habilitação técnica dos interessados à apresentação de atestado restritivo** (com conteúdo literal nos termos do item **10.1.4.1.2**), o que prejudica a ampla participação e conhecimento da melhor proposta para a administração pública.

**A Lei de Licitações (Lei 8.666/93), em seu art. 30, fixa limites às exigências relativas à qualificação técnica.** O disciplinamento da comprovação de aptidão é feito por meio de dispositivos de cunho geral (inciso II e §§ 5º, 6º, 8º e 9º) e dispositivos específicos para serviços (§§ 1º, 2º, 3º e 10).

Nesse sentido, aprofundamento inicial recai sobre **meio de prova da aptidão**. O art. 30, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei n. 8.666/93 determina que a comprovação deve ser feita por meio da apresentação de atestados ou certidões (o que no edital ora analisado é válido e recomendado).

Por sua vez, a natureza das exigências impostas aos atestados, certidões e declarações à luz das normas gerais e específicas que regem a matéria também sobre limitação pelo preceito geral contido no inciso II do art. 30 da **Lei de Licitações**. Tal dispositivo refere-se expressamente ao conteúdo que deve constar do texto do atestado, pois especifica que a documentação correspondente deve comprovar a aptidão para o desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Opostas as exigências de itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2. às previsões expressas no art. 30, § 1º, da Lei n. 8.666/93 encontramos dispositivos desarrazoados que implicam em restrição à competição - conteúdo editalício inibe|afasta a ampla participação dos licitantes. Licitantes que, embora comprovadamente aptos a executar o contrato, não dispõem da certidão expressa conforme reclamada pela Administração. Portanto, **uma imposição dessa espécie somente poderia ser admitida se claramente explicitada no texto legal, o que não ocorre**.

Merece destaque a consideração realizada pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Sebastião Helvécio em julgamento de denúncia Nº 812.442**:

*“A palavra atestados opera no sentido inverso ao pretendido pelo edital paradigma, ou seja, permite ao licitante apresentar tantos certificados|atestados quantos julgar necessários para evidenciar sua capacidade de executar o objeto conforme descrito em termo de referência, anexo I. **Em nenhum momento, a lei atribui discricionariedade ao administrador para determinar o tipo de atestado exigido**. O caminho a ser seguido é aquele traçado no art. 37, inciso XXI, da CR, que assim dispõe:*

*Art. 37. XXI — ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da*



lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Nesse contexto, a **exigência** de que o atestado de capacidade técnica seja emitido pela Administração Pública exatamente conforme descrito em itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2 do edital **fere o preceito constitucional da isonomia, porque desiguala injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de qualificação técnica**, embora não possuam o atestado com as disposições expressas.

## II.

Verifique-se ainda que objeto a ser contratado é amplamente descrito em termo de referência em anexo I do edital. A partir da descrição, a responsabilidade pela competição e êxito na contratação passa a ser do licitante, que se obriga aos termos vinculados e responde por inadequação na prestação do serviço.

Repita-se, **a contratação pública deve obedecer critérios rígidos de legalidade e qualidade na escolha de seus prestadores**. No entanto tais critérios devem ser razoáveis e proporcionais ao objeto ofertado, o que premia os dispositivos constitucionais e legais norteadores das licitações – principalmente o artigo 37 caput e inciso XXI da Constituição Federal e artigo 3º caput da Lei 8.666/93.

Especialmente relacionado ao tema, vale atenção ao artigo 3º § 1º da Lei 8.666/93 que **veda a inclusão de cláusulas que comprometam ou restrinjam desnecessariamente o caráter competitivo do certame**:

Art. 3º § 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, **prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do



contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Reitere-se, **as previsões de itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2 são cláusulas restritivas arbitrárias.** Sob o crivo do princípio constitucional da razoabilidade, que impõe limite à discricionariedade administrativa, filtrado através do princípio da proporcionalidade, reafirma-se a inadequação dos itens.

Em aprofundamento necessário, o Princípio da Proporcionalidade se divide em sub-princípio da Necessidade, ofendido diante a inexistência de previsão legal que determine serem os serviços demandados privativos de sociedades inscritas em Órgão de Classe; e o sub-princípio da Adequação, contrariado já que tais serviços são igualmente exercíveis por sociedades não inscritas em Conselho Profissional. Tais previsões são, pois, ilegais | inconstitucionais.

As cláusulas restritivas, além de ilegais, não estabelecerem garantia para o bom desenvolvimento das atividades demandadas, prejudicam o carácter competitivo do certame, e por consequência, a vantajosidade da contratação.

Sobre o tema, lições de Marçal Justem Filho sobre o assunto: "**O ato convocatório somente pode conter discriminação que se refiram à 'proposta vantajosa'.** Quando define o 'objeto da licitação', estabelece concomitantemente os limites para qualquer discriminação. Assim o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com as necessidades da futura contratação; d) adota discriminações ofensivas de valores constitucionais e legais." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 6 ed. p. 61).

Segundo José Carvalho dos Santos Filho, "o princípio da igualdade, ou isonomia, tem sua origem no artigo 5º da CF, como direito fundamental e indica que a Administração deve dispensar idêntico tratamento a todos os administrados que se encontrem na mesma situação jurídica. Ao tratar da obrigatoriedade da licitação, a Constituição, de forma expressa, assegurou no

*art. 37, XXI, que o procedimento deve assegurar “igualdade de condições a todos os concorrentes”.*

Também relacionado ao tema, novamente Marçal Justen Filho: “(...) a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos que detenham condições de executar o objeto licitado. Assim, a comprovação da experiência anterior fundamenta a presunção de que o sujeito dispõe de conhecimento e habilidade técnico-empresariais para executar satisfatoriamente a futura contratação. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado — a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto”.

### III.

Não deixe de notar que a Tributarie Eficiência, ora IMPUGNANTE, é uma empresa especializada em *compliances* tributários e de gestão fiscal. Para a execução dos serviços de assessoria e apuração de créditos fiscais, como objeto do presente edital, se vale de sistemas, ferramentas tecnológicas e profissionais capacitados.

**Destaque-se a hipótese concreta da impugnante, que já presta os serviços descritos em edital, possui atestado técnico mas não possui um atestado técnico com os termos descritos.** Não possui e não possui meios atuais de obtê-lo, devido às restrições de atendimento na prefeitura tomadora do serviço e signatária do atual atestado técnico.

Ora, a impugnante possui capacidade técnica de realizar o objeto já que presta serviço similar, possui certificado para tanto e se encontra em situação de eventual inabilitação.

Assim, em observância aos princípios administrativos e licitatórios da legalidade, impessoalidade, objetividade, ampla competição, escolha da melhor proposta, garantida a capacitação por meio do atestado de prestação de serviços por objetos similares, não há falar em exigências que extrapolem as

limitações constitucionais e legais (nesse caso, exigências expressas em exigência literal em itens 10.1.4.1. e 10.1.4.1.2.

Por fim, **jurisprudência do Tribunal de Contas da União**, retratada no Acórdão n. 410/2006, de relatoria do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, **que se amolda perfeitamente ao caso ora analisado:**

*“(...) a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas ‘as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’) e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório. Portanto, **as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra. No caso vertente, a exigência de que a licitante tenha executado serviço no mínimo igual ao do objeto do pregão contraria esse entendimento, por impor às interessadas condição que extrapola os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame”.***

Diante de todos os apontamentos, em suma, as referidas exigências são incompatíveis com a natureza concorrencial do processo licitatório. Ferem o Princípio da Legalidade (já que desarrazoadas e desproporcionais), Impessoalidade (já que privilegia a contratação de determinadas sociedades a despeito de justificativa legal ou fática), além de obviamente o Princípio da Competitividade, prejudicando as finalidades da licitação, vantajosidade e isonomia.

#### **DO REQUERIMENTO**

Ante o exposto, a impugnante requer a **retificação do edital licitatório, excluindo-se item 10.1.4.1.2. Exclusão que não prejudica a exigência editalícia de atestado de capacidade técnica** mas torna a previsão adequada

segundo dispositivos legais e constitucionais. Possibilite-se a apresentação de atestado sem a literalidade expressa no referido item 10.1.4.1.2.

Oportunamente, a **eventualmente** se extrapolar o prazo de resposta à impugnação (art. 12 § 1º do Decreto 3.555/00), **sejam suspensos os feitos licitatórios até que publicada a decisão**, respeitando-se, por obvio, o prazo mínimo de 48 horas para possível reagendamento da sessão presencial de habilitação e apresentação de propostas.

Agradecemos a atenção e a presteza.

Nestes termos,

Aguardamos Deferimento.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2020.

  
**TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro –  
Coronel Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



### **COMUNICADO DE ADIAMENTO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**

**Objeto:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

Comunicamos aos interessados que devido à falta de tempo hábil para resposta à impugnação impetrada pela proponente: Tributare Eficiência Fiscal Ltda, fica adiada a data de abertura do certame para o dia 04/08/2020 às 09h00min.

Coronel Fabriciano, 17 de Julho de 2020.

  
**PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ**  
**Pregoeira**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. Aviso PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos aos interessados que devido à falta de tempo hábil para resposta à impugnação impetrada pela proponente: Tributare Eficiência Fiscal Ltda, fica adiada a data de abertura do certame para o dia 04/08/2020 às 09h00min. Coronel Fabriciano, 17 de Julho de 2020. Patricia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.

P. G. V. - 1  
135466



# DIÁRIO OFICIAL

Coronel Fabriciano

Poder Executivo

ANO 2020

Coronel Fabriciano, sexta-feira, 17 de julho de 2020

Número 1.282

## SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG, PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 – PROCESSO DE COMPRA 256/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. ADIAMENTO Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos aos interessados que devido à falta de tempo hábil para resposta à impugnação impetrada pela proponente: Tributare Eficiência Fiscal Ltda, fica adiada a data de abertura do certame para o dia 04/08/2020 às 09h00min. Coronel Fabriciano, 17 de Julho de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. Adesão nº 010/2020 – Processo de Compra nº 298/2020 – A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano torna público que aderiu aos lotes 89, 176 e 256 da ata de registro de preços nº 197/2019 (IV e V) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para a eventual aquisição de medicamentos da Compra Estadual de Medicamentos, através da Estratégia da Regionalização da Assistência Farmacêutica – Programa Farmácia de Todos – 6º ciclo de abastecimento do ano de 2020. Recurso: Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde, dos fornecedores: BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S/A, ao valor global de R\$ 29.652,06 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e seis centavos) e BH FARMA COMÉRCIO LTDA, ao valor global de R\$ 8.262,00 (oito mil duzentos e sessenta e dois reais). Coronel Fabriciano, 17 de julho de 2020. José Pereira. Presidente da CPL.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO ESTADO DE MINAS GERAIS

### AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG torna pública a todos os interessados, que a sessão pública referente ao Pregão Presencial nº 003/2020, cujo objeto consiste na solução de Software de Gestão para Administração Pública Municipal, para uso e atendimento das demandas dos setores administrativos da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano-MG, **será realizada no dia 27/07/2020, às 13 horas, tendo em vista a Portaria nº 102, de 17 de julho de 2020.** O procedimento licitatório será realizado na Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, localizada na Rua Pedro Nolasco, nº 22, Centro – Coronel Fabriciano. As demais disposições permanecem inalteradas. O Edital estará à disposição na Secretaria Geral, 2º andar da Câmara Municipal de Cel. Fabriciano, ou retirado no sítio eletrônico da Câmara: <http://www.camarafabriciano.mg.gov.br>. Coronel Fabriciano, 17 de julho de 2020. Nayara Aparecida Carvalho Cruz. Pregoeira.







# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA** **DECRETO N.º 9.379, DE 16 DE JULHO DE 2020.**

"Atre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), para a inclusão de projeto/atividade no Orçamento vigente."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPATINGA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 78 da Lei Orgânica do Município,

## **DECRETA:**

Art. 1º Nos termos da Lei Municipal n.º 4.051, de 15 de maio de 2020, fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), para a inclusão de projeto/atividade no Orçamento vigente.

Parágrafo Único. Acrescente-se ao Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento, o seguinte projeto:

<b>ÓRGÃO:</b>	<b>02</b>	<b>EXECUTIVO</b>
<b>Unidade:</b>	<b>21300</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação</b>
<b>Subunidade:</b>	<b>21300.003</b>	<b>Departamento de Administração Escolar</b>
<b>Função:</b>	<b>12</b>	<b>Educação</b>
<b>Sub-função:</b>	<b>365</b>	<b>Educação Infantil</b>
<b>Programa:</b>	<b>0005</b>	<b>Educação: Direitos Humanos, Esporte, Meio Ambiente e Inclusão Social</b>
<b>Projeto/Atividade:</b>	<b>1064</b>	<b>Construção, Ampl. e Reforma de Unidades Escolares da Educação Infantil</b>
<b>Fmt: 146 (IDUS): T</b>		
<b>Categoria Econômica:</b>	<b>4</b>	<b>Despesas de Capital</b>
<b>Grupo de Despesa:</b>	<b>4</b>	<b>Investimentos</b>
<b>Modalidade de Aplicação:</b>	<b>90</b>	<b>Aplicações Diretas</b>
<b>Fonte de Despesa:</b>	<b>51</b>	<b>Obras e Instalações</b>
<b>LOD ACRÉSCIMO</b>		<b>480.000,00</b>

Art. 2º Os recursos para a cobertura do presente Crédito Adicional decorrerão da anulação parcial e/ou total da dotação abaixo discriminada, na forma do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964:

<b>ÓRGÃO:</b>	<b>02</b>	<b>EXECUTIVO</b>
<b>Unidade:</b>	<b>21300</b>	<b>Secretaria Municipal de Educação</b>
<b>Subunidade:</b>	<b>21300.001</b>	<b>Gabinete da SME</b>
<b>ProjAtiv:</b>	<b>2.21300.001.12.361.0005.1024</b>	<b>Plano de Ação Articulado - PAR</b>
<b>Fonte:</b>	<b>146 (IDUS): T</b>	
<b>Cat. Econ.:</b>	<b>4.4.90.51.00</b>	<b>Obras e Instalações</b>
<b>TOTAL DA REDUÇÃO</b>		<b>480.000,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ipatinga, aos 16 de julho de 2020.

**Nardelly Rocha de Oliveira**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - AVISO DE ALTERAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2020 - SEPLAN - Tipo Técnica e Preço -** Procedemos com a alteração da data de abertura de certame, para elaboração de resposta à Impugnação, tendo em vista o Protocolo de Impugnação às 17:56 do dia 16/07/2020, último dia de prazo para apresentação, impossibilitando sua resposta na presente data, sendo prudente a alteração da data de abertura do certame. Nova data de abertura: 22/07/2020 às 13h - Protocolo até às 12h do mesmo dia. **OBJETO:** Contratação, pelo regime de empreitada por preço global, de serviços de Engenharia para gestão do Aterro/aterro sanitário, atualização do cadastro imobiliário do município de Ipatinga e do sistema Informação geográfica - SIG, incluindo a elaboração do Projeto Executivo, conforme especificações técnicas e demais normas integrantes do Edital e seus Anexos. Edital disponível no site do PEH: [www.ipatinga.mg.gov.br/peh](http://www.ipatinga.mg.gov.br/peh). Para mais informações: Setor de Compras e Licitações (31) 3820-8240, 22h a 18h, Av. Ministro Jorge Salgueiro, 100, Centro, CEP: 35.160-011, Ipatinga, MG. Ricardo Lima - Engenheiro Civil, Secretário de Planejamento, 17/07/2020.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. Adesão nº 010/2020 - Processo de Compra nº 298/2020 -** A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano torna público que aderiu aos lotes 89, 176 e 256 da ata de registro de preços nº 197/2019 (IV e VI da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, para a eventual aquisição de medicamentos da Compra Estadual de Medicamentos, através da Estratégia da Regionalização da Assistência Farmacêutica - Programa Farmácia de Todos - 6º ciclo de abastecimento do ano de 2020. Recurso: Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde, dos fornecedores: BIODOSP PRODUTOS HOSPITALARES S/A, ao valor global de R\$ 29.662,06 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e seis centavos) e BH FARMA COMÉRCIO LTDA, ao valor global de R\$ 8.262,00 (oito mil duzentos e sessenta e dois reais). Coronel Fabriciano, 17 de julho de 2020. José Pereira, Presidente da CPL.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

A Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Mobilidade e Habitação da Prefeitura Municipal de Timóteo, com fulcro no artigo 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, na Resolução 818/2016 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, considerando que não foi localizada os proprietários dos veículos, não sendo, portanto, enviados as notificações da Autuação por infração de Trânsito nos devidos prazos, os veículos abaixo relacionados, notifica-se os seus respectivos proprietários por infração de Trânsito cometida, concedendo-lhes, caso queiram, o prazo de quinze dias contados desta publicação, para interpor Defesa junto à Autoridade Municipal de Trânsito de Timóteo.

Nome	N.º	Placa	Data	Hora	Local da infração	Infração
Esquerlino Santos Teixeira	063971	GLD-6393	05/07/2020	09:00	Rua Domingos Quaresma, nº 2-C, Bairro Timóteo, Timóteo - MG	Artigo 2º e 3º da Lei nº 325/12
José Adolfo de Oliveira	063972	GLD-7286	03/07/2020	09:30	Av. Antônio, nº 85, Bairro Quarentinha, Timóteo - MG	Artigo 2º e 3º da Lei nº 325/12
Sérgio de Souza Moraes	057447	MLC-4010	08/07/2020	09:00	Travessa Solimões, Bairro Alvorada, Timóteo - MG	Artigo 2º e 3º da Lei nº 325/12
Walcace Maciel Batista	063970	GLN-8187	02/07/2020	10:00	Rua Carvalho, nº 200, Bairro Recanto Verde, Timóteo - MG	Artigo 2º e 3º da Lei nº 325/12

Timóteo - MG, 16 de julho de 2020.

**Sérgio Márcia Cruz**  
**Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Mobilidade e Habitação**

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA - Aviso Realinhamento de Preços Pregão RP 004/2020 para os códigos 24124, 35147 - Ata 001/2020 - Empresa Diagnosta Produtos para Laboratório Ltda - ME.** A Secretaria Mun. de Saúde, no uso de suas atribuições, arquivada no que determina o art. 12, § 1º inciso I, do Dec. Mun. 6984/11 e art. 65, inciso II, § 8º, da Lei 8.666/93, faz publicar alteração de valor para os códigos 24124, 35147 do RP 004/2020, conforme consta no site [www.ipatinga.mg.gov.br/nk](http://www.ipatinga.mg.gov.br/nk) "Licitações". Sec. Mun. Saúde, Erica Dias de Souza Lopes, em 17/07/2020.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Cancelamento do código 7225 - REGISTRO DE PREÇO 009/2019.** A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, torna público que arquivada no que determina o art. 78, inciso XVII da Lei 8.666/93 faz publicar o cancelamento do medicamento código 7225 - Captopril 25 mg Comprimido, Ata 017/2019 - Somel/MG Prod. Hospitalares Ltda e do processo, pois as demais empresas subsequentes não manifestaram interesse no item. Sec. Mun. de Saúde, Erica Dias de Souza Lopes, em 17/07/2020.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. Alteração - Exclusão e Inclusão do Item I Registro de Preços 005/2020 Código 39093.** A Secretaria Mun. de Saúde, no uso de suas atribuições, torna público que arquivada no que determina o art. 10, § 7º do Dec. Mun. 6984/11 e art. 78, inciso XVII da Lei 8.666/93, faz publicar a exclusão do cód. 39093 - Clorexidina 2% Solução Aquosa 100 ml, marca Vie Pharma, pactuada com a empresa Distal Distribuidora de Medicamentos Ltda. Ata 004/2020, tornando

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 - PROCESSO DE COMPRA 256/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2020. ADJUDICATÓRIO:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração de valor adicionado municipal - VAF, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Comunicamos aos interessados que devido à falta de tempo hábil para resposta à impugnação impreterida pelo proponente: Tributante Eficiência Fiscal Ltda, fica adiada a data de abertura do certame para o dia 04/08/2020 às 09h00min. Coronel Fabriciano, 17 de julho de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá, Pregoeira.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
Av. Acácia, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG  
CEP: 35162-901 - Telefone: (31) 3647-4716 / 3647-4701

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2020.** O Município de Timóteo torna público o resultado do Pregão Presencial nº 051/2020, Processo Administrativo nº. 148/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Home Care para atendimento à Unidade Feminina Guerra, anexo ao CPF nº 35.959.877-01. O MG-22.359.862, com cumprimento de Todos os requisitos exigidos no Edital, conforme Processo nº 009402-20/2019 de 13.05.87. Empresa vencedora: Prê Vida Home Care Ltda, pelo valor global de R\$46.808,00 (quarenta mil e oitocentos reais). Timóteo, 17 de julho de 2020. Claudineia Pedrosa de Oliveira Thomas - Pregoeira.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO**  
Av. Acácia, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG  
CEP: 35162-901 - Telefone: (31) 3647-4716 / 3647-4701

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - RETIFICAÇÃO DO ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.** O Município de Timóteo, por intermédio de seu Prefeito, Douglas Vilas Boas Alves de Oliveira, torna público a retificação do Ato de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 027/2020, Processo Administrativo nº 175/2020, cujo objeto é a aquisição de uma para resgate rápido para detecção do COVID-19, destinados ao enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus COVID-19, conforme Lei Federal nº 13.679, de 06 de fevereiro de 2020, arquivada pelas Atas de Ratificação de Dispensa de Licitação nº



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**Procedimento Administrativo de licitação.**

**Modalidade** : Pregão;  
**Parecer nº** : 0188/2020;  
**Processo nº** : 0256/2020;  
**Pregão nº** : 0117/2020.

**Parecer Jurídico**

Versam os autos análise jurídica exarando emissão de parecer sobre Impugnação ao edital interposto pela licitante **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**;

O objeto da licitação é :

*"Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses".*

**DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 Art. 41.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Assim, tempestivo a apto a ser conhecido.



### **DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO**

A estipulação no edital, onde suas determinações e condições via de regra, tem força de lei e são sujeitas ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:

"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ( Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)" "Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deveria ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j.em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)."

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)".

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. "O princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados." (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos nas leis e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante à não-observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-1 - AG: 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de Julgamento: 13/10/2006, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 DJ p.216) (grifo nosso)

No momento de apresentação dos envelopes o licitante deve ter conhecimento em face das exigências legais e edilícias quais documentos deve apresentar. Não os trazer caracteriza descumprimento à lei e ao edital, devendo ocorrer à inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso.

Na Lei de Licitações, mais precisamente em seu artigo 40, o legislador elencou os componentes obrigatórios no Edital de licitações, os quais, devem ser seguidos pelos administrados, sob pena de sofrerem sanções e até mesmo terem suas contas rejeitadas.

Pois bem,

A impugnante **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, apresenta razões de fato questionando as exigências estipuladas nas cláusulas 10.1.4.1 e 10.4.1.2.

Vejamos;

**10.1.4.1.** Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Considerando que apuração do valor adicionado fiscal é realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com a finalidade de estabelecer o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS;

Considerando que o índice do valor adicionado, conforme Lei Estadual nº 18.030/2009, possui peso de 75% na composição do índice de participação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Considerando que a Lei Complementar Nº 63/1990, em seu artigo 3º, § 5º, estabelece que os Prefeitos Municipais, as associações de Municípios e seus representantes terão livre acesso às informações e documentos utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado, sendo vedado, a estes, omitir quaisquer dados ou critérios, ou dificultar ou impedir aqueles no acompanhamento dos cálculos;

**10.1.4.1.2. O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:**

a) Importação de arquivos:

1) Arquivo de ATIVOS

2) Arquivo de RETORNO DO VAF

3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI

b) Funcionalidades:

1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema;

2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI;

3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI;

4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI;

5) Envio de notificações eletrônicas;

6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas.

Inicialmente, cumpre observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

Destaca-se que o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

E segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União o quantitativo mínimo dos atestados de capacidade técnica não poderá superar o limite de 50% (usualmente adotado), dispondo o Acórdão 3663/2016 - Primeira Câmara (Relator: AUGUSTO SHERMAN) - que "é irregular a exigência de atestado de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não haja comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório".

Quanto à qualificação técnico-operacional das licitantes, ressalta-se que a súmula nº 263/2011 do TCU prevê que "para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".

**Pelo exposto, a exigência de atestado de capacidade técnica, é legal e é implicada a cada licitante conforme previsão editalíssimas que ao meu vê se encontra conforme o ordenamento jurídico aplicável. Conforme exarado inicialmente, o edital tem força de lei devendo ser seguido.**

Pela leitura literária das cláusulas edilícias, bem como a descrição do objeto não vislumbro irregularidades, pois se o edital faz exigências conforme o serviço a ser prestado, sendo essencial para garantir a plenitude do objeto licitado.

O objeto do edital é descrito de forma clara e precisa, onde se busca realizar a aquisição que atenda os anseios da administração pública, satisfazendo assim o fim ao qual será destinado.

Dado isto, as exigências contidas no edital não são meras formalidades, mas sim obediência ao instrumento convocatório bem como às legislações vigentes, visto que o instrumento convocatório obedece ao disposto em Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Assim, uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel execução.

Encontra-se, neste sentido, orientação doutrinária que reforça o que se vem de afirmar. Jorge Ulisses Jacoby, arrimado em decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), escreve:

"A Lei nº 8.666/93 define uma série de critérios que permitem à comissão de licitação avaliar se o licitante possui condições de executar o objeto, sob o aspecto técnico. Para simplificar essas exigências, parece razoável limitá-las à comprovação de que o licitante já executou serviço ou fornecimento similar antes e, se for o caso, registro na entidade profissional competente. O primeiro se faz por meio de atestados que comprovam a capacidade técnica. Ocorrem, porém, alguns tipos de problemas que desautorizam a validade desse instrumento de aferição de capacidade: a) a Lei de Licitações obriga a Administração Pública aceitar atestados emitidos por entidades públicas ou particulares, não sendo raro notícias de emissão de atestados ideologicamente falsos ou mesmo graciosos. Para evitar tais ilicitudes, tem sido comum que os editais estabeleçam a obrigatoriedade de os atestados virem acompanhados dos comprovantes fiscais da execução do objeto. É verdade que essa exigência vai além do estrito texto legal e que, portanto, seria questionável sua validade, mas a rigor é pertinente. Se o licitante prestou serviço a outra empresa privada e não recolheu os tributos pertinentes, não está de acordo com a lei apta a gerenciar e executar serviços com o pagamento de todos os impostos. Pode residir exatamente na sonegação a viabilidade econômica de empreendimento que, quando submetido ao rigor do recolhimento tributário, torne-se inexecutável. É válido, portanto, exigir que os atestados se façam acompanhar de prova fiscal da execução; b) os atestados comprovam a execução do serviço ou fornecimento? É forçoso reconhecer que o interesse do legislador em garantir a isonomia muitas vezes enseja a deformação dos instrumentos, obrigando a Administração Pública a contratar licitante que executou serviços de péssima qualidade, apenas porque, por letargia de alguns servidores, não foram punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração. É nesse contexto que encontramos relevante precedente na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admitiu a regularidade da exigência de atestado que indicasse o juízo de mérito sobre a execução. O leading case mostra-se importante na condução de processos licitatórios, na medida em que obriga a firmação de juízo de mérito dos agentes públicos; como mérito é impenetrável ao exame da legalidade afeto ao Poder Judiciário. Isto significa que, ao exigir o atestado de boa e regular execução de objeto idêntico ou assemelhado, a Administração estará restringindo a participação dos licitantes, validamente, segundo assentou o Tribunal de Contas da União, em prol da aferição técnica de melhor qualidade. É válido, assim, exigir atestado de execução bem sucedida de objeto similar. c) outra questão diz respeito à possibilidade de exigir atestado, demonstrando a execução de uma certa quantidade de objeto. Visa-se sobretudo aferir a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



chamada capacidade operativa, pois nem sempre quem realiza uma unidade de um serviço é capaz de realizar o objeto requerido em uma licitação. Assim, uma empresa que já prestou serviço de um vigilante não está apta a executar um serviço com 300 vigilantes. Sobre esse último aspecto, vale a pena transcrever lição do Tribunal de Contas da União, examinando uma representação contra determinado edital de pregão: 8. De fato, na alínea c do item 5.3.1 do edital (fl. 16), constam quantidades mínimas das contratações a serem certificadas nos atestados: 50% do valor estimado para cópias em preto e branco; 30% idem para editoração eletrônica e também 30% para a produção de serviços gráficos. Assim, resta saber se a natureza dos elementos a serem quantificados se inclui na referência do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93. 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. 10. No entanto, o órgão exigiu níveis de 30% e 50% que, pelo senso comum, são quantidades compatíveis e até bem abaixo das estimadas para a contratação pretendida. Nesse particular, o autor deveria provar, ou pelo menos argumentar logicamente, pela natureza da contratação, que essa exigência é demasiada, ou seja, quem já fez menos de 30% e 50%, estaria apto a fazer os 100% estimados para a contratação. Isso não é feito e nem mencionado, apenas se insiste que não deveria haver quantidade mínima, pretendendo guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei de licitações. 11. Ora, a interpretação do autor conduz ao absurdo, pois, porque a Lei prescreveria uma quantidade compatível, no inciso II do art. 30 para, depois, vedar a exigência de toda e qualquer quantidade no inciso I do parágrafo primeiro do mesmo artigo. Só resta admitir que há diferenciação de natureza das coisas que se permite ou não quantificar minimamente. 12. Da leitura atenta dos dispositivos, percebe-se essa diferença de natureza. No inciso II se refere à atividade, isto é, atributos gerais do produto a ser fornecido ou do serviço a ser prestado. Já o § 1º distingue duas naturezas: uma técnico-profissional - inciso I - trata da exigência de existir profissional de nível superior no quadro da licitante, vedando, neste caso, a exigência de quantidade mínima de profissionais ou prazo mínimo de experiência. A outra natureza, seria a técnico-operacional, cujo delineamento seria tratado no inciso II, que foi vetado. 13. Considerando a jurisprudência do TCU, esse entendimento do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93 foi adotado no parágrafo 18 da proposta de decisão condutora do Acórdão 124/2002 - Plenário: Significa dizer, pois, que a vedação de exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos na comprovação da capacitação técnico-profissional cinge-se aos contornos da experiência do profissional. 14. Do exposto, considerando que o autor não alegou nem comprovou a dessemelhança das quantidades mínimas a serem exigidas nos atestados com as quantidades estimadas para a contratação e que o entendimento por ele desposado, considerada a natureza do elemento quantificado, não encontra guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93, não é procedente a representação. (Tribunal de Contas da União, Processo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



nº TC-012.001/2002-7. Decisão nº 1288/2002 - Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. DOU de 04.10.2002.)

**A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal: art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93). (Tribunal de Contas da União. Processo nº 007.358/2002-5. Acórdão nº 32/2003 - 1ª Câmara. Relator: Av. Afonso Pena, 1.901 – Edifício Séculos - Funcionários – Belo Horizonte – MG - CEP 30130-004 ESTADO DE MINAS GERAIS ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO Ministro Marcos Bemquerer. DOU de 06.02.2003.)" (grifo nosso)**

**De fato, sobre o cabimento de exigências de capacitação técnica há inúmeras decisões do TCU, como exemplifica o seguinte trecho: "... 12. Impende frisar que a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. ..." (Acórdão nº 877/2006, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar) (grifo nosso)**

Feito essas considerações anteriormente tecidas, reputa-se legal as exigências contidas no edital em especial os itens 10.1.4.1 e 10.1.4.2, não havendo fundamento normativo para a sua alteração/impugnação.

OPINO;

Em consonância com o exposto bem como o entendimento do STJ (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008), e entendimentos mencionados no corpo do presente opino que seja mantido as determinações contidas no edital.

Sem mais, não vejo óbices legais nas demais condições estabelecidas no edital.

**CONCLUSÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Ex positis e por todo o exposto, opina-se pelo conhecimento da Impugnação apresentado pela impugnante **TRIBUTARE EFICIENCIA FISCAL LTDA**, dado o preenchimento de seus requisitos extrínsecos e intrínsecos.

Para no opinar, em uma análise de **mérito administrativo**, que NÃO seja dado provimento a **Impugnação** apresentada, uma vez que seus argumentos se mostraram INSUFICIENTES para Impugnação do edital.

Repise-se aqui e alhures que opinamos no sentido de proteger o erário no sentido de o processo atingir seu fim maior, qual seja, a obtenção de proposta mais favorável, bem como que o município contate com quem tem capacidade financeira e, principalmente técnica de executar com qualidade o objeto licitado.

Por ora, é de se destacar que não vislumbro qualquer irregularidade nesse processo de licitação, já que foram obedecidas todas as exigências constantes na Lei Federal número 8.666/93, bem como as decisões até aqui tomadas.

S.M.J., eis o parecer.

Coronel Fabriciano/MG, 21 de Julho de 2020.

**Denner Franco Reis**  
**Procurador Geral do Município de**  
**Coronel Fabriciano/MG**  
**OAB 104.909 MG**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



Coronel Fabriciano, 23 de Julho de 2020.

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**

**Objeto:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

Em resposta a impugnação apresentada pela empresa **TRIBUTARE EFICIÊNCIA FISCAL LTDA.**

Informamos que os argumentos trazidos em sua peça não foram suficientes para impugnar o edital, portanto a mesma foi INDEFERIDA, com base no Parecer Jurídico. Diante ao exposto, conheço da presente impugnação para no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO. Permanecem inalteradas as cláusulas do edital. A data de abertura do certame será o dia 04/08/2020 às 09h00min.

Atenciosamente,

  
PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ  
Pregoeira

Assunto: **Resposta a Impugnação Pregão 029/2020**  
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: <arthur.murta@brugnara.com.br>  
Data: 23/07/2020 15:07



Secretaria Municipal de  
**Coronel  
Fabriciano**



- RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO.pdf (~1.9 MB)

Boa tarde!

Segue anexo resposta a Impugnação pregão 029/2020 e também parecer jurídico.



Sem mais,

--

Atenciosamente,



**Assessoria de Licitações**

**Secretaria de Governança Jurídica**

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**

**Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063**

**ILUSTRÍSSIMO SELHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO – MG.**

**JUL 31 15:44**

**URGENTE: DATA PREVISTA PARA ABERTURA DO CERTAME: 04 de AGOSTO de 2020.**

**IMPUGNANTE: EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA  
IMPUGNADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO – MG.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**

**EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 53.174.058/0001-18, com sede na rua Bom Pastor, 2.732 - Sala 87, Torre Norte, Ipiranga - São Paulo - SP, CEP: 04203-003, por seu advogado que ao final subscreve, endereço de e-mail: [juridico@tecnogroup.com.br](mailto:juridico@tecnogroup.com.br), vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar a presente:

### **IMPUGNAÇÃO COM PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CERTAME**

ao edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**, oriundo do **PROCESSO DE COMPRA N.º: 256/2020**, com fundamento no artigo 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como item XVIII do edital em epígrafe, pelos motivos fático, jurídicos e técnicos a seguir expostos:



**I – DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE  
CORONEL FABRICIANO - MG.**

A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, com a finalidade de efetivar a contratação de *“cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.”*, cujo tipo de licitação, com data de abertura e recebimento dos envelopes agendada para o dia 04 de agosto de 2020.

Ocorre que após detalhada análise dos termos editalícios, podemos asseverar que o corpo do Edital ora impugnado está totalmente contaminado de ilegalidades e irregularidades, possuindo tais disposições incongruências com os ditames legais impostos pela Lei Federal nº 8.666/93 e pela jurisprudência do E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que regem as licitações e os contratos administrativos.

Nessa toada, apresentamos, a seguir, **os erros formais e os vícios editalícios que evidenciam a necessidade de Impugnação do presente Edital**, e que serão demonstrados e comprovados no decorrer desta Impugnação, pugnando, ao final, pela suspensão imediata do certame e posterior retificação do certame, por atentar contra os princípios administrativos insculpidos na Constituição Federal e na Lei de licitações e Contratos Administrativos.

## **II – DOS TERMOS DO EDITAL COMBATIDO E DO DIREITO**

Ao se tratar de licitações e contratos administrativos, o ordenamento jurídico pátrio estabelece diversos preceitos que devem ser observados pela Administração Pública no âmbito de suas atribuições, não se podendo deixar de recorrer aos ditames impostos pelo artigo 37, inciso XXI, da Carta Magna, que diz:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Por sua vez, a Lei de Licitações e contratos administrativos, em seu artigo 3º, dispõe que:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia*

e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

Nessa esteira, para a existência de um procedimento licitatório idôneo, não se pode cogitar o desrespeito ao sistema normativo destacado, ao qual o espírito é bem traduzido nas palavras do renomado professor Carlos Ari Sundfeld<sup>1</sup>:

*"O princípio jurídico é norma de hierarquia superior a das meras regras, pois determina o sentido e o alcance destas, que não podem contrariá-lo, sob pena de pôr em risco a globalidade do ordenamento jurídico."* [Grifei]

Ademais, a legalidade, princípio que orienta todo o ordenamento jurídico pátrio, deve acompanhar todos os atos que emanam da Administração

<sup>1</sup> Licitação e Contrato Administrativo. Ed. Malheiros, 2ª ed. p. 19.  
Página 4 de 50

Pública, o que significa dizer que o Executivo Municipal de Coronel Fabriciano deve agir nos mais estritos ditames legais.

Sobre a legalidade dentro do Direito Administrativo Brasileiro, o saudoso Doutor *Hely Lopes Meirelles*<sup>2</sup> ensinou:

*"A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, "caput"), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso". [Grifei]*

Dentro do contexto ora esposado, é essência o processo licitatório tomar como base a aplicação de todos os Princípios Constitucionais e Administrativos, preservando, ademais, a eleição dos contratantes de qualquer influência parcial dos agentes administrativos ou de qualquer condição subjetiva que possa direcionar o julgamento do certame.

Pois bem, em que pese a relevância do objeto pretendido pela Municipalidade através do certame ora impugnado, o Edital ora combatido contempla diversas irregularidades no que diz respeito aos aspectos jurídicos e técnicos da contratação, restringindo a participação de potenciais interessados na disputa e impedindo a formulação de propostas comerciais pelas licitantes, quais sejam:

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª ed. 2007. Malheiros – São Paulo, p. 87

**2. I - DA IRREGULAR DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO NO PRESENTE CERTAME;**

**2. II - DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL;**

**2. III - DA RESTRIÇÃO A AMPLA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR AOS TERMOS DO EDITAL;**

**2. IV - DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA NO PRESENTE CERTAME;**

**2. V - DA AUSÊNCIA DE QUANTITATIVOS DE TREINAMENTO IMPOSSIBILITANDO CONFEÇÃO DAS PROPOSTAS;**

**2. VI - DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER.**

**2. VII - DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

Desta forma, vem a ora Impugnante, tempestivamente, através deste arrazoadado, demonstrar, relatar e apontar a Vossa Senhoria, de forma pormenorizada, todos os itens acima elencados que contaminam o Edital do Pregão Presencial nº 029/2020, retirando sua desejada e necessária legalidade.

Oportuno registrar, ainda, que a Administração Pública de Coronel Fabriciano ao prosseguir com o certame da forma como se encontra não estará observando a triplice finalidade do procedimento licitatório, quais sejam (i) selecionar a proposta mais vantajosa para Administração; (ii) conferir isonomia aos participantes (iii) promover o desenvolvimento nacional, sem perder de vista o cumprimento princípio da vinculação ao edital, no âmbito do Pregão Presencial nº 029/2020.

## **2.1 - DA IRREGULAR DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO NO PRESENTE CERTAME.**

Ilustre Julgado como é sabido a regra geral do processo licitatório é a ampla competitividade, tendo em vista que a finalidade da licitação não é o procedimento em si, mas a seleção da proposta mais vantajosa.

Em um mundo restrito de Licitantes dificilmente a Administração conseguiria concretizar àquela tripla finalidade do processo licitatório, quais sejam: (i) Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia; (ii) Garantir seleção da proposta mais vantajosa para a administração; (iii) promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Tudo isso respeitando aos princípios da legalidade, eficiência, moralidade, impessoalidade, isonomia entre outros.

Por conta de todo este arcabouço principiológico e finalista que não é possível admitir que no bojo do instrumento convocatório, que no dizer do saudoso Doutrinador Hely Lopes Meirelles, "é lei entre as partes", haja previsões ilegais ou que atentem contra o princípio da ampla competitividade.

Acerca deste princípio o Ilustre Relator Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, consignou que:

"Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas 'as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações') e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório. Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra. (...) ". Concordando com a instrução, considerou o relator "procedente a alegação da representante, pois não houve proporcionalidade entre o objeto do certame e a quantidade de experiência exigida aos licitantes<sup>3</sup>". [Grifei]

Pois bem, a vista de tudo isso, resta claro que o edital do Pregão Presencial nº 029/2020, promovida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano está eivado de cláusulas e itens que restringem a ampla competitividade e por isso merece reparos e correções.

<sup>3</sup> Acórdão 93/2015 – Relator: Ministro Augusto Nardes. Tribunal de Contas da União, Brasil.  
Página 8 de 50

Mui Digno Julgador um destes itens que merecem reparos é a vedação a participação de empresas reunidas em consórcios no presente certame. Pedimos vênica para colacionar os itens que trazem tal vedação:

*2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de:*

**2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; [Grifei]**

Conforme visto, tal item restringe a participação de empresas reunidas em consórcio, todavia sem fundamentar os motivos que levaram à Administração a entender que a participação de empresas consorciadas pudesse comprometer a execução do objeto do certame ou fosse impertinente.

Na verdade, lendo o objeto do presente pregão presencial percebemos que é possível que mais de uma empresa poderá executar conjuntamente o presente contrato. Por essa razão, não é possível, pura e simplesmente, fazer uma exclusão dos consórcios.

Pedimos novamente vênica para colacionar o objeto do certame:

*OBJETO: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. [Grifei]*



Lendo o termo de referência resta claro que não se trata tão somente de contratação de software dito de prateleira, ou contrário, trata-se de verdadeira contratação de desenvolvimento de software para a Municipalidade Licitante.

Igualmente impede informar que não haverá possibilidade que qualquer tipo de subcontratação de quaisquer serviços, ora contratado, o que faz com que o presente edital seja ainda mais irregular do ponto de vista jurídico.

Veja que para haver subcontratação é necessário haver por parte da Administração autorização, contudo, a própria Administração de antemão já está vedando a possibilidade de parte do objeto ser subcontratado.

Por conseguinte, tal vedação ofende o princípio da competitividade e restringe que empresas que produzem softwares possam ser consorciar e participarem do presente certame.

Por fim, é sabido que há o entendimento de que a previsão de participação de consórcios no certame é uma decisão discricionária da Administração, contudo, mesmo os atos discricionários devem ser fundamentados, pois não são meros frutos da vontade do Administrador, mas de uma escolha que envolve o interesse público. Na esteira deste entendimento é possível colacionar entendimento do Colendo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que DENÚNCIA N. 911645, de relatoria do Conselheiro DURVAL ÂNGELO, vejamos:

**DENÚNCIA N. 911645** Denunciante: *Marcela Alexandrina Rodrigues Silva* Denunciada: *Prefeitura Municipal de*

*Itabira Responsáveis: Damon Lázaro de Sena e Roberto Ferreira de Alencar Interessados: Eponina Matilde Bragança Silva, Robinson Mendes Felix Procurador: Alfredo Lage Drummond, OAB/MG 113.919 MPTC: Maria Cecília Borges RELATOR: CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO EMENTA DENÚNCIA. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. APONTAMENTOS IMPROCEDENTES: AUSÊNCIA DE NUMERAÇÃO E ASSINATURA; AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR; PRAZO DE EXECUÇÃO PARA ALÉM DO EXERCÍCIO FINANCEIRO; É IRREGULAR O PROJETO BÁSICO QUE ESTABELEÇA MELHORES PROCEDIMENTO TÉCNICOS QUANDO NÃO SE TRATAR DE OBRA OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA; EXIGÊNCIA DE GARAGEM NO MUNICÍPIO; ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA QUE DIRIGENTES OU RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DAS LICITANTES TENHAM SE DESVINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO; EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE OU DE APTIDÃO COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA; PRORROGAÇÃO DO CONTRATO SEM FUNDAMENTO LEGAL. AUSÊNCIA DE CLÁUSULAS RELATIVAS À LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 E VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS. APONTAMENTOS PROCEDENTES: EXIGÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CONDUTOR COM A EMPRESA; RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS; RESTRIÇÕES IMPERTINENTES OU IRRELEVANTES PARA A OBTENÇÃO DO OBJETO LICITADO; INSUFICIÊNCIA DO PROJETO BÁSICO, AUSÊNCIA DE*

PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS E AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO DO CERTAME. DENÚNCIA PARCIALMENTE PROCEDENTE. APLICAÇÃO DE MULTA.

[...]

13) Embora a aceitação ou não de empresas em consórcio na licitação seja um ato discricionário da Administração contratante (art. 33 da Lei n. 8.666/93), a decisão restritiva deve ser justificada no processo licitatório. [Grifei]

\*\*\*

O Conselheiro Gilberto Diniz, Relator do Processo n. 859.159, entendeu que a Administração deve sempre motivar a sua opção por não permitir a participação de empresa consorciadas. Vejamos:

No entanto, embora esteja no âmbito da discricionariedade da Administração, o Poder Público não está liberado para decidir pela vedação da participação de empresas em consórcio, tornando-se necessário que do processo licitatório conste justificativa plausível da sua escolha, conforme vem se sedimentando a jurisprudência, baseada no entendimento do TCU, exarado no Acórdão n. 1102/2009 - 1ª Câmara, com o seguinte teor: Necessidade de justificativa para a vedação da participação de consórcios em licitações. Mediante o Acórdão n. 1.102/2009-1ª Câmara, foi expedida determinação à Companhia Docas de Imbituba com o seguinte teor:

"1.5.1.1. se abstenha de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a

*restringir a competitividade do certame, contrariando o art. 3º da Lei n. 8.666/1993". Contra essa determinação, a entidade interpôs pedido de reexame, sob o argumento de que a interpretação do Tribunal estaria equivocada. O relator acompanhou a manifestação da unidade técnica, para a qual a conduta censurada, objeto da determinação, não fora a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que tal decisão encontra-se no campo discricionário do administrador, mas sim a ausência de justificativa razoável para a vedação. A fim de expressar com exatidão o entendimento do Tribunal sobre a matéria, o relator propôs – e a Primeira Câmara acolheu – o provimento parcial do recurso, conferindo ao subitem 1.5.1.1 do acórdão guerreado a seguinte redação:*

**"caso seja feita a opção por não permitir, no edital do certame, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, justifique formalmente tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação."** [Grifei]

Sendo assim, é possível afirmar que no edital não há nenhuma fundamentação ou motivação, por parte do Administrador, ao vedar a participação de empresas reunidas em consórcio. Tal motivação deve fazer parte do edital, tendo em vista o princípio da publicidade que também ilumina todo o processo licitatório.

Por tudo isso requer seja tal item do instrumento convocatório corrigido, para que preveja a possibilidade da mais ampla participação de empresas

reunidas em consórcio, ou que seja consignado no documento a justificativa técnica e jurídica para a presente vedação.

## **2. II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

Ilustre julgador, se não bastassem as irregularidades que acima denunciemos, outra ainda chamam atenção desta impugnante, ou seja, a clara vedação a participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial.

Fazendo a análise do presente edital, nos deparamos com as seguintes restrições no que tange a participação de empresas em recuperação judicial. Vejamos:

### **10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

a) *Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedido nos últimos 90 dias; [Grifei]*

Lendo os itens acima colacionado resta claro que no presente certame a Administração Pública de Coronel Fabriciano não permitirá que empresa que estejam em recuperação judicial participem do certame, tendo em vista a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de concordata, que atualmente foi denominada de recuperação judicial com o advento da Lei Federal nº 11.101/2005..

Ora, o princípio da função social da empresa deverá sempre ser privilegiado, tendo em vista que esta produz renda e emprego. Na situação atual, em que muitas empresas se deparam com a crise, estas buscam no processo de recuperação judicial uma possibilidade de sair da crise.

Não seria justo com estas empresas, recorrem a um meio legal, criado para proteger estas empresas e diante de um processo licitatório estas empresas serem ilegalmente excluídas.

Este não é o espírito da Constituição Cidadã de 1988, tanto isso é verdade que o Tribunais Pátrios, tem repetido que é ilegal afastarem estas empresas do certame público. Vemos este entendimento no bojo da **Denúncia 1031209**, de relatoria do Conselheiro WANDERLEY ÁVILA, que entendeu ser ilegal tal restrição, *in verbis*:

**DENÚNCIA N. 1031209**

*Apenso: Denúncia n. 1031482 Denunciantes: Allbrax Consultoria e Soluções em Informática Ltda., e CMM Sistemas de Informação e Serviços Ltda. Partes: Diógenes Lopes Nogueira de Souza Vilela, Fernando Antônio Carvalho Franco, Fernando Meira de Faria, Dalton Leandro Nogueira, Alessandra Nogueira Santos Araújo, Jardel Carlos de Araújo, João Paulo Corradi Vasconcelos, Warlei Eustáquio de Souza, Peter Igor Volf, Leonardo Lopes Dornas Órgão: Prefeitura Municipal de Itaúna*

**RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA**

**EMENTA**

**DENÚNCIA. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CESSÃO E DIREITO DE USO DE**

SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

É irregular o impedimento de participação no certame de empresas em recuperação judicial, devendo ser acrescentado no ato convocatório a aceitação de certidão positiva de recuperação judicial. E no caso de empresa enquadrada nesta condição vencer o certame, a Administração deverá proceder a diligências para que a licitante comprove sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato [Grifei]

O entendimento o Ilustre Conselheiro está plena consonância com o entendimento dos demais Tribunais de Controle Externo, que tem repetido e seus julgados, até sumulando a matéria, que é ilegal a vedação de empresa em recuperação, sendo igualmente irregular requerer a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial.

Exemplo deste entendimento jurisprudencial que reconhece a ilegalidade da vedação a participação de empresas em recuperação é o do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que por meio da súmula nº 50, sacramentou seu entendimento. Vejamos:

SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de

empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital. [Grifei]

Ademais, na seara do entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, restou consolidado o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de entender ilegal da restrição a participação de empresas em recuperação de certames públicos. Vejamos isto no bojo do AREsp: 309867 ES 2013, de relatoria do Ministro Gurgel de Faria:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE. 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado. 3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016). 4. Inexistindo



autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. 6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores. 7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. 8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

(STJ - AREsp: 309867 ES 2013/0064947-3, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/08/2018) [Grifei]

Apresentando, portanto, o plano de recuperação homologado pelo Juízo Competente, não há falar desclassificação por conta da não apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

Ilustre Julgador, a vista do entendimento pacífico dos Tribunais de Controle Externo e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, requer seja o item combatido corrigido para preveja o que aduz a súmula 50 do TCE-SP e a **Denúncia nº 1031209** de relatoria do Mui Digno Conselheiro Wanderley Ávila, respeitando o princípio de preservação empresa.

**2. III - DA RESTRIÇÃO A AMPLA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR AOS TERMOS DO EDITAL.**

Ademais das irregularidades acima ventiladas, compulsando o instrumento convocatório em epígrafe identificamos que a Administração Pública de Coronel Fabriciano veda de forma ilegal a ampla possibilidade de os licitantes apresentarem suas impugnações perante as irregularidades constatadas no instrumento convocatório.

Como é sabido o direito de impugnar aos termos do edital se insere dentro das garantias do cidadão constantes do art. 5º da Carta Política de 1988. Vejamos:

Art. 5º (...)  
(omissis)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) **o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;**

Na mesma medida a Lei nº 8.666/93 estabelece que:

**eicon** Controladores Intergentes de Negócios Ltda  
Rua Bom Pastor, 2732 - Sala 07 - Torre Norte  
Ipiranga - São Paulo - SP  
CEP 04203-003 / Tel (11) 2175-1111  
CNPJ 53.174.058/0001-18

[www.eicon.com.br](http://www.eicon.com.br)

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

**§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. [Grifei]**

Vemos que a Constituição Federal e a Lei de Regência não colocaram qualquer óbice ao direito de petição/impugnação, por isso não tem como prosperar a limitação criada pela Prefeitura Municipal de Itajubá quando restringiu o conhecimento da impugnação ao protocolo da impugnação na forma física.

Ilustre Julgador, o que é necessário se atentar é que a Lei de regência e a Constituição Cidadã de 1988 falam que qualquer cidadão (ou licitante no caso do específico processo de aquisição de bens e serviços) é parte legítima para peticionar aos poderes públicos contra uma ILEGALIDADE ou impugnar ao edital em face de IRREGULARIDADES e ofensas a legislação.

Portanto, a lei não estabelece limites territoriais para que qualquer cidadão ou licitante possa impugnar ao edital, pois tanto pode ser um cidadão que esteja domiciliado em São Paulo, capital, como alguém que resida em Rio Branco no Acre. Daí não haver sentido em tal vedação, pois se um cidadão que reside no Acre,

por exemplo, se quiser impugnar ao edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2020** promovido pela Prefeitura de Itajubá terá que protocolar sua petição de forma física no protocolo da cidade. Vejamos tal previsão no edital vergastado:

## **2.2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

[...]

**2.2.3. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG o enviadas para o e-mail [licitação@fabriciano.mgq.gov.br](mailto:licitação@fabriciano.mgq.gov.br). Os esclarecimentos e impugnações protocolados e/ou enviados para outros setores não serão reconhecidos pela Comissão do Pregão.** [Grifei]

Ilustre Julgador como possível verificar edital comente permite o protocolo da peça impugnatória de forma presencial na Prefeitura de Coronel Fabriciano. Sendo assim, o termo "qualquer cidadão" que a Lei de Regência trata "cai por terra", pois os custos de uma diligência para protocolo podem inviabilizar que qualquer cidadão faça uso deste direito de petição/impugnação.

A vista disso é de se concluir que tal vedação tem como única intenção limitar a possibilidade da mais ampla quantidade de cidadãos impugnarem ao edital, sendo uma limitação ao direito de petição constitucionalmente garantido, e, por conseguinte, ilegal.

Na jurisprudência dos Tribunais de Controle Externo é possível encontrar entendimento que condena a vedação a mais ampla possibilidade de impugnação. Vejamos tal entendimento nos autos da **Denúncia nº 932541 e 887973**, de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio do Colendo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG):

**DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. PREFEITURA MUNICIPAL. RESTRIÇÃO QUANTO À FORMA DE APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E OFERECIMENTO DE RECURSOS. PREJUÍZO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NÃO VERIFICADO NO CASO CONCRETO. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO. EXIGÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA HABILITAÇÃO. IRREGULARIDADES AFASTADAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.**

**1. Pautando-se no princípio do contraditório e ampla defesa, não é razoável que sejam restringidas as formas de encaminhamento de recursos e impugnações.** 2. Por via de regra, prevalece a vedação à participação dos consórcios em licitações em que o objeto for comum, simples e de pequena monta; a opção da Administração por vedar ou permitir a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação deve ter como parâmetro a conjugação de elementos como vulto, dimensão e complexidade, devendo ser assegurada no caso concreto a ampla competitividade no certame. 3. É regular a exigência de apresentação de alvará de localização e funcionamento na fase de habilitação

quando demonstrada a pertinência desta exigência, diretamente relacionada à atividade de fornecimento de alimentos, sujeita a fiscalização, licenciamento e controle por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. [Grifei]

\*\*\*

**DENÚNCIA N. 887973**

Jurisdicionado: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IOMG Denunciante: Family Restaurant,s Ltda. Exercício: 2013 Parte(s): Larissa Trindade Mendes Amaral e Roberta Corrêa Lima Ignácio da Silva, Ana Costa Rego, Cláudia Monteiro Bizarria Procurador(es): Alexandra Ferreira de Oliveira - OAB/MG 127969, André Marinho Teodoro - OAB/MG 0068765, Carlos Javet Braga Bitencourt - OAB/MG 107192, Eduardo Augusto Monteiro Silveira - OAB/MG 0097334, Larissa Trindade Mendes Amaral - OAB/MG 0108662, Mark David Martin - OAB/MG 130147, Simone Pereira Figueiredo - OAB/MG 0079750 MPTC: Cristina Andrade Melo

**RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO**

**EMENTA : DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. AUTARQUIA ESTADUAL. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AFASTADAS. PROCEDENCIA PARCIAL DAS IRREGULARIDADES APONTADAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.**

1. Acolhe-se a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada, uma vez que o parecer jurídico emitido por

*assessor ou parecerista tem natureza meramente opinativa e não vincula, por conseguinte, a decisão a ser tomada pelo agente competente. Somente é possível a responsabilização solidária do assessor jurídico quando for o caso de erro grosseiro ou omissão praticada com culpa.*

*2. Afasta-se, também, a preliminar de litigância de má-fé intentada, uma vez que esta não se presume, deve estar devidamente atestada nos autos.*

**3. A Administração ao limitar os meios de impugnação ao edital, excluindo a possibilidade do envio das impugnações por fax, e-mail ou correios, contraria o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.**

*4. Declara-se a extinção do processo, com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), diante da procedência parcial dos apontamentos de irregularidades constantes da fundamentação. [Grifei]*

Ilustre Julgador conforme visto acima tal vedação é ilegal porque a lei não veda que o protocolo seja feito por correio, e-mail ou qualquer outra forma. A única forma escolhida pela prefeitura tolhe a possibilidade de impugnação ao edital e encarece demais tal procedimento.

Por fim, o Executivo de Coronel Fabriciano está na contramão da realidade, haja vista diante de uma situação de pandemia de Covid-19, as Autoridades sanitárias estão recomendando todo o tipo de interação seja por meio de contato eletrônico. Ora, o perigo de contaminação, por meio de COVID-19

deveria ser considerada, permitindo ampla possibilidade de protocolo de impugnação.

A vista de tudo isso, pugna o Impugnante que tal vedação às demais formas de protocolo da impugnação seja julgada irregular e ilegal e que seja o item 2.2.3. do edital corrigido para que preveja a ampla possibilidade de impugnação e protocolo, respeitando e dando vigência ao direito de petição constitucionalmente garantido.

## **2. IV – DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA NO PRESENTE CERTAME.**

O edital vergastado também apresenta impropriedades no que se refere a possibilidade de todos os licitantes apresentarem certidões positivas com efeito de negativa para comprovação da regularidade perante das Fazendas da União, Estadual, Municipal e Trabalhista.

De início o edital traz o rol de certidões fiscais que as licitantes devem apresentar, sem, contudo, deixar claro que os licitantes que não possuem certidões negativas de débitos fiscais podem igualmente apresentar tais certidões positivas com efeitos de negativa.

No entanto quando trata das certidões que devem ser apresentadas pelas ME e EPP o instrumento convocatório é claro a permitir que estas empresas apresentem tanto as certidões negativas como as positivas com efeito de negativa. Vejamos:



**11.4. Para uso dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014 ou Lei Municipal n.º 3.921/2014 as microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.**

**11.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de que trata o item 10.1.2, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração do município de Coronel Fabriciano, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. [Grifei]**

Ora, uma vez que o edital especifica que a certidão que comprova a regularidade de débitos trabalhista e fiscais poderão ser apresentadas tanto como negativa como com positiva com efeito de negativa para as empresas EM/EPP, gerará dúvidas acerca da possibilidade de que outras certidões de regularidade fiscal também possam ser apresentadas pelos demais licitantes que não se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006.

Ora quando trata das certidões que as demais licitantes devem apresentar somente aduz que serão aceitas as provas da inexistência de débitos, bem como as certidões negativas:

**10.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);*
- b) *Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;*
- c) *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias e de terceiros (Prova de regularidade relativa à seguridade social);*
- d) *Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;*
- e) *Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal sede da empresa participante. [Grifei]*

Ora, se o edital especifica que para certidões de débitos trabalhistas e que empresas que estejam contempladas pela Lei Complementar 123 de 2006 também podem apresentar certidões positivas com efeito de negativa, logo não foi um erro ou esquecimento da Administração Pública Licitante, mas uma forma deliberada de a Municipalidade Licitante impedir que sejam apresentadas certidões positivas com efeito de negativa em completo desrespeito à Lei Complementar nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), que aduz que as certidões positivas com efeito de negativa produzem o mesmo efeito que as certidões negativas. Vejamos:

**Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança**

executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Neste exato sentido, impende consignar que o Colendo Tribunal de Contas da União possui entendimento que corroboram o que estamos defendendo, por isso pedimos vênica para poder citá-lo:

**AC-1699-35/07-P**

[VOTO]

9. Com relação aos documentos de habilitação requeridos pelo pregão da ABDI, noto, em primeiro lugar, que houve confusão quanto à diferença entre prova de "quitação" e de "regularidade" junto aos órgãos fazendários. Como explicado pela 5ª Secex, uma empresa pode não estar quite com o fisco, porém mesmo assim gozar de situação regular, se firmou acordo para novação ou parcelamento da dívida.

10. Segundo a ABDI, é do seu costume aceitar certidão positiva com efeito de negativa, ou seja, que reconheça a existência de débito cuja exigibilidade, contudo, está suspensa, equivalendo aos propósitos da prova de regularidade.

11. De fato, o art. 206 do Código Tributário Nacional prescreve que tal certidão, que, em princípio, atestaria apenas o estado de regularidade, tem os mesmos efeitos da prova de quitação. Nada obstante, não está claro no edital que os licitantes possam valer-se da certidão positiva com efeito de negativa.

12. Por conseguinte, para que algum potencial licitante não desista de concorrer porque não possui exatamente uma prova de quitação, e sim de regularidade, é aconselhável o esclarecimento do requisito de habilitação fiscal.

[...]

[ACÓRDÃO]

9.3. determinar à ABDI que, quando da abertura de novos procedimentos licitatórios, inclusive em substituição ao Pregão Presencial nº 09/2007, observe os seguintes preceitos na elaboração do edital:

[...]

9.3.1. *limite-se a exigir, como condição para habilitação, a documentação referente à regularidade fiscal prevista no inciso IV do art. 12 do Regulamento de Licitações e Contratos da Agência, abstendo-se de requerer prova de quitação com a fazenda pública, a seguridade ou o FGTS; [Grifei]*

Igualmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (**DENÚNCIA N. 1031673 de relatoria do Conselheiro Gilberto Diniz**) que acompanha a pacífica jurisprudência do TCU, entende ser irregular a impossibilidade e apresentação de certidões positivas com efeito de negativa. Vejamos:

**DENÚNCIA N. 1031673**

Denunciante: Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda. Denunciada: Prefeitura Municipal de Sarzedo Exercício: 2018 Parte(s): Aline Figueiredo de Oliveira, Giovanni Eymard Antônio Fassy Procurador(es): Luiz Henrique Ornellas de Rosa, OAB/SP 277087; Gabriela Florenza Queiroz Beloto, OAB/SP 371889 MPTC: Glaydson Santo Soprani Massaria

**RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ**

*EMENTA DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO. LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE. IRREGULARIDADES. VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. AUSÊNCIA DE QUESTÕES DE MAIOR VULTO E COMPLEXIDADE. POSSIBILIDADE DE AGLUTINAÇÃO DE OBJETOS EM ÚNICO CERTAME. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO QUANTO À IMPRESCINDIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA. NÃO COMPROVAÇÃO DE MARGEM DE FAVORECIMENTO A PARTICIPANTES INAPTOS A CUMPRIR INTEGRALMENTE*

O OBJETO DA LICITAÇÃO. **EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.** AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA PARTICIPAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRAZO EM CRONOGRAMA PARA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS. NÃO COMPROVAÇÃO DE OFENSA À COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECOMENDAÇÕES AO ATUAL GESTOR.

4. **A prova de regularidade fiscal deve ser feita mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos – CND, de Certidão Positiva de Débitos com Efeito Negativa – CPD/EN ou por outro meio eficaz que comprove tal situação. [Grifei]**

Igual entendimento esboçou o Mui Digno Conselheiro Mauri Torres nos autos da **Denúncia nº 951367**, vejamos:

**DENÚNCIA N. 951367**

Denunciante: Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.  
Denunciada: Prefeitura Municipal de Pará de Minas  
Interessado: Arbor Serviços e Manutenção Ltda. Apenso:  
DENÚNCIA: 951402 Partes: Antônio Júlio de Faria, Edilene Aparecida Barbosa, Flávia Dias Guimarães, Renato Vasconcelos de Melo, Patrícia Duarte Franco e Osvaldo Vieira Correa Procuradores: Grazielle Máximo Ferreira da Silva – OAB/MG 139032, Rodrigo Lázaro da Silva – OAB/MG 125948, Grazielle Soares Melgaço – OAB/MG 111967, Márcia Pereira Costa – OAB/MG 89774, Bruno Soares de Souza – OAB/MG 123494, Joel Mendes Barbosa – OAB/MG 79950, Eduardo Bonifácio Batista – OAB/MG 85240, Nathanaela Felícia Borges –

OAB/MG 143385, Rejane da Silva Campanha Andrade –  
OAB/MG 139814, Vaneska Gomes – OAB/SP 148483 e  
OAB/MS 14639-A, Thiago Brunelli Ferrarezi – OAB/SP  
296572 e Roberto Del Roy Junior – OAB/SP 286336  
MPTC: Marcílio Barenco Corrêa de Mello

**RELATOR: CONSELHEIRO MAURI TORRES**

**E M E N T A DENÚNCIA** CONCORRÊNCIA PÚBLICA.  
CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA. FALHAS NO  
CERTAME. NÃO VIOLAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E  
DA ISONOMIA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.  
RECOMENDAÇÕES AO ATUAL GESTOR.  
ARQUIVAMENTO.

**5. Recomenda-se que o gestor observe o disposto no  
art. 29, III da Lei de Licitações, a fim de se exigir a  
prova de regularidade fiscal abrangendo as certidões  
negativas ou positivas com efeito de certidão  
negativa. [Grifei]**

A vista de tudo o que foi exposto, é censurável a falta de clareza do edital, bem como a exclusão ilegal que é feita da possibilidade de apresentação de certidão positiva com efeito de negativa que teria o condão de comprovar a regularidade fiscal das licitantes.

**2. V – DA AUSÊNCIA DE QUANTITATIVOS DE TREINAMENTO  
IMPOSSIBILITANDO CONFEÇÃO DAS PROPOSTAS.**

Igualmente irregular é a ausência de quantitativos de treinamento, que acabará por impossibilitar a confecção das propostas. Compulsando o edital, constatamos que o Administrador Público no presente certame simplesmente se esqueceu ou não fez qualquer questão de colocar o quantitativo de treinamentos exigidos no presente edital.

Vejamos isto no edital combatido:

## 10. SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

10.2. A empresa contratada deverá também disponibilizar canais de comunicação (e-mail, telefone, Skype, etc.) para prestar suporte técnico aos servidores municipais, usuário do sistema, objetivando a resolução de problemas técnicos que porventura ocorram com o sistema. Respostas a esses chamados deverão ser dadas em no máximo 12 horas, inclusive com visita de técnicos da empresa "in loco", caso seja necessário. [Grifei]

Conforme visto, o edital não traz com OBJETIVIDADE E CLAREZA nenhum quantitativo de treinamento, portanto se torna impossível que as licitantes consigam dimensionar o valor para tal serviço. Ora, como é sabido o treinamento oferecido para 10 pessoas não é o mesmo que o treinamento oferecido para

100 pessoas, nem os custos dispendido pelo licitante é o mesmo, por isso para que as licitantes possam quantificar com certeza o valor dado para o serviço de treinamento é imprescindível que a Administração traga o quantitativo exato de pessoas que serão treinados.

Não supre a ausência de informação a afirmação de que a Contratada deverá dar treinamento de no máximo 12 horas para os servidores da Municipalidade, contudo não informa o número de servidores que receberão treinamento, o que poderá causar graves prejuízos para a licitante, caso a Prefeitura decida que todos os servidores deverão ser treinados.

A jurisprudência dos Tribunais de Controle Externo é uníssona ao considerar ilegal tal previsão, pois restringe que as licitantes consigam dimensionar os custos deste serviço e o lançar de forma objetiva na sua proposta de preços.

Tal entendimento é possível verificar na jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo se posicionou no sentido de censurar a ausência de quantitativos que impedem de as licitantes comporem seus custos, consoante julgados excertos nos TC-001365.989.13 e TC-001381.989.13. *In verbis*:

*Assiste razão aos Representantes, porém, quanto à ausência de elementos indispensáveis à definição da logística dos cursos de treinamento exigidos (quantidade de participantes, de turmas, locais, deslocamentos, materiais necessários, etc.), e que influenciam a composição dos custos das propostas. No caso a omissão é agravada pela falta de divulgação do orçamento estimativo.*



À Administração cumpre, assim, indicar parâmetros objetivos para que as proponentes, de forma isonômica, ofereçam preços adequados à eficaz realização da atividade (treinamento), bem como divulgar o valor orçado (artigo 40, §2º, inciso II da Lei nº 8.666/93).

*Recomenda-se, também, a supressão da lacuna entre a descrição do objeto – que inclui a implantação de sistema de gestão da área educacional – e o Termo de Referência apresentado como “Anexo I” do edital, onde estão mencionados apenas os requisitos funcionais mínimos relativos à informatização do setor de saúde pública.*

No mesmo sentido é o entendimento deste Colendo Tribunal de Contas que por meio do voto condutor do Douto Conselheiro Sydnei Stanislau Beraldo. *In verbis*:

*2.5 Não obstante tais aspectos favoráveis, considero carecer o ato convocatório de informações relevantes ao dimensionamento do objeto e adequada formulação de propostas.*

*Dispõe o item 7.6.7 acerca dos treinamentos sobre o sistema de informações geográficas, limitando-se o subitem 7.6.7.3 a mencionar que deverão ter eles “cunho prático, de forma a retratar as necessidades dos técnicos em suas tarefas cotidianas de atualização cartográfica e cadastral, consulta de dados no sistema, edições gráficas e alfanuméricas, manutenção do sistema, modelagem de dados espaciais e no desenvolvimento de novas interfaces e funcionalidades visando à expansão do*

sistema", enquanto o subitem 7.6.7.4 determina que a carga horária "não poderá ser inferior a 60 (sessenta) horas".

**No entanto, o subitem 7.6.7.1 impõe treinamento continuado ao longo da execução do ajuste, traduzindo-se em mais um aspecto subjetivo, notadamente em virtude da amplitude da disposição:**

"7.6.7.1. Tendo em vista que um dos objetivos da Secretaria da Fazenda com a contratação dos serviços objeto desta licitação é a absorção de know-how por parte de seus técnicos, a contratada deverá planejar e executar vários treinamentos de forma que haja transferência de conhecimento sobre as atividades relacionadas ao levantamento cadastral e ao sistema de informações geográficas. Os treinamentos devem ser realizados ao longo do período de realização dos serviços, de forma que o corpo técnico possa vivenciar, na prática, a realização das tarefas, inclusive os problemas enfrentados".

**De se destacar que, em reiteradas oportunidades, este Tribunal já se pronunciou pela imprescindibilidade da divulgação de todas as informações relacionadas ao treinamento dos servidores no sistema a ser implementado, a exemplo das decisões proferidas nos processos TC18742.989.16-3, TC- 10697.989.17-6, TC-11541.989.17-4, e TC17458.989.17-5.**

**Assim, deve o edital ser reformulado para que nele passem a constar quantidade e periodicidade dos**

**treinamentos, número de turmas a serem capacitadas e número de usuários por turma, bem assim os conteúdos a serem abordados.** [Grifei]

Portanto, não sobram dúvidas de que o edital na verdade padece de irregularidade que o torna viciado, tendo em vista a clara ausência de quantitativos de treinamento impedido, por isso a composição das propostas de preços. A vista disso requer a correção do item combatido para que passe a prevê o quantitativo de treinamento exato para os servidores da Licitante, bem como o quantitativo de servidores que serão treinados.

## **2. VI – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER.**

Ilustre julgador, ademais de tudo quanto já noticiamos, o edital do Pregão Presencial nº 029/2020 ainda está eivado de vícios que compromete a formulação de propostas. Estamos denunciando a aglutinação ilegal de cessão de uso de software e infraestrutura datacenter.

Como é possível verificar da leitura atenta do item 9, determina que as licitantes devem possuir um datacenter no qual a solução deverá funcionar. Vejamos:

### **9. PLATAFORMA**

**9.1. A solução tecnológica para apuração do VAF deverá funcionar em data center de alta disponibilidade, com balanceamento de carga e contingência operacional, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de**

informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos).

9.2. O software aqui especificado deverá ser 100% WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do mercado, fornecendo armazenamento de dados em tecnologia de datawarehouse.

9.3. O sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.

Portanto, a exigência acima detalhada nos permite asseverar que a Municipalidade também pretende contratar serviços de fornecimento da infraestrutura tecnológica de Datacenter para comportar o processamento, armazenamento, centralização e crescimento dos dados da Solução Tecnológica.

Conforme visto, deverá o licitante que sagrar-se vencedor prestar serviços técnicos especializados para o fornecimento de solução tecnológica, além de fornecer a infraestrutura tecnológica de Datacenter para comportar o processamento, armazenamento, centralização e crescimento dos dados da Solução Tecnológica.

Em que pese à exigência que o licitante vencedor possua o data center, verifica-se que o Edital em tela veda a subcontratação.

Vê-se de maneira cristalina que a Administração Pública contempla, frise-se, em um **ÚNICO EDITAL DE LICITAÇÃO**, a necessidade de uma solução tecnológica, como também **O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE DATACENTER**, serviços incompatíveis entre si. Além disso, tais serviços não podem ser subcontratados, ocasionando à indesejada aglutinação de objetos na mesma licitação.

Ora, não restam maiores aprofundamentos para concluir que não há qualquer correlação lógica entre os serviços supracitados, na medida em que estes são distintos e autônomos entre si.

Logo, é flagrante a ausência de consonância entre os citados serviços a serem prestados pela licitante vencedora do certame.

Assim diante da patente disparidade supracitada, e considerando que o mercado de trabalho comporta diversas empresas especializadas apenas no fornecimento de Datacenter, o objeto do Edital em comento deverá ser fracionado e, conseqüentemente, ser instaurado um procedimento licitatório para cada tipo de serviço.

Apenas desta maneira o certame possibilitará a presença de um universo maior de Licitantes, sendo este um dos sentidos para instauração de certames licitatórios pela Administração Pública.

E, havendo um número maior de participantes, possibilitará à Administração do Município de Coronel Fabriciano a contratação de proposta mais vantajosa para atendimento de suas obrigações e para os cofres públicos.

De acordo com excerto de aresto proferido pelo **E. TCU (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO)**:

*“A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. TCU, Tribunal de Contas da União; Acórdão 1734/2009, Plenário (Sumário).”*

Nesta toada, para fins de alcance da ampla competitividade, requisito esse inerente em certames licitatórios, deverão ser fracionados os serviços constantes neste ato convocatório, instaurando-se, como dito acima, processo licitatório autônomo para cada um destes.

É o que claramente determina o artigo 23, §1º, da Lei de Licitação e Contratos regidos pelo Poder Público, “*in verbis*”:

**“Art. 23. (...)**

**§1º - As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão DIVIDIDAS EM TANTAS PARCELAS QUANTAS SE COMPROVAREM TÉCNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE sem perda da economia de escala.” (Grifo nosso).**

No mesmo sentido, o doutrinador Marçal Justen Filho dita em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

**“O ART. 23, § 1º, IMPÕE O FRACIONAMENTO COMO OBRIGATÓRIO. A REGRA RETRATA A VONTADE LEGISLATIVA DE AMPLIAR A CONTRATAÇÃO E O UNIVERSO DE POSSÍVEIS INTERESSADOS. O**

*fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). TRATA-SE NÃO APENAS DE REALIZAR O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, MAS DA PRÓPRIA EFICIÊNCIA. A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única." (grifo e destaque nossos). FILHO. Marçal Justen; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 13ª Edição, Editora Dialética. [Grifei]*

Extraíndo os entendimentos tanto de Lei, doutrina e jurisprudência, todas são claras ao afirmar que o fracionamento, além de possibilitar o aparecimento de número maior de licitantes interessados em contratar com a Administração Pública, respeitará os ditames previstos pelo **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA** e pelo **PRINCÍPIO DA ISONOMIA**.

Portanto, resta demonstrada afronta à Lei Federal nº 8.666/93, pois, ao haver previsão do fornecimento de serviços totalmente distintos dentro de um mesmo instrumento convocatório, acabará por macular um dos cernes dos processos licitatórios, que é busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Colacionando jurisprudências do E. TCU (Tribunal de Contas da União), temos, "in verbis":

***"Na forma do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93, DEVE A ADMINISTRAÇÃO BUSCAR O PARCELAMENTO DO OBJETO, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. TCU. Tribunal de Contas da União; Decisão nº 348/1999, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.***

Como também:

***"O § 1º do art. 23 da Lei 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Nos termos do § 2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justifica-se a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado."***  
TCU. Tribunal de Contas da União; Acórdão nº 2.393/2006, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.

Face ao exposto do aresto proferido pela E. Corte de Contas, a previsão de serviços distintos entre si previstos em único Edital, maculará todo o certame em si, na medida em que não estará a Administração Pública respeitando o **PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE**:

***"Nos certames de licitação, esse princípio conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado. Nesse sentido, a Lei de Licitações veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de***



**alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação."** (in Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União – 4. ed. rev., atual, e ampl. – Brasília).

Insta salientar que, caso sejam mantidos no bojo do Edital todos os serviços previstos, as consequências serão graves entraves para um número demasiado de empresas em participar da licitação, vez que empresas de menor porte que não comportam os serviços pretendidos acabarão efetivamente excluídas do certame em tela, resultando em um número menor de participantes, impossibilitando, assim, a escolha de contratação de proposta mais vantajosa pela Administração Pública.

Apenas para argumentação, ainda que fosse razoável a contratação de serviços distintos no mesmo processo licitatório, seria fundamental que o edital transcrevesse a possibilidade de participação de empresas em consórcio a fim de que os serviços pudessem ser apresentados a contento para a administração. Porém, tal condição de participação se encontra vedada no presente edital, conforme exposto linhas atrás.

Ademais, seguindo a linha de raciocínio ora explanada, o Edital **vedou expressamente à possibilidade de subcontratação do Data Center**. Dessa forma, em não sendo permitida a subcontratação, patente está a aglutinação do objeto pretendido pelo Executivo Municipal de Coronel Fabriciano.

Nesse sentido, a Egrégia Corte de Contas Paulista já se manifestou sobre a possibilidade de contratação, em um mesmo edital, de sistemas informatizados e Data Center, **desde que o certame permita a participação de empresas reunidas em consórcio ou a subcontratação pela licitante vencedora**, conforme podemos verificar pelo julgado abaixo colacionado:

**TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 25/09/2013 EXAME PRÉVIO DE EDITAL SEÇÃO MUNICIPAL (M-009);**  
**PROCESSO: TC - 001831.989.13-2**  
**REPRESENTANTE: JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN. REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA RESPONSÁVEL DA REPRESENTADA: JOSÉ BARBOSA JUNIOR - PREFEITO**

**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO CONTRA O EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2013, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA OBJETIVANDO A LICENÇA DE USO DE FERRAMENTAS INFORMATIZADAS (SOFTWARES) PARA DIVERSAS ÁREAS DE ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO XIII DO EDITAL.**

**VALOR ESTIMADO: R\$ 810.100,00**

**ADVOGADOS: JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN (OAB/SP nº 168.357) e FERNANDO JAMMAL MAKHOUL (OAB/SP nº 272.877).**

**PROCURADOR DE CONTAS: JOSÉ MENDES NETO.**

#### **1. RELATÓRIO:**

**1.1. Trata-se de representação formulada por JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN contra o Edital do Pregão Presencial nº 088/2013, do tipo menor preço global, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA, objetivando a contratação de empresa especializada em gestão pública para fornecimento de licença de uso de ferramentas informatizadas (softwares) para diversas áreas de atividade do Município, a ser**

executado de forma continuada, pelo período de 12 (doze) meses.

(...)

1.2. O peticionário insurgiu-se contra o ato de convocação alegando as seguintes questões prejudiciais à competitividade e à formulação de propostas:

(...)

e) Inclusão imprópria de criação de um "Datacenter" no objeto do certame, que consiste em um ambiente, envolve infraestrutura e hardware, incompatibilizando-se com o ramo de atuação das empresas que apenas forneçam softwares e criando, assim, restrição à ampla participação.

(...)

## 2. VOTO:

(...)

2.7. Passo ao exame da insurgência que concerne à previsão de hospedagem do módulo de "nota fiscal eletrônica" em **Data Center** de alto desempenho, com disponibilidade 24 horas por dia, 07 dias por semana e backup dos dados realizados diariamente com cópia de segurança e integração dos dados com o servidor da Prefeitura.

À guisa de esclarecimento, *Data Center* consiste em um espaço onde servidores ficam acomodados com condicionamento de temperatura, fornecimento de energia redundante, sistemas de segurança interno e externo, conectados à internet com alta disponibilidade possibilitando otimização das rotas de tráfego e com links internacionais.

Por um lado, considero aceitáveis as justificativas apresentadas pela Municipalidade para a inclusão deste

serviço no objeto do certame, que consiguíram a necessidade de hospedar o módulo de Nota Fiscal Eletrônica em servidor profissional, totalmente seguro, considerando o fato de a Administração não dispor de equipamento e equipe técnica aptos a garantir acesso seguro e ininterrupto ao referido módulo.

No entanto, embora se reconheça a viabilidade desta aglutinação, não há como deixar de considerar que a maior parte das empresas que comercializam licenças de softwares não dispõem de Data Center ou não oferecem diretamente os serviços de hospedagem de dados que a Municipalidade pretende contratar de forma conjugada.

Esta Corte já enfrentou questões semelhantes nos autos do

processo TC-1267/989/12-7, de minha relatoria, tendo assim deliberado o E. Plenário1:

***"e. aglutinação indevida dos serviços licenciamento e serviços de software e data Center em um único lote;***

***2.8 A Municipalidade justificou a aglutinação, argumentando que ela é necessária uma vez que é necessário que haja compatibilidade entre o sistema e o banco de dados.***

***Referidas justificativas foram aceitas de forma unânime pelos órgãos instrutórios e pelo Ministério Público de Contas. Portanto, acompanho o entendimento uníssono dos órgãos instrutórios e do Ministério Público de Contas, não merecendo prosperar a impugnação."***

**Neste precedente, as justificativas da Representada foram aceitas em face da previsão de**

subcontratação, que afastou o caráter restritivo inicialmente verificado.

Desta forma, compete determinar à Municipalidade, no presente caso, a adoção de alternativas e soluções previstas na lei para que a contratação conjunta de aquisição de licenças de softwares e hospedagem em Data Center não comprometa o caráter competitivo do certame.

Neste sentido, caberá à Municipalidade avaliar a viabilidade de permitir a subcontratação do Data Center, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93, e/ou admitir a participação de empresas reunidas em consórcio, na forma do art. 33 do mesmo diploma legal, garantindo assim melhores condições de competitividade e ampla participação na disputa.

2.8. Ante todo o exposto, acolhendo pronunciamentos da Assessoria Técnica, MPC e SDG, VOTO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Representação, devendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA promover a retificação do edital, especialmente para o fim de:

(...)

d) adotar alternativas previstas em lei para que a contratação conjunta de aquisição de licenças de softwares e hospedagem em Data Center não comprometa o caráter competitivo do certame, avaliando a viabilidade de permitir a subcontratação do serviço de hospedagem do módulo de "nota fiscal eletrônica" em Data Center, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93, e/ou admitir a participação de empresas reunidas em consórcio, na forma do art. 33 do mesmo diploma legal.

A reformulação do edital é, portanto, medida que se impõe, em consonância com todos os aspectos desenvolvidos no corpo do voto ora proferido, com a consequente publicação do novo texto do ato convocatório e reabertura do prazo legal, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, para oferecimento das propostas.

Assim, diante das claras e patentes ilegalidades presentes, não restam alternativas, senão pela suspensão do certame ora impugnado e sua posterior retificação.

## **2. VII – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

Ademais de tudo quanto já mencionamos, cumpre trazer a baila as irregularidades técnicas verificadas no presente edital.

Itens 6.2.2 e 6.2.2.1 do termo de referência.

*6.2.1. Dispor dos profissionais necessários para a execução dos serviços, que será acompanhada de pelo menos um servidor da CONTRATANTE.*

*6.2.2. Apresentar relatório, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida*

Os itens 6.2.2 e 6.2.2.1 do Termo de Referência fala sobre implantação e que a licitante vencedora deverá apresentar relatório visando a

homologação dos serviços. No entanto o Edital NÃO POSSUI descrição para os serviços de implantação.

Não há métricas para aferição dos serviços, tendo em vista que estes não existem no edital. Como o item trata de obrigação da futura contratada e ainda condicionada a pagamento e prazo, resta clara a impossibilidade de o licitante elaborar a proposta por não conhecer o escopo das atividades de implantação.

Portanto, tais itens comportam correção e esclarecimentos.

O item 6.2.8 também determina:

*6.2.8. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a Administração municipal no decorrer da execução dos serviços.*

Este item não esclarece qual profissional deverá ser designado, sendo assim resta clara a ausência de clareza.

Item 11.2.1.2. também apresenta vícios e erros, vejamos:

*11.2.1.2. O Teste de conformidade do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação, conforme item 9.1 deste Termo.*

Pois bem.

Durante a prova de conceito a prefeitura informa que disponibilizará arquivos para a licitante, conforme item 9.1. Todavia, o item 9.1 não possui qualquer especificação ou tipos/nomes, layouts conhecidos de arquivos relacionados ao

objeto, para permitir que a licitante avalie seu sistema quanto a possibilidade de conseguir importá-los, porque o item 9.1 fala sobre plataforma tecnológica e não descreve quais arquivos serão disponibilizados pela Prefeitura para importação que possibilite o teste de conformidade.

Deste modo, necessária se faz tais informações para que as licitantes possam avaliar se seus sistemas estão aptos ou configurados para importar arquivos.

Isto só é possível tendo conhecimento prévio de quais arquivos serão estes, conhecer seu layout/estrutura física.

Portanto, novamente o edital padece de objetividade e clareza, o que faz com que o mesmo seja irregular e prejudique a confecção de proposta adequadas por parte dos licitantes.

### III- DO PEDIDO

Pelo exposto, requer-se inicialmente a suspensão, no estado em que se encontra do **Pregão Presencial nº 029/2020**, promovido pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, para posterior análise da presente Impugnação.

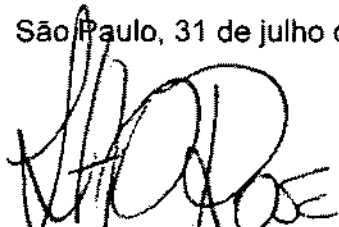
No mérito, requer sejam determinadas as pertinentes correções relatadas no corpo da presente Impugnação, por restringir o caráter competitivo da licitação (inciso I, §1º do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93), infringindo, assim, o processo licitatório e os princípios constitucionais que os norteia.



Por fim, requer que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome dos advogados abaixo indicados no e-mail [juridico@tecnogroup.com.br](mailto:juridico@tecnogroup.com.br), sob pena de nulidade.

Nestes Termos  
Pede deferimento.

São Paulo, 31 de julho de 2020.



**LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**

**OAB/SP 277.087**

**UESLEI ALMEIDA DOS SANTOS**

**OAB/SP 395.817**

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS

DISTRITO DE RIACHO GRANDE  
SAO BERNARDO DO CAMPO - SP  
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO  
JOÃO ANTÔNIO BOTELHO DE ANDRADE

LIVRO Nº 647-PÁG.Nºs. 007/008  
1º TRASLADO



**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:-**

**S A I B A M**, quantos este público instrumento de procuração virem que aos três (03) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (2019), neste distrito de Riacho Grande, município e comarca de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Republica Federativa do Brasil, em cartório, perante mim, Substituta Designada e do Tabelião, que esta subscreve, compareceu como outorgante:- **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, sociedade empresária limitada, com sua atividade econômica principal a de consultoria em tecnologia da informação, com sede em São Paulo-Capital, sita na Rua Bom Pastor, 2732, sala 87, Torre Norte, Ipiranga, CEP. 04203-003, devidamente inscrita no CNPJ. sob nº 53.174.058/0001-18, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP. Sob nº 35.219.697.956, em sessão de 16 de dezembro de 2004., e posteriores alterações, neste ato representada nos termos do artigo 8º, da 18ª alteração contratual consolidada, datada de 29 de janeiro de 2019, registrada na citada Junta Comercial sob nº 52.943/19-7, em sessão de 04 de fevereiro de 2019, cuja cópia fica arquivada nesta Serventia, em pasta própria de nº083, como Fls. 034, por seu sócio, **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC nº 1SP204099-P-5, portador da cédula de identidade RG. nº 17.427.602-3-SSP-SP., CPF-MF. nº 164.270.308-76, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480, Vila Valparaíso, em Santo André, Estado de São Paulo, CEP. 09060-180, aqui de passagem; reconhecido como o próprio, por mim Substituta Designada, a vista dos documentos apresentados, do que dou fé, pela outorgante, na forma acima representada me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores:- **Dr. LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**, inscrito na OAB-SP, sob nº 277.087, CPF-MF. nº298.709.548-12; **Dra. GABRIELA FLORENZA QUEIROZ BELOTO**, inscrita na OAB-SP, sob nº 371.899, CPF-MF. nº 392.750.918-38; e, **Dr. UESLEI ALMEIDA DOS SANTOS**, solteiro, maior, inscrito na OAB-SP, sob nº 395.817, CPF-MF. nº 391.644.788-23; todos brasileiros, advogados, com endereço profissional na Rua Bogaert, 107, Vila Vermelha, em São Paulo-Capital, CEP. 04298-020; a quem confere poderes para Isoladamente ou em conjunto, independentemente da ordem de nomeação para: (a) no foro em geral, nos termos do Artigo 105 do Código de Processo Civil, podendo receber citações, intimações prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos judiciais, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, promover notificações judiciais e extrajudiciais, vistorias, requerer junto aos cartórios de registros de imóveis, notas, registro civil de pessoas jurídicas e repartições competentes, propor ações judiciais (b) em procedimentos licitatórios, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes aos certames promovidos por repartições públicas, sejam Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Empresas Privadas; (c) em resposta a ofícios judiciais e administrativos e (d) perante quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais e autárquicas, promovendo registros,





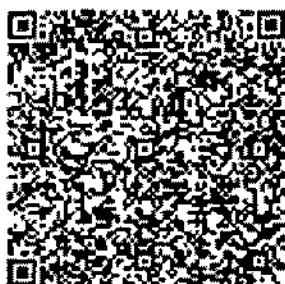
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL E IMOBILIÁRIO DE RIACHO GRANDE  
Bel. João A. Botelho de Andrade  
Ana Maria Bonini Voidella  
Substituta Designada

averbações, inscrições e seus cancelamentos, requerendo o que for mister, no interesse dos Outorgantes, apresentar defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração, impugnações, representações, perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunal de Impostos e taxas do Estado, Conselhos de Contribuintes, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas Estadual, Tribunal de Contas Municipal, Tribunais de Justiça, usando para esses fins inclusive os poderes constantes da letra "a" supra, podendo nomear prepostos dos Outorgantes, fixando as atribuições respectivas no instrumento competente e substabelecer no todo ou em parte os poderes constantes do presente mandato sempre com reservas de iguais poderes, enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. - **O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA.** - De como assim, disse, do que dou fé, lavrei este instrumento que sendo-lhe lido, aceita e assina. - Nada mais do que dou fé. - Eu, (a.) Bel.<sup>a</sup> ANA MARIA BONINI VOIDELLA, Substituta Designada, a digitei. - Eu, (a.) Bel. JOÃO ANTÔNIO BOTELHO DE ANDRADE, Tabelião, a subscrevi. - (a.) **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**. - NADA MAIS. - Esta conforme o original e dou fé. Traslada em seguida. - Eu, *[assinatura]* (Bel.<sup>a</sup> ANA MARIA BONINI VOIDELLA), Substituta Designada, a digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. -

Em testemunho da verdade.

Bel.<sup>a</sup> ANA MARIA BONINI VOIDELLA  
SUBSTITUTA DESIGNADA

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL E IMOBILIÁRIO DE RIACHO GRANDE  
Bel. João A. Botelho de Andrade  
Oficial / Tabelião  
Ana Maria Bonini Voidella  
Substituta Designada



1181661TR000000017992719L

**VALOR COBRADO PELA ESCRITURA:-**

Ao Tabelião	R\$ 134,95.
Ao Estado	R\$ 38,35.
A Sec. Fazenda	R\$ 26,24.
Imposto ao Munic.	R\$ 2,69.
Ao Min. Público	R\$ 6,48.
Ao Reg. Civil	R\$ 7,10.
Ao Trib. Justiça	R\$ 80,26.
A Santa Casa	R\$ 1,35.
<b>TOTAL</b>	<b>R\$226,42</b>

responsável.

Guia nº227- Em 03/10/2019.

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO  
0.102.565/19-318ª ALTERAÇÃO CONTRATUALEICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956



Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

JORGE LUIZ CORREA CORTEZ, brasileiro, maior, solteiro, natural do Rio de Janeiro / RJ, nascido em 02/06/1961, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nr. 11.499.642-8 - SSP-SP e do CPF nr. 011.916.718-28, residente e domiciliado a Rua do Símbolo, 16 - apto 152 - Bairro Jardim Ampliação - São Paulo - SP - CEP-05713-570.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA, estabelecida na RUA BOM PASTOR, 2732 - SALA 87 TORRE NORTE - Ipiranga - São Paulo - SP - CEP-04203-003, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nr. 206.876/18-0 em 16/05/2018.

E o novo sócio: LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauru - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social, conforme cláusulas e condições, a saber:

A- O sócio CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, acima qualificado, aqui na condição de outorgante cedente, sendo titular de 1.584.000 (hum milhão, quinhentas e oitenta e quatro mil) de quotas do capital social da Sociedade no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cede e transfere 1.440.000 (hum milhão quatrocentos e quarenta mil) quotas para o antigo sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, acima qualificado, aqui na condição de outorgado cessionário, em face da rescisão, em comum acordo, do instrumento jurídico, particular, anteriormente, pactuado entre as partes, retornando, assim as referidas quotas à titularidade do antigo sócio, LUIZ ALBERTO RODRIGUES, recebendo o sócio, ora cedente, nesta ato a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referentes a devolução do sinal por ele pago, anteriormente, ao ora cessionário, conforme consta da 17ª (décima sétima) alteração contratual da sociedade datada de 27/12/2017 registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o nr. 027.099/18-0 em 03/01/2018, de cujo recebimento o sócio, ora cedente, dá ao cessionário, por meio deste instrumento, ampla, plena, geral e irrevogável quitação.

B- O sócio JORGE LUIZ CORREA CORTEZ, na condição de cedente, cede e transfere 16.000 (dezesesseis mil quotas) do capital da sociedade, perfazendo o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para o sócio

JUL 2013



**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, O cedente ratifica através de este ato haver recebido a importância pactuada, dando e recebendo, junto ao cessionário, plena, geral e rasa quitação, assim como declara ter recebido todos os direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo dela a reclamar, seja a que título for.

**C** – Os sócios remanescentes resolver alterar o ARTIGO 6º. Da sociedade que passará a ter a seguinte redação:

**ARTIGO 6º** - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), representado por 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	1.440.000	1.440.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	160.000	160.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	1.600.000	1.600.000,00	100

**Parágrafo único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**D** – Os sócios remanescentes resolvem alterar o Artigo 8º. Da sociedade que passara a ter a seguinte redação:

**ARTIGO 8º** - A administração da sociedade caberá somente a ambos os sócios, que terão todos os poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

**E** - Em face das alterações ora procedidas ficam alterados os Artigo 6º. e Artigo 8º do contrato social, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

#### EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade empresária limitada os sócios:

: **LUIZ ALBERTO RODRIGUES**, brasileiro, natural de Bauru – SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 – SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 – Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38 e

**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema – MG, nascido em

JUCESP



26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Vila Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76.

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**ARTIGO 1º** - A sociedade gira sob a denominação social de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA e tendo o nome fantasia de "EICON CONTROLES INTELIGENTES".

**ARTIGO 2º** - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Bom Pastor, 2732 - SALA 87 - Ipiranga - CEP 04203-003, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Primeiro** - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de São Paulo, sita a Rua Bogaert, 107 - Vila Vermelha - CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nr. 35903813610 em 12/05/2010.

**Parágrafo Segundo** - Capital Social destacado para a Filial é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**Parágrafo Terceiro** - Objetivo Social da Filial: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

**ARTIGO 3º** - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46, consultoria, assessoria, auditoria, administração em tecnologia da identificação e controle dos cartões gerados e/ou cancelados e a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral, revenda, manutenção e fornecimento de equipamento e suprimento de informática e a representação comercial de produtos de informática através de terceiros; bem como a venda, revenda licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição, bem como, a venda, revenda, licença ou cessão de direito de uso de programas de computação, relativo à geração de controle e acessos, através de cartões com matriz de caracteres e biométricos, nas áreas públicas e privadas, com objetivo da geração de identificação digital e/ou facial de acesso e uso e também o fornecimento de mão de obra a terceiros de empregados ou trabalhadores avulsos seus contratados, e também a instalação de redes de telecomunicações

**ARTIGO 4º** Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços

JUL 25 1984



contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

**Parágrafo único** - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

**ARTIGO 5º** - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**ARTIGO 6º** - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), representado por 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	1.440.000	1.440.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	160.000	160.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	1.600.000	1.600.000,00	100

**Parágrafo único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**ARTIGO 7º** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**ARTIGO 8º** - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios, que terão todos os poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

**ARTIGO 9º** - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

**ARTIGO 10º** - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

**Parágrafo único** - Também poderão os sócios, isoladamente, nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que as procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão necessariamente estipular o período de validade, ressalvados os casos de procurações para fins judiciais, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

**ARTIGO 11º** - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembléia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

**ARTIGO 12º** - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

**ARTIGO 13º** - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

JUESP

4 2 19

**ARTIGO 14º** - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

**Parágrafo único** - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

**ARTIGO 15º** - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo único** - Se às quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

**ARTIGO 16º** - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo único** - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

**ARTIGO 17º** - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

**ARTIGO 18º** - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

**ARTIGO 19º** - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo primeiro** - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento *mortis*, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento *mortis*.

**Parágrafo segundo** - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

**ARTIGO 20º** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

**ARTIGO 21º** - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à alínea




Decreto Lei Nº 9.295/48. 19

E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios-detentores da totalidade do capital social da sociedade.

**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**  
sócio administrador remanescente.



REG. CIVIL ESTAB.  
Alcacho Grande

  
CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES  
RG. Nr. 20.668.522 - SSP-SP

AMAURI LIMA SOARES  
ADVOGADO  
OAB /SP 138.236

**OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO DE RIACHO GRANDE**  
SITIO / TABULEIRO, RUA JOSE ANTONIO BOTELHO DE ANDRADE  
RUA ALVARO LOPES DE ALENCAR, S/Nº - CEP: 06800-000 FONE: (011) 344.1344 FAX: (011) 344.1344

Reconheço por semelhança 01 firma de LUIZ ALBERTO RODRIGUES, 01 firma de CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, 01 firma de JORGE LUIZ CORREA CORTEZ, em documento com valor econômico, autógrafo. Em test (4) da verdade.  
São Bernardo do Campo, 31 de janeiro de 2019 33505/103-14

R\$ 20,20 \_\_\_\_\_  
142

LUCIENE GARCIA GUEDES - Escrivente Autorizada

Cópia  
Cadastrado  
Corvina  
Autorizada

0882AA0232052F1CV 0882AA0232053F1CV 0882AA0232054F1CV

\*VALIDO SOMENTE COM O SELLO DO AUTENTICADOR\*

Registro Civil e Cartório  
de Notas de Rio de Janeiro  
Cristiane Rodighiero da Silva  
Escritor(a) Autorizada

Colégio Notarial  
do Brasil

LIVRO Nº

FOLHA Nº

DATA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451



93001  
01 04 14  
01

04 FEV 2019



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO  
DO O MUNICÍPIO

FLÁVIA H. BRITTO LOPES  
SECRETARIA GERAL

52.943/19-7



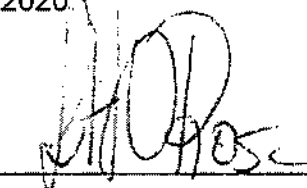
JUCESP

## SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

Substabeleço com reservas de domínio os poderes que recebi de **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 53.174.058/0001-18, com sede na rua Bom Pastor, 2732, sala 87, Torre Norte, Ipiranga, São Paulo - SP, por meio de seu sócio administrador **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, casado, contador, RG nº 17.427.602-3 SSP-SP e CPF/MF nº 164.270.308-76, a **Dra. Maria Victoria Perrim Costa**, advogada devidamente inscrita na Seção da OAB/MG sob nº **195.183**, para que protocole impugnação ao Pregão Presencial nº 029/2020, na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG, consoante estabelece o **item 2.2.3** do citado edital.

**Prazo: 5 dias**

São Paulo, 31 de julho 2020



**LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**  
**OAB/SP 277.087**

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 15526958

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.506/94)



ASSINATURA DO PORTADOR  
Maria Victoria Perrim Costa



OBSERVAÇÕES




**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

INSCRIÇÃO: 195183

Nome: MARIA VICTORIA PERRIM COSTA

Filiação: MARCOS AURELIO COSTA  
KATIA HELOISA COSTA

Naturalidade: BELO HORIZONTE-MG

DATA DE NASCIMENTO: 27/02/1995

RG: 05936780051 - DETRAN/MG

CPF: 121.900.926-12

OPADOR DE ÓRGÃO E TECIDOS: SIM

VIA EXPEDIDO EM: 01/11/05/2019

RAIMUNDO CANDIDO JUNIOR  
PRESIDENTE



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vini, antigo Hotel Sucupira – Centro –  
Coronel Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



## **COMUNICADO DE SUSPENSÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**

**Objeto:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

Informamos que o processo encontra-se suspenso, devido a proponente **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA**, ter impugnado o edital do referido Processo e o Município não ter tido tempo hábil para resposta. A nova data de abertura será remarcada assim que a impugnação for respondida.

Coronel Fabriciano, 03 de Agosto de 2020.

  
**PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ**  
**Pregoeiro**

Assunto: **Suspensão Pregão 29/2020**  
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: <contato@eiconbrasil.com.br>  
Cc: <arthur.murta@brugnara.com.br>  
Cco: <paulinhopaulista@gmail.com>  
Data: 03/08/2020 13:29



Boa tarde!

Segue anexo comunicado de suspensão do Pregão 029/2020 cujo objeto é: **Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.**

Sem mais,

  
Paulo Valadares

Atenciosamente,

**Assessoria de Licitações**

**Secretaria de Governança Jurídica**

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**

**Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063**

Assunto: **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO 029/2020**  
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: Wander Marcondes Moreira Ulhoa  
<wander.ulhoa@fabriciano.mg.gov.br>  
Data: 03/08/2020 15:36



- IMPUGNAÇÃO PREGÃO 029\_20.pdf (~15 MB)

Boa tarde,

Segue anexo para conhecimento e manifestação, cópia da Impugnação, protocolada pela empresa EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA, referente ao Pregão Presencial nº 029/2020.

Atenciosamente,

José Pereira

**Assessoria de Licitações**

**Secretaria de Governança Jurídica**

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**

**Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063**

Assunto: **Comunicado Suspensão Pregão 029/2020**  
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: <juridico@tecnogroup.com.br>  
Data: 03/08/2020 16:02



- COMUNICADO SUSPENSÃO.pdf (~283 KB)

Segue anexo comunicado de suspensão do Pregão 029/2020 cujo objeto é: **Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.**

O mesmo encontra-se disponível no Portal da Transparência no mesmo local onde foi baixado o edital.

Por favor confirmar o Recebimento.

em mais,

Paulo Valadares

Atenciosamente,

Assessoria de Licitações

Secretaria de Governança Jurídica

Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano

Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG**

## **Setor de Licitações**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG.** Aviso Pregão 029/2020 - Processo Licitatório 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Informamos que o processo encontra-se suspenso devido à falta de tempo hábil para resposta a impugnação impetrada pela proponente Eicon Controle Inteligente de Negócios Ltda. A nova data de abertura será remarcada assim que a impugnação for respondida. Coronel Fabriciano, 03 de Agosto de 2020. Paulo Valadares da Silva. Pregoeiro.

*Paulo Valadares da Silva*

*C. Goul*  
*1360832*  
*1360840*





# DIÁRIO OFICIAL

**Coronel Fabriciano**

**Poder Executivo**

**ANO 2020**

**Coronel Fabriciano, segunda-feira, 03 de agosto de 2020**

**Número 1.294**

## SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG Pregão 029/2020 – Processo Licitatório 117/2020. SUSPENSÃO Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Informamos que o processo encontra-se suspenso devido à falta de tempo hábil para resposta à impugnação impetrada pela proponente Eicon Controle Inteligente de Negócios Ltda. A nova data de abertura será remarcada assim que a impugnação for respondida. Coronel Fabriciano, 03 de Agosto de 2020. Paulo Valadares da Silva, Pregoeiro.

## EDITAIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 060/2020

A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, através da Gerência de Gestão de Pessoas, convoca os candidatos descritos abaixo, **APROVADOS** no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020**, para comparecerem a esta Gerência, no prazo de **48 (quarenta e oito horas)**, a contar da publicação do ato de provimento, munidos dos documentos e resultados dos exames clínicos descritos no edital. O não comparecimento do Interessado implicará desistência da convocação.

COLOCAÇÃO	CARGO	CANDIDATO (A)
14º	308 – RECEPCIONISTA	WARLA ALMEIDA DE OLIVEIRA QUEIROGA
8º	309 – SECRETÁRIA DE POSTO DE ENFERMAGEM	ANA PAULA ALMEIDA CRUZ
10º	407 – TÉCNICO DE ANÁLISES CLÍNICAS	MICHELE BATISTA COSTA
36º	502 – ENFERMEIRO (A)	KEILA REGINA LAGE QUINTÃO
37º	502 – ENFERMEIRO (A)	AMANDA DELFINA PAIVA AYALA
38º	502 – ENFERMEIRO (A)	CAMILA BRANDÃO LEAL PEREIRA

**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, 03 de agosto de 2020.**

**Elenice Barcelos de Assis Ferreira**

**Gerência de Gestão de Pessoas**

## EXTRATO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 007/2020 DO CONTRATO DE OBRA Nº 307/2016 – PROCESSO Nº 498/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 009/2016 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO E CONSTRUTORA ENGEPV LTDA. 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL. 1.1. Pelo presente instrumento e por acordo entre as partes, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 360 (trezentos e sessenta) dias, que passa a vigor a partir de 20 de junho de 2020 a 15 de junho de 2021.

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINÓPOLIS-MG.** Aviso de Licitação Eletrônica nº 01/2020, para menor preço por item. Objeto: Registro de Preço para entrega e fornecimento de XMM rejeito, para atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando o desenvolvimento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente de surto de doença viral respiratória (Covid-19), atualmente pelo novo coronavírus, entre as disposições do prego eletrônico 3308/2020 em 31/03/2020. Edital nos sites: [www.capinopolis.mg.gov.br](http://www.capinopolis.mg.gov.br) e [www.bollettam.com.br](http://www.bollettam.com.br) Informações pelo telefone: 0363-0320. Capinópolis-MG, 03/04/2020. Lucas Vitor Silva e Souza, Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO JOÃO**  
- CREDENCIAMENTO Nº 02/2020.

memoria do CNPJ nº 01 e nº 16.726.028/0001-40, foram pedidas ao Sr. da Pres. Comissão Interseção, Nelson Andreoli das Oliveira, que acaba aberto o Procedimento Licitatório nº 110/2020, Inexigibilidade nº 07/2020, objetivando o Credenciamento de Produtores Rurais para realizar os serviços ambientais em suas propriedades localizadas no município de Capim Branco, no Estado de Mato Grosso do Sul, sob o domínio da Administração. Os interessados deverão apresentar documentação para habilitação até as 17h horas em 27/02/2020, entre em contato com o Setor de Licitação ou telefone (3743) 7752 ou [www.cnpj.com.br](http://www.cnpj.com.br) para mais informações.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU**  
**EXTRATO DISPENSA, PROCESSO Nº 63-2020**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020.**  
Objeto: Locação de imóvel para instalações do sede da Prefeitura Municipal. Valor: R\$ 512,30 Mensal. Para: Cílio da Cunha C. Rêto e Mariana Benício Junqueira do Carmo Cruz. Período: 12 meses. Caxambu (0398-2020, Diego Curi Hauken - Prefeito Municipal).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA-MG**  
**HOMOLOGAÇÃO DO PREÇO PRESENCIAL Nº 031/2020**  
Processo Licitatório nº 032/2020, cujo caso objeto aquisição do veículo 0 Km, modalidade de 2020 para o Programa Casa e Póli-  
acção com a Planar S/A. de 06/11/2019,  
Entre de Continuar Contratação: Prefeitura Municipal de Co-  
imbra-MG, Contratação: 032/2020-Regime R.H. Velocidade 8 A, ven-  
do de lote 01, o valor total de R\$ 56.300,00 Vigência: 03/06/20-  
03/06/2021, Autorização: Nelson Geraldo Ladeira, Prefeito  
Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CONCEIÇÃO DA APARECIDA**  
**PREÇO ELETRÔNICO Nº020**

Oligio Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de material de consumo de alto valor em atendimento à ordem individual. O edital poderá ser lido no íntegro através do site: [www.conceicaoapi.ms.br](http://www.conceicaoapi.ms.br), endereço eletrônico: [licitacao@conceicaoapi.ms.br](mailto:licitacao@conceicaoapi.ms.br), ou pelo endereço eletrônico: [licitacao@conceicaoapi.ms.br](mailto:licitacao@conceicaoapi.ms.br). A sessão de abertura será realizada no dia 13 de agosto de 2020, às 13h00 (treze horas), no Centro da Aparecida, 09 de agosto de 2020, Ruberval José Gonçalves - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2020**

Publica Aviso de Licitação - Toma pública que fins realizar on dia de agosto de 2020, cujo cotaço dos em licoes não se 09:00 hora abertura dos cotacoes as 09:00 horas, no Departamento de Aquoçes e Comunitades de Servicoos. Licitação Modalidade Preço Presencial, do tipo menor preço por item, com o seguinte objeto: aquisiçao e fornecimento de materiais hospitalares para atender a Secao Municipal de Saude e o Fundo Municipal de Saude, conforme ontre de cotacao, pelo metodo de 12 (doze) lotes. Trata de cotacao

[illegible][illegible]

Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas/MG - Pregão Eletrônico nº 03/2020 - Publica Aviso de Licitação - Torna público o Edital realizar no dia 13 de agosto de 2020, entre outros dos envelopes até as 09:00 horas e abertura dos envelopes às 09:00 horas, Departamento de Aquedutos e Contabilizações de Serviços, Licitacao Modalidade Preço Presencial, do tipo menor preço por item, com seguinte objeto: aquisição de um (1) SMO (um mil e quinhentos e noventa e nove litros) para detecção de amparos GCM e LCPA dos eixos 19 e 20.

Documento assinado eletronicamente.  
A autenticidade deste documento é assegurada por meios eletrônicos.

anexar a resolução SES-MG nº 7.093/2020, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Tudo de conformidade com a Lei nº 8.066/2013, alterada pela Lei nº 8.933/94, Lei nº 9.484/99, Lei nº 5.209/06, e a Lei nº 13.179, de 14 de fevereiro de 2020, anexada pela Nota Promissória nº 926/2020. Melhores informações estarão à disposição Prefeitos Municipais, Departamentos de Aquicultura e Condições Sanitárias, na Rua Floriano Peixoto, 395 - Fone: (61) 3321-4020, E-mail: Guedes Souza Correa, Pregador Oficial do Município de Cuiabá dos Araripeiros.

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**PREÇAÇÃO ELETRÔNICA NÚMERO 001/2019**

Faixa Eletrônica número 001/2019 - Pregão Administrativo situam 14/04/2019 (por meio prego, destinado ao processo de preço plicação e eventual contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletrônicos da Prefeitura Municipal de Contagem, disponibilizando estrutura para ambiente de inovação educacional utilizando mecanismos interativos e de mobilização social através produção e elaboração de material audiovisual, cursos de formação no âmbito do curso de licenciatura em pedagogia, desenvolvimento de aplicativos e plataformas digitais de aprendizagem com utilização gratuita de professores e alunos nas práticas educacionais com suporte pedagógico e administrativo às atividades educacionais e administrativas. Máscara para as datas é DD/MM/AAAA. Todas as informações estão disponíveis no site eletrônico nº 001/2019, sob o link nº 001/2019 em [www.contagem.mg.gov.br](http://www.contagem.mg.gov.br). Informações pelo telefone (31)3352-8111 Contagem, 26/07/2019 – Luiz Adalberto Helen. Proprietário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 026/2020 NOVA DATA**  
Pregão Eletrônico número 026/2020 - Processo Administrativo nºm 0993/2020 - tipo menor preço, destinada a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso, por tempo indeterminado, do SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA – SIGP, para atendimento às diversas secretarias do poder executivo do município de Contagem, Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº 13.040.000/0001-00, inscrita no ISENTI nº 24.900.002/2020, do Edital nº 007/2020, e parâmetros de 04-08-09-2020, da seguinte forma: enviar e sites [www.licitacoes-e-compras.mg.com.br/www.contagem.mg.gov.br](http://www.licitacoes-e-compras.mg.com.br/www.contagem.mg.gov.br). Informações pelo telefone (31)33352-5131. Contato: 0266/2020. Laiza Ado Buchin Trevisan.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**PROCESSO Nº 020/2020 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**  
**SUSPENSÃO** Objeto: Compra de itens de uso de software, para atendimento via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para no máximo 12 meses, acompanhados e qualificados da aquisição do valor no mercado municipal - VAE, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, sendo ciente fonte de pesquisa: Roteiros O-Gráficos, Intermédios que o processo encontra-se suspenso devido à falta de tempo hábil para suspensão a limitação de tempo pela preposição Flávio Cavallini Lins/Instituição de Pesquisas Lins. A falta de abertura será renúncia ao que a administração não deve

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS**  
**AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO**  
Processo Licitand nº 215-2020. Condições: Pábulas nº 003-20; prazo menor preço. Condição objeto desta licitação a contratação de empresa para a execução das obras de construção do Hospital Regional Multifunções Verticalizado dentro do PPI Favelas - Programa Piloto de Intervenção em favelas - Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários no Bairro São Sebastião municipal de Divinópolis-MG. A abertura dos envelopes ocorreu dia 14 de setembro de 2020 às 13h00 horas. Não há de licitantes de Divinópolis e Ar. Pábulas nº 2.601 - 2. Andar, sala 315, São João 15, 31.501-170. Município de Divinópolis-MG. O edital em anexo.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHENA FELIZ**  
**REVOGAÇÃO Nº 0587220**

- PRONTO 0291/2020 Registro de pedido para futura aquisição do  
para atender as unidades educacionais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇAS**  
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
- Pregão nº 005/2020 - Processo nº 12.1-2020 onde se li: Objeto: Reg. im. de preço para futuras aquisições do veículo carro Ingresso 0 10, 10, 10 e região de preço para futuras aquisições de peças de veículo de pequeno porte. Onde se li: Data: 07/04/2020, feia-se: 14-04-2020, 13,00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperancas.luz.nap.gov.br.  
João Carlos Cobreira de Almeida - Prefeito Municipal.

ente com fundamento no art. 6º do Decreto nº  
pode ser verificada no endereço <http://www.j>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERROS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 001/2020**  
A Prefeitura Municipal de Ferros, Estado de Minas Gerais, com o propósito de se dispor ao art. 23 da Lei nº 8.666/91, torna público para realizar Processo Licitatório nº 004/2020, na Modalidade: Licitatório nº 002/2020 - CHAMADA PÚBLICA nº 001/2020, com o seguinte objeto: aquisição de alimentos infantis destinados a Agências Familiares e ao Empreendimento Família Rural, designados a serem enviados à Entrega de envelopes e Serviço de Limpeza será no 2606 segundo de 2020 às 09h30min. Maiores informações e para tal consultado poderão ser obtidas nos Preços Municipais de Referência de Ferrosópolis, Contorno e Serviço de Limpeza nº 001/2020, 217 - e-mail: [licitacoes@prefeituraferros.org.br](mailto:licitacoes@prefeituraferros.org.br) ou telefone: (35) 3211-1000, na Av. Valmor José Dias Lima - Presidente Camarão, Ferros, Minas Gerais de 12h às 18h.

[illegible]

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 161/2020**  
Modelo registro de preços - Pregão Eletrônico nº 058/2020. Tipo: preço por item. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, inclusive hortifrutícolas, que serão utilizados na manutenção dos serviços de alimentação da Prefeitura Municipal de Formiga - MG.  
Proposta: de dia 07/05/2020 às 09:00h até dia 14/05/2020 às 09:00h.  
Data de abertura das propostas: das 09:00h do dia 14/05/2020 às 09:00h do dia 14/05/2020.  
Inscrição de fornecedores de dia 19/04/2020 às 09:00h até dia 14/05/2020 às 09:00h.  
Modo de entrega: Modalidade de entrega, referência temporal: 12 meses.  
Mais informações: [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br), [www.licitacoes.mg.gov.br](http://www.licitacoes.mg.gov.br), [formiga@formiga.mg.gov.br](mailto:formiga@formiga.mg.gov.br), [www.licitacoes.mg.gov.br](http://www.licitacoes.mg.gov.br), telefone: (37) 3229-1846, e/ou ainda no tal e divulgação de informações: [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br), [www.licitacoes.mg.gov.br](http://www.licitacoes.mg.gov.br), e/ou pelo e-mail: [pregaoes@prefmformiga.gnet.com.br](mailto:pregaoes@prefmformiga.gnet.com.br).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCOPOLIS/SP**  
**PREÇO PÚBLICO PARA REGISTRO**  
**DE PREÇOS Nº: 027/2020**

A Prefeitura de Franciscoópolis torna pública que realizará no 14/09/2020 as 09h00minh a Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2020 para eventual e futura aquisição de água sanitária para manutenção da limpeza das secretarias municipais. Informações completas com o Edital Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Franciscoópolis na Assida Presidente Kennedy - 67 - Caixa Postal 33.351-40000, Adriana Pereira de Mello e Pereira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI INOCÊNCIO**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2020**

\* Para o Credenciamento de interessados pessoa físicas e jurídicas para aquisição de gêneros alimentícios produzidos da Agricultura Familiar do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, destinado ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na R. E. Ensino Escolar do Município. Edital de Credenciamento em anexo a disposição nos dias 04/08/2020 a 04/09/2020, nos horários das 08:00h/2020 às 18:00h/2020. Interessados: (Telefones) 284-2556; J. Geraldo de Moraes Barros - Prefeito Municipal.

[illegible][illegible]

Atividade: 3 – Pauta para reunião de dia 21 de agosto de 2020, na sede da empresa, interessadas se cadastrarem na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guarapuá – A – VISTTA, TFC/NOB. Fica prorrogado até dia 28 de agosto de 2020, nos horários das 08h00h às 11h45h horas e das 14h00h às 16h45h horas, a elim final para a seleção, que deverá ser agendada na Secretaria Municipal de Obras Desportivas/Infraestrutura, endereço: Rua Manoel Joaquim Pedro, n.º 100, Centro, Guarapuá/MS, fone: (55) 3559-1000. Minutem informações na Secretaria Municipal de Administração de Guarapuá e na site [www.guarapuamg.gov.br](http://www.guarapuamg.gov.br). Guarapuá, 03 de agosto de 2020. Rafael Augusto Olinto – Secretário Municipal de Administração.

22, de 26 de julho de 2017.  
[minasgerais.mg.gov.br/autenticidade](http://minasgerais.mg.gov.br/autenticidade), sob o nº

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUÁ**  
**AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2020**  
**PROCESSO 169/2020 - INSCRIÇÃO 002/2020.**  
A Prefeitura Municipal de Guarapuá, através do Departamento de Administração, visando a realização de atividades de Laboratório de Análises Clínicas, devidamente cadastradas e habilitadas, para a realização de exames laboratoriais no município de Guarapuá/PR, visando à prestação de serviços e análise de exames laboratoriais em clínica própria e/ou domicílio, considerando os valores constantes no Sistema de Registro de Preços, em vigor, e demais condições, e de acordo com o Edital nº 002/2020, e em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, e demais disposições aplicáveis, torna público para abertura de processo de credenciamento de empresas interessadas a participar do Edital nº 002/2020 e 002/2020. A abertura dos envelopes comerciais de propostas da Secretaria Municipal de Administração do Município de Guarapuá, ocorrerá no dia 09 de agosto de 2020, às 14h30min, no local e endereço a seguir:  
Pavilhão de Exposição, Centro, Guarapuá, Paraná. O processo de credenciamento permanecerá aberto para novas inscrições até o encerramento após a data de 07 de agosto de 2020. O Edital e o Edital de Abertura de Envelopes encontram-se disponíveis para consulta e download na Administração da Prefeitura de Guarapuá a partir do dia 04 de agosto de 2020 e também no site [www.guarapuapra.gov.br](http://www.guarapuapra.gov.br), onde se encontra o Edital e o Edital de Abertura de Envelopes. Para mais informações, consulte o site da Prefeitura de Guarapuá ou o site [www.guarapuapra.gov.br](http://www.guarapuapra.gov.br).  
Guarapuá, 03 de agosto de 2020. Prefeito Augusto Dillmou - PM de Guarapuá, 03 de agosto de 2020. Prefeito Augusto Dillmou - PM de Guarapuá, 03 de agosto de 2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURUBA/AC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREÇO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020.** O Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças e pequenos peças. Alterosa, 17/08/2019 às 13h00min. **PREÇO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020.** Obj: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos. Alterosa, 17/08/2019 às 08h30min. Edital: [www.ituruba.ac.gov.br](http://www.ituruba.ac.gov.br). Helder Camilo Santos - Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LILICINZANO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
 Nº 002/2020, Pregão Presencial Nº 002/2020 - Cotação  
 Emprego para Prestação de Serviços Refeições para OBRAS DE LILICINZANO (Novo Horizonte), UBS São Ovídio Vilas (Rio das Neves) Menção, USU Assistência de Pádmus Rios (Rio das Neves) Atendimento Municipal, Abertura das envelopes prevista para 18/08/2020 às 9h em Prefeitura Municipal de Lilicinzano, Mato Grosso do Sul, no Departamento de Licitação, até às 14h, Pça. São João Lucas, Lote 53, Centro, Ilhéus - MAT, ou através do site: <http://www.lilicinzano.gov.br/licitacao>, Pregório - Tháguia Vilas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPABA-MG**  
**EXTRATO DE CONTRATO**  
Extrato de CONTRATO nº 079/2020 - FBC 242/2020 - Tomada de Preços nº 010/2020. Pares: Município de IPABA/MG e a empresa DIRECIONAL CONSTRUÇÃO E IMPLANTACÃO EUROPEIA com o valor total de R\$ 113.864,17 (cento e treze mil oitocentos e quatorze e quatorze centavos). Vigência: 29/07/2021 a 31/07/2024. Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica na Rua Getúlio Vargas e Rua J. Mendes, conforme planilha quantitativa, de acordo com o Edital nº 1498.01.000/2020/2020-5. Ipaba, 29 de julho de 2021. GERALDO DOS SANTOS JUNIOR - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**  
**RESULTADO P.E. 96/2020**  
**APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL** (a empresa Ciríngia)  
Folha 002 Para Saúde Fielix - cnpj 03.773.114/0001-11. Aut. dispo-  
nível no site [www.bionex.com.br](http://www.bionex.com.br). E-mail: Dna de Souza Lopes, 1  
Mun. de Saúde, em 03/08/2020.  
2 em -03 13/2801

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**  
**RESULTADO RE 104/2020**  
Teste rápido COVID. A empresa AM Medical Com. de Med. e P.  
Hospitalares venceu o código 39846. Atm disponível na site [www.ipatinga.gov.br](http://www.ipatinga.gov.br). Fziza Dias de Sousa Lopes, Sec. Mun. de Sa.  
em 03/08/2020.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA**  
**RESULTADO P.E. 106/2020**  
Objeto: Medicamentos. O certame correu fluído, pego o diário eletrônico pela Administração e lido o diário. Ato disponível site [www.biracxa.com.br](http://www.biracxa.com.br). Érica Dias de Souza Lopes. Sec. Mun. Saúde, em 03/04/2020.

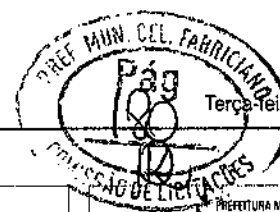
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA.**  
**RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020-SM.**  
Objeto: Aquisição imprevista mangueiras. O vencedor, conforme resultado, encontra-se destacado para o dia 10/08/2020 de 13 horas. A Edital disponível no site [www.bicursos.com.br](http://www.bicursos.com.br). Informações fone: 34220-8134/165, de 12 de 17h. Eriko Dias de Souza Lopes. Site: [www.ipatinga.org.br](http://www.ipatinga.org.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUNA**  
**RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DO PREGÃO Nº 122-20**  
 A Prefeitura de Itamuinha publico que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2020 foi retificado pela seguinte vez e sua data de realização. Objeto: Aquisição de manuseio digital por unidade de servidores do Secretariado Municipal de Saúde, sendo como em anexo a planilha de especificações e o MEIO DE AQUISIÇÃO. A COTAÇÃO, o edital não integrou o meio necessário para disponibilizar, a partir de 04/05/2020, no site: [www.muni.itanu-mg.gov.br/procurem/procurem.html](http://www.muni.itanu-mg.gov.br/procurem/procurem.html) e no [www.comprasnet.gov.br/procurem/procurem.html](http://www.comprasnet.gov.br/procurem/procurem.html) e no [www.comprasnet.gov.br/procurem/procurem.html](http://www.comprasnet.gov.br/procurem/procurem.html). Nova data de abertura do prego: 16/05/2020, na R. Fernando Menezes de Paula, Secretariado Municipal de Saúde.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUNA**  
**REMANEJAMENTO DA CONCORRÊNCIA 06/2019**  
A Prefeitura de Itauna informa publicamente sua lista da Concorrência 06/2019, Objeto: Contratação de serviços de manutenção e administração das esplanadas e do banimento. O Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Sr. Carlos Roberto de Oliveira, apresenta a seguinte instrução sobre o público que, em virtude das alterações previstas no edital foi retirado da base de dados para apresentação de propostas, a julgar-se que, será no dia 22/09/2019 às 10h30m no Salão de Leilões da Prefeitura Municipal de Itauna, Inscrição sobre o edital no [www.itauna.mg.gov.br/portal/contato/inscricao](http://www.itauna.mg.gov.br/portal/contato/inscricao) ou pelo e-mail [peleilao@itauna.mg.gov.br](mailto:peleilao@itauna.mg.gov.br)  
2241-1212 Juntar J17, Danilo Leandri Nogueira - Secretário Municipal de Administração

320200803202148024.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua São Bento, nº 451 - Centro - CEP 35.180-000  
CNPJ 16.507.000/0001-00 - Tel: (35) 3425-1155

## RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2020

**OBJETO:** Contratação de empresa, por menor preço, sob o regime do empreitada por preço global, para execução de obras de pavimentação de ruas, em bloco de concreto, nas Ruas Benedito Lucas, Rua Langino Pereira da Costa, Rua Padre Domingos do Carmo e Rua Azer Martins Brandão, no Bairro Bananal - Braúnas/MG, que terão custeado com recursos do Governo do Estado de Minas, emenda parlamentar na modalidade transferência especial, Resolução SEGOV Nº 753, de 05/05/2020.

Empresa vencedora: CONSTRUTORA NAQUE EIRELI, valor global de R\$ 298.323,42 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte e três reais e quarenta e dois centavos).

2º lugar: EGO VIA CONSTRUTORA EIRELI valor global de R\$ 293.681,57 (duzentos e noventa e três mil seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

3º lugar: ALMAS EDIFICAÇÕES EIRELI valor global de R\$ 317.487,88 (trezentos e dezessete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Braúnas/MG, em 31 de julho de 2020.

João Carlos Santana  
Comissão Permanente de Licitação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ nº 17.005.653/0001-66

## AVISO DE SUSPENSÃO

EGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2020.

A Prefeitura Municipal de Belo Oriente COMUNICA A SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020, cujo o objeto é: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para manutenção da piscina do Centro de Referência da Pessoa Idosa em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social e centros de referência tipo MOP e materiais de limpeza, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Oriente/MG. A reabertura será publicada posteriormente nos meios de comunicação oficial.

Belo Oriente, 31 de julho de 2020.

Tiara Alves da Silva Matos  
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO  
Av. Azeiteira, nº 3230 - Bairro São José, Timóteo/MG  
CEP: 35162-901 - Telefone: (31) 3847-4718 / 3847-4701

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2020.** O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº. 8.986, de 21/06/93 e alterações, torna público que no dia 20 de agosto de 2020, às 13:30 horas, na sua sede, fará regular licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 011/2020, Processo Administrativo nº. 168/2020, que tem por objeto a contratação da empresa do engenho ou arquitetura e urbanismo, pelo regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço global, para construção, realização de reparos e adaptações da Unidade Básica de Saúde - UBS do Bairro Ana Rita, conforme Resolução SES 2.821, de 03 de junho de 2011, Resolução SES-MG nº 3.771, de 12 de junho de 2013. O presente Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados pelo endereço eletrônico: <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701. Timóteo, 03 de agosto de 2020. Jamilton Gomes Figueiredo - Presidente da CPL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE - MG. AVISO DE LICITAÇÃO.

A) Tomada de Preço nº 010/2020 - Processo Licitatório nº 098/2020. Objeto: Contratação de empresa do ramo para implantação do projeto de prevenção a combate a incêndio e pânico nas Escolas Municipais Hilda Moraes e Escola Municipal Francisco Gonçalves de Brito, no município de Belo Oriente. Abertura do julgamento será no dia: 20/08/2020 às 09:00:00 min.

B) Tomada de Preço nº 011/2020 - Processo Licitatório nº 097/2020. Objeto: Contratação de empresa do ramo para implantação do projeto de modificação de extensão ROP (Rede de Distribuição Aérea Protegida) e instalação de luminárias na Avenida Juscelino Kubitschek no Distrito de Perpétuo Socorro, no município de Belo Oriente, no âmbito do Projeto Fínis. Abertura do julgamento será no dia: 21/08/2020 às 09:00:00 min.

C) Tomada de Preço nº 012/2020 - Processo Licitatório nº 098/2020. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços de eletrificação, modificação e extensão de rede elétrica urbanas e rurais em diversas localidades do município de Belo Oriente, incluindo fornecimento do material, mão de obra e elaboração de projetos. Abertura do julgamento será no dia: 26/08/2020 às 09:00:00 min.

O edital poderá ser repassado via e-mail mediante solicitação: [licitacao@beloorientemg.gov.br](mailto:licitacao@beloorientemg.gov.br) (31) ou 3258-2807, poderá ser retirado no site: [www.beloorientemg.gov.br](http://www.beloorientemg.gov.br) ou na Assessoria Técnica de Licitação da PMBO. Belo Oriente, 03 de Agosto de 2020. Tiara Alves da Silva Matos, Presidente CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2020 PREGÃO RP Nº 022/2020 - Contratação de empresa para locação de brinquedos para eventos e projetos infantis para atender à Secretaria de Educação. Empresa detentora da Ata: ARAÚJO ESTRUTURAS E EVENTOS LTDA ME com o valor global de R\$ 45.385,00 (Quarenta e cinco mil trezentos e oitenta e cinco reais). Vigência: 03/08/2020 a 02/08/2021. Luzia Teixeira de Melo, Prefeita.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG Pregão 029/2020 - Processo Licitatório 117/2020. SUSPENSÃO** Objeto: Cessão do direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração da valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de recurso Recursos Ordinários. Informamos que o processo encontra-se suspenso devido à falta de tempo hábil para resposta a impugnação impetrada pela promissora Eicon Controle Inteligente de Negócios Ltda. A nova data de abertura será remarcada assim que a impugnação for respondida. Coronel Fabriciano, 03 de Agosto de 2020. Paulo Valadarez da Silva, Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO. RESULTADO FINAL TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2020 - Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de pavimentação e drenagem pluvial - Avenida Getúlio Vargas trecho da praça até a ponte sobre o córrego do Açúcar do centro da cidade. Venceu o certame a empresa EMMPEC EMPREZ. MINERA DE PROJETOS, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP com o valor global de R\$ 273.900,78 (duzentos e setenta e três mil novecentos e setenta e oito centavos). Laís Alvaranga Carvalho de Melo Souza, Presidente da CPL. Santana do Paraíso, 03/08/2020.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO. RESULTADO CONVITE Nº 003/2020 - Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de urbanização de praça com execução de passeio, no bairro Residencial Bethânia Expansão II. Venceu o certame a empresa URBAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Laís A. C. de Melo Souza, Presidente da CPL. Santana do Paraíso, 03/08/2020.**



## DIVERSOS

**CCDM**  
Cursos e Treinamentos

PARK, Fica, Alimento,  
CP, TV, Internet, Voz,  
Três linhas e mais  
Rápido e barato

3824-0035  
8887-0035

## ORAÇÃO DOS AFILIOS

"Atira-se ao Vento Vozes  
das pães da cruz, siltas na  
voz, Vozes, Mãos de Je-  
sus. Cante em Deus com  
todas as minhas forças.  
Por isso, peço-lhe que re-  
sane e me guarde, o no-  
me e meu caminho, o no-  
me e a graça que tanto  
dejo. Amém".

## IPAFREIOS

### NOVIDADE:

AGORA COM ALINHAMENTO,  
BALANCEAMENTO E PNEUS.  
AV. STUM JOSÉ DE SALES, 1913,  
BETHÂNIA - ITÉL. 3827-7719  
[www.ipafreios.com.br](http://www.ipafreios.com.br)

## Espaço Vinte

Sala de Eventos  
Festas em Geral - Eventos Empresariais  
Ambiente decorado e climatizado  
Capacidade de 350 convidados  
Ofício: (31) 3823-8155  
Av. Afonso Gonçalves, 20 - Iguaçu  
Tel: (31) 3823-1490 - [espacovinte@iguaçu.com.br](mailto:espacovinte@iguaçu.com.br)

## MULTICLINICA

MÉDICO - ODONTÓLOGO - DENTISTA - SAÚDE ODONTOLÓGICA  
Av. AL. 1050, Lado Paralelo  
3823594 / 3823597 / 3823598 / 3823599  
[www.multiclinicadent.com.br](http://www.multiclinicadent.com.br)

## ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DA PENA

Vozes Santinhas, doçura da Senhora que, sob a capoteira amarela  
da Penha, tem a cor da vida e do amor. Diga palavras  
sobre nós, sobre o mundo, e sobre a vida. E a vida será a vida  
dos seus filhos. Para que passemos, em todo o tempo da nossa  
vida, felizes com aqueles que estão na Fé. Sefel com a voz  
que dá a vida. Nossa Senhora, Mãe de Deus, Mãe de todos.

## PNE

### Grupo: SARITUR

Contrata: PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS  
Vaga: Cobrador e Auxiliar de Serviços Gerais.  
Especialidade: Mínimo 5º Série.

Interessados deverão comparecer à SARITUR (Rua Caetés,  
100 - Iguaçu). Tel.: (31) 3823-9190 (falar com Simone).  
"Resaltamos que, segundo a legislação brasileira vigente  
(Lei nº 8.742/93, art. 21-A, §§ 1º e 2º), não há perda, mas  
apenas suspensão, do benefício previdenciário - BPC que  
já tenha sido concedido às pessoas com deficiências, du-  
rante o curso do contrato de trabalho e em caso de contra-  
tação como aprendiz, é possível cumular, por pelo menos  
02 (dois) anos, o benefício de prestação continuada com o  
salário relativo ao cargo ocupado na empresa".

## SANKYU

Multinacional japonesa está  
com vagas em aberto para  
Pessoas com Deficiência na  
Filial Ipatinga/MG

As vagas são para as áreas administrativa (mínimo ensino  
médio completo) e operacional (mínimo ensino fundamental  
completo).

Os interessados devem encaminhar currículo com o tipo de  
deficiência para o e-mail [vagasipatinga@sankyu.com.br](mailto:vagasipatinga@sankyu.com.br) ou  
entregar no escritório localizado na Av. Brasil, 880 - Iguaçu.

## FILTRAMOS

Filtros e Purificadores de água

Água pura, sua  
fonte de saúde  
(31) 3821-9931 / (31) 9648-0936

PEQUENOS ANÚNCIOS: 3828-9030

## TRANSPORTE SANTANA

VENDEM-SE  
• Munha de carvão  
• Esterco

3826.5563 - 99686.5563  
Rua Esaú, 108 - Vila Militar - Ipatinga

PROCURE UM  
POSTO DE SAÚDE  
EM CASO DE FEBRE  
E TOsse OU  
DIFICULDADE  
PARA RESPIRAR

**CORONAVÍRUS**  
(COVID-19)  
**JUNTOS SOMOS  
MAIS FORTES.**

DISQUE SAÚDE  
136

SAIBA MAIS EM  
[saude.gov.br/coronavirus](http://saude.gov.br/coronavirus)  
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS



certaimoveis.com.br



Assunto: **Processo VAF**  
De: <wander.ulhoa@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: José Pereira <jose.pereira@fabriciano.mg.gov.br>  
Data: 10/08/2020 17:41



Prezado José Pereira, Boa Tarde !!!

A respeito dos quesitos arrolados pela Empresa Eicon, destaco:

- 1) São 10 fiscais (setor de fiscalização tributária) que farão o treinamento, não havendo nenhuma possibilidade de treinamento de outros servidores;
- 2) Sobre o datacenter: a exigência é de que o sistema web esteja hospedado em um datacenter confiável. Isso, a rigor, é uma questão óbvia pra quem tem um sistema de qualidade.

Atenciosamente,

Wander



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**Procedimento Administrativo de Licitação.**

**Modalidade** : Pregão;  
**Parecer nº** : 0220/2020;  
**Processo nº** : 0256/2020;  
**Pregão nº** : 0117/2020.

**Parecer Jurídico**

Versam os autos análise jurídica exarando emissão de parecer sobre Impugnação ao edital interposto pela licitante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGOCIOS LTDA;**

O objeto da licitação é :

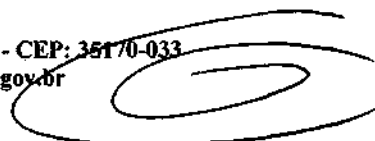
*"Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses".*

**DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 Art. 41.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Assim, tempestivo a apto a ser conhecido.

**DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO**

A estipulação no edital, onde suas determinações e condições via de regra, tem força de lei e são sujeitas ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:

*"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ( Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1º T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)" "Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras devesse ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j.em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)."*

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)".*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. "O princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados." (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos nas leis e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante à não-observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento.(TRF-1 - AG: 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de Julgamento: 13/10/2006, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 DJ p.216) (grifo nosso)

No momento de apresentação dos envelopes o licitante deve ter conhecimento em face das exigências legais e edilícias quais documentos deve apresentar. Não os trazer caracteriza descumprimento à lei e ao edital, devendo ocorrer à inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso.

Na Lei de Licitações, mais precisamente em seu artigo 40, o legislador elencou os componentes obrigatórios no Edital de licitações, os quais, devem ser seguidos pelos administrados, sob pena de sofrerem sanções e até mesmo terem suas contas rejeitadas.

Pois bem.

A impugnante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA** apresenta razões de fato questionando as exigências estipuladas no edital.

São elas;

I – Da irregularidade da vedação de participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame;

II – Da ilegal vedação de participação de empresa em recuperação judicial;

III – Da restrição a ampla possibilidade de impugnar aos termos do edital;

IV – Da impossibilidade de apresentação de certidão positiva com efeito de negativa;

V – Da ausência de quantitativos de treinamento impossibilitando





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



confeção das propostas;

VI – Da aglutinação de licenciamento e uso de Software e Datacenter;

VII – Das irregularidades técnicas verificadas,

Inicialmente, cumpre observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

**I - DA IRREGULARIDADE DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO NO PRESENTE CERTAME.**

Assim determina o item 2.2 e 2.2.1;

**2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de:**

2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

Não constam quais quer irregularidade na vedação, pois trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Sobre o tema, assim se posiciona a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, *In verbis*:

"A aceitação de empresas em consórcio na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua vedação seja sempre justificada." (Acórdão n. 1.678/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes)

"Observo que não obstante a decisão pela formação de consórcios ter sido confiada pela lei ao talante do administrador, este deve sempre decidir de forma fundamentada. No presente caso, reconheço que a dimensão da contratação não reclama a formação de consórcio entre os licitantes, entretanto, a opção de não parcelar o objeto, que, como demonstrado antes, poderia ser segregado em serviços perfeitamente distintos, poderia tê-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



lo justificado." (Acórdão n. 1.405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinicius Vilaça).

"A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada." (Acórdão n. 566/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinicius Vilaça).

Como toda a decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.

**Dado a justificativa OPINO pela legalidade da vedação supracitada.**

**II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL;**

Clausula 10.1.3 alínea "a":

**10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedido nos últimos 90 dias;

Sabe-se que tem-se pacificado o entendimento da possibilidade de participação de licitação empresas em recuperação judicial, o que não impede a administração de exigir a demonstração da qualificação econômica e financeira, vejamos posicionamento do TCU:

*"é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993" (Acórdão nº 1201/2020 do TCU).*

Logo, em tempos de abalo à saúde financeira das empresas — como, por exemplo, o que estamos vivenciando com a pandemia da Covid-19 —, o acórdão do TCU demonstra-se razoável ao ratificar o entendimento quanto à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



participação das empresas em recuperação judicial, desde que se verifique sua capacidade econômica e financeira, alinhando-se aos entendimentos do STJ.

"Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

"Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica". STJ, 1ª Turma, (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018).

Diante o exposto percebemos que a empresa deve demonstrar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica, na leitura literal da cláusula 10.1.3 alínea "a", não vislumbro irregularidades, pois não existe vedação mas sim maneiras de demonstrar a capacidade econômica, sendo este primordial para satisfação do cumprimento do objeto ora licitado.

**Dado os entendimentos expostos OPINO pela legalidade da exigência supracitada.**

**III - DA RESTRIÇÃO A AMPLA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR AOS TERMOS DO EDITAL;**

Item 2.2 e 2.2.3 do edital, *in verbis*:

**2.2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:**

2.2.3. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, Centro - Coronel Fabriciano/MG e enviadas para o e-mail [licitação@fabriciano.mg.gov.br](mailto:licitação@fabriciano.mg.gov.br). Os esclarecimentos e impugnações protocolados e/ou enviados para outros setores não serão reconhecidos pela Comissão do Pregão.

Alega a impugnante que as determinações editalíssimas permite somente protocolo por meio físico e que a Administração Pública veda de forma ilegal a ampla possibilidade da apresentação e impugnação ao edital.

Tais argumentos são descabidos e inverídicos, o próprio edital fornece e-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



mail para que seja protocolada a impugnação, e-mail este mencionado na própria impugnação, sendo assim ao que parece a impugnante demonstra desconhecimento das cláusulas editalíssimas, no mais vejamos cláusula 2.2.1 do edital:

2.2.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a Comissão do Pregão dentro do prazo estipulado no Decreto Federal nº 3.555/00.

**Diante o argumento descabido, e demonstrado o equívoco da impugnante, não vislumbro irregularidades ao direito de impugnar.**

**IV - DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA;**

As razões da impugnante não condiz com a realidade do presente edital, tendo em vista que em nenhum dos dispositivos editalíssimos consta a exigência de Certidão Negativa de Débitos, sendo certo que faz menção apenas a tão somente a Prova de Regularidade fiscal, que, não se confunde com ausência ou quitação integral dos débitos. o que é conceito inquestionável vejamos o que leciona Jossé Torres Pereira Júnior:

" A prova que se exigirá doravante é a de regularidade para o fisco. A lei alude a 'regularidade', que pode abranger existência de débito consentido e sob o controle do credor. E, não, a quitação, que é ausência de débito" ( comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª edição, Ed. Renovar)

**Face ao exposto, não se sustenta a alegação da impugnante posto que em desconformidade com os fatos.**

**V - Da ausência de quantitativos de treinamento impossibilitando confecção das propostas;**

Em cotejo com a impugnação apresentada não foi constatado o quantitativo de servidores que irão realizar o treinamento do sistema, tal ausência deve ser reformulada pelo Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Assim determinada o Item 10;

10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

**Pelo exposto, ao que parece a ausência de quantitativo impede a empresa de confeccionar o valor a ser cotado dado à ausência supracitada, sendo assim OPINO que seja aceita a impugnação, sendo acrescentado o quantitativo.**

Destaca-se que o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

E segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União o quantitativo mínimo dos atestados de capacidade técnica não poderá superar o limite de 50% (usualmente adotado), dispendo o Acórdão 3663/2016 - Primeira Câmara (Relator: AUGUSTO SHERMAN) - que "é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não haja comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório".

Quanto à qualificação técnico-operacional das licitantes, ressalta-se que a súmula nº 263/2011 do TCU prevê que "para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Pelo exposto, a exigência de atestado de capacidade técnica é legal e é implicada a cada licitante conforme previsão editalíssimas que ao meu vê se encontra conforme o ordenamento jurídico aplicável. Conforme exarado inicialmente, o edital tem força de lei devendo ser seguido.

**VI – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER E VII – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

Pela leitura literária das cláusulas edilícias, bem como a descrição do objeto não vislumbro irregularidades, pois se o edital faz exigências conforme o serviço a ser prestado, sendo essencial para garantir a plenitude do objeto licitado.

O objeto do edital é descrito de forma clara e precisa, onde se busca realizar a aquisição que atenda os anseios da administração pública, satisfazendo assim o fim ao qual será destinado.

Dado isto, as exigências sentidas no edital não são meras formalidades, mas sim obediência ao instrumento convocatório bem como às legislações vigentes, visto que o instrumento convocatório obedece ao disposto em Lei.

Assim, uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel execução.

Encontra-se, neste sentido, orientação doutrinária que reforça o que se vem de afirmar. Jorge Ulisses Jacoby, arrolado em decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), escreve:

"A Lei nº 8.666/93 define uma série de critérios que permitem à comissão de licitação avaliar se o licitante possui condições de executar o objeto, sob o aspecto técnico. Para simplificar essas exigências, parece razoável limitá-las à comprovação de que o licitante já executou serviço ou fornecimento similar antes e, se for o caso, registre na entidade profissional competente. O primeiro se faz por meio de atestados que comprovam a capacidade técnica. Ocorrem, porém, alguns tipos de problemas que desautorizam a validade desse instrumento de aferição de capacidade: a) a Lei de Licitações obriga a Administração Pública aceitar atestados emitidos por entidades públicas ou particulares, não sendo raro notícias de emissão de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



atestados ideologicamente falsos ou mesmo graciosos. Para tais ilicitudes, tem sido comum que os editais estabeleçam a obrigatoriedade de os atestados virem acompanhados dos comprovantes fiscais da execução do objeto. É verdade que essa exigência vai além do estrito texto legal e que, portanto, seria questionável sua validade, mas a rigor é pertinente. Se o licitante prestou serviço a outra empresa privada e não recolheu os tributos pertinentes, não está de acordo com a lei apta a gerenciar e executar serviços com o pagamento de todos os impostos. Pode residir exatamente na sonegação a viabilidade econômica de empreendimento que, quando submetido ao rigor do recolhimento tributário, torne-se inexecutável. É válido, portanto, exigir que os atestados se façam acompanhar de prova fiscal da execução; b) os atestados comprovam a execução do serviço ou fornecimento? É forçoso reconhecer que o interesse do legislador em garantir a isonomia muitas vezes enseja a deformação dos instrumentos, obrigando a Administração Pública a contratar licitante que executou serviços de péssima qualidade, apenas porque, por letargia de alguns servidores, não foram punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração. É nesse contexto que encontramos relevante precedente na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admitiu a regularidade da exigência de atestado que indicasse o juízo de mérito sobre a execução. O leading case mostra-se importante na condução de processos licitatórios, na medida em que obriga a fixação de juízo de mérito dos agentes públicos; como mérito é impenetrável ao exame da legalidade afeto ao Poder Judiciário. Isto significa que, se exigir o atestado de boa e regular execução de objeto idêntico ou semelhante, a Administração estará restringindo a participação dos licitantes, validamente, segundo assentou o Tribunal de Contas da União, em prol da obtenção técnica de melhor qualidade. É válido, assim, exigir atestado de execução bem sucedida de objeto similar. c) outra questão diz respeito à possibilidade de exigir atestado, demonstrando a execução de uma certa quantidade de objeto. Visa-se sobretudo aferir a chamada capacidade operativa, pois nem sempre quem realiza uma unidade de um serviço é capaz de realizar o objeto requerido em uma licitação. Assim, uma empresa que já prestou serviço de um vigilante não está apta a executar um serviço com 300 vigilantes. Sobre esse último aspecto, vale a pena transcrever lição do Tribunal de Contas da União, examinando uma representação contra determinado edital de pregão: 8. De fato, na alínea c do item 5.3.1 do edital (fl. 16), constam quantidades mínimas das contratações a serem certificadas nos atestados: 50% do valor estimado para cópias em preto e branco; 30% idem para editoração eletrônica e também 30% para a produção de serviços gráficos. Assim, resta saber se a natureza dos elementos a serem quantificados se inclui na referência do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93. 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser semelhante, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. 10. No entanto, o órgão exigiu níveis de 30% e 50% que, pelo senso comum, são quantidades compatíveis e até bem abaixo das estimadas para a contratação pretendida. Nesse particular, o autor deveria provar, ou pelo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



menos argumentar logicamente, pela natureza da contratação, que essa exigência é demasiada, ou seja, quem já fez menos de 30% e 50%, estaria apto a fazer os 100% estimados para a contratação. Isso não é feito e nem mencionado, apenas se insiste que não deveria haver quantidade mínima, pretendendo guardar no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei de licitações. 11. Ora, a interpretação do autor conduz ao absurdo, pois, porque a Lei prescreveria uma quantidade compatível, no inciso II do art. 30 para, depois, vedar a exigência de toda e qualquer quantidade no inciso I do parágrafo primeiro do mesmo artigo. Só resta admitir que há diferenciação de natureza das coisas que se permite ou não quantificar minimamente. 12. Da leitura atenta dos dispositivos, percebe-se essa diferença de natureza. No inciso II se refere à atividade, isto é, atributos gerais do produto a ser fornecido ou do serviço a ser prestado. Já o § 1º distingue duas naturezas: uma técnico-profissional - inciso I - trata da exigência de existir profissional de nível superior no quadro da licitante, vedando, neste caso, a exigência de quantidade mínima de profissionais ou prazo mínimo de experiência. A outra natureza, seria a técnico-operacional, cujo delineamento seria tratado no inciso II, que foi vetado. 13. Considerando a jurisprudência do TCU, esse entendimento do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93 foi adotado no parágrafo 18 da proposta de decisão condutora do Acórdão 124/2002 - Plenário: Significa dizer, pois, que a vedação de exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos na comprovação da capacitação técnico-profissional alinge-se aos contornos da experiência do profissional. 14. Do exposto, considerando que o autor não alegou nem comprovou a dessemelhança das quantidades mínimas a serem exigidas nos atestados com as quantidades estimadas para a contratação e que o entendimento por ele desposado, considerada a natureza do elemento quantificado, não encontra guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93, não é procedente a representação. (Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-012.001/2002-7. Decisão nº 1288/2002 - Plenário, Relator: Ministro Benjamin Zymler. DOU de 04.10.2002.)

**A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal: art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93). (Tribunal de Contas da União. Processo nº 007.368/2002-5. Acórdão nº 32/2003 - 1ª Câmara. Relator: Av. Afonso Pena, 1.901 - Edifício Séculos - Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP 30130-004 ESTADO DE MINAS GERAIS ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO Ministro Marcos Bemquerer. DOU de 06.02.2003.)" (grifo nosso)**

**De fato, sobre o cabimento de exigências de capacitação técnica há inúmeras decisões do TCU, como exemplifica o seguinte trecho: "... 12. Impende frisar que a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



para a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, sem imposição de cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. ..." (Acórdão nº 877/2006, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar) (grifo nosso)

Feito essas considerações anteriormente tecidas, reputa-se legal as exigências contidas no edital, não havendo fundamento normativo para a sua alteração/impugnação, exceto ao seu quantitativo conforme mencionado.

OPINO:

Ao que se refere aos itens VI - Da aglutinação de licenciamento e uso de Software e Datacenter e VII - Das Irregularidades técnicas verificadas, de maneira jurídica e literal não vislumbro óbices, todavia orientamos que seja verificado pelo corpo técnico as alegações do item 'VI' e 'VII' da impugnação, caso não constate tais irregularidade, OPINAMOS por manter tais condições.

### **CONCLUSÃO**

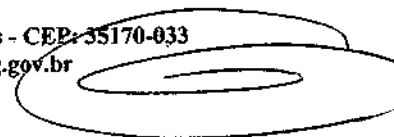
Ex positis e por todo o exposto, opina-se pelo conhecimento da Impugnação apresentado pela impugnante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGOCIOS LTDA**, dado o preenchimento de seus requisitos extrínsecos e intrínsecos.

Para no opinar, em uma análise de mérito administrativo, que seja dado **PROVIMENTO EM PARTES** a Impugnação apresentada, uma vez que seus argumentos se mostraram Suficientes para Impugnação do edital.

Assim OPINAMOS que seja revisto a cláusula 10 do edital a fim de informar aos possíveis Interessados o quantitativo de servidores a serem treinados.

Repise-se aqui e alhures que opinamos no sentido de proteger o erário no sentido de o processo atingir seu fim maior, qual seja, a obtenção de proposta mais favorável, bem como que o município contate com quem tem capacidade financeira e, principalmente técnica de executar com qualidade o objeto licitado.

Por ora, é de se destacar que não vislumbro qualquer irregularidade





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



nesse processo de licitação, já que foram obedecidas todas as exigências constantes na Lei Federal número 8.666/93, bem como as decisões até aqui tomadas.

S.M.J., eis o parecer.

Coronel Fabriciano/MG, 12 de agosto de 2020.

**Denner Franco Reis**  
**Procurador Geral do Município de**  
**Coronel Fabriciano/MG**  
**OAB 104.909 MG**



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro –  
Coronel Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



Coronel Fabriciano, 14 de agosto de 2020.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**

**Objeto:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

### **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO IMPETRADA**

Em resposta a impugnação impetrada pela empresa: **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA** informamos que os argumentos trazidos em sua peça, foi deferido parcialmente, com base no Parecer Jurídico emitido pelo **Sr. Denner Franco Reis, Procurador Geral do Município**, em 12/08/2020 e na resposta técnica emitida pelo **Sr. Wander Ulhôa, Secretário de Governança Financeira e Orçamentária**, em 10/08/2020. Seguem as respostas, conforme descrito abaixo:

#### **I - Da irregularidade da vedação de participação de empresas reunidas em consorcio na presente certame.**

Assim determina o item 2.2 e 2.2.1;

#### **2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de:**

2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

#### **Resposta:**

Não constam quais quer irregularidade na vedação, pois trata-se de escolha discricionárias da administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Sobre o tema, assim se posiciona a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, in verbis:

"A aceitação de empresas em consorcio da disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua vedação seja sempre justificada." (Acórdão n. 1.678/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes)"

"Observe que não obstante a decisão pela formação de consórcio ter sido confiada pela lei ao talante do administrador, este deve sempre decidir de forma fundamentada. No presente caso, reconheço que a dimensão da contratação não reclama a formação de consórcio entre as licitantes, entretanto, a opção de não parcelar o objeto, que, como demonstrado antes, poderia ser segregado em serviços perfeitamente distintos, poderia tê-lo justificado." (Acórdão n. 1.405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinicius Vilçaça).

"A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada." (Acórdão n. 566/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinicius Vilçaça).

*[Assinatura manuscrita]*



Com toda a decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.

**Dado a justificativa OPINO pela legalidade da vedação supracitada.**

**II – Da ilegal vedação de participação de empresa em recuperação judicial:**

Clausula 10.1.3 alínea “a”:

**10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

- a) Certidão Negativa de falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida nos últimos 90 dias;

**Resposta:**

Sabe-se que tem-se pacificado o entendimento da possibilidade de participação de licitação empresas em recuperação judicial, o que não impede a administração de exigir a demonstração da qualidade econômica e financeira, vejamos posicionamento do TCU:

“é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993” (Acórdão nº 1201/2020 do TCU).

Logo, em tempos de abalo à saúde financeira das empresas – como, por exemplo, o que estamos vivenciado com a pandemia da Covid-19, o acórdão do TCU demonstra-se razoável ao ratificar o entendimento quanto à participação das empresas em recuperação judicial, desde que se verifique sua capacidade econômica e financeira, alinhando-se aos entendimentos do STJ.

“Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório”. (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

“Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica”. STJ. 1ª Turma. (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018).

Diante o exposto percebermos que a empresa deve demonstrar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica, na leitura literal da cláusula 10.1.3 alínea “a”, não vislumbro irregularidades, pois não existe vedação, mas sim maneiras de demonstrar a capacidade econômica, sendo este primordial para satisfação do cumprimento do objeto ora licitado.

**Dado os entendimentos expostos OPINO pela legalidade da exigência supracitada.**

**III – DA RESTRIÇÃO A AMPLA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR AOS TERMOS DO EDITAL;**

*Assa*



Item 2.2 e 2.2.3 do edital, in verbis:

## **2.2. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:**

2.2.3. A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada ao Pregoeiro, logo após ter sido protocolizada na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG o enviadas para o e-mail [licitação@fabriciano.mg.gov.br](mailto:licitação@fabriciano.mg.gov.br). Os esclarecimentos e impugnações protocolados e/ou enviados para outros setores não serão reconhecidos pela Comissão do Pregão.

### **Resposta:**

Alega o impugnante que as determinações editalíssimas permite somente protocolo por meio físico e que a Administração pública veda de forma ilegal a ampla possibilidade da apresentação e impugnação ao edital.

Tais argumentos são descabidos e inverídicos, o próprio edital fornece e-mail para que seja protocolada a impugnação, e-mail este mencionado na própria impugnação, sendo assim ao que parece a impugnante demonstra desconhecimento das cláusulas editalíssimas, no mais vejamos cláusula 2.2.1 do edital;

2.2.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada a Comissão do Pregão dentro do prazo estipulado no Decreto Federal nº 3.555/00.

**Diante o argumento descabido, e demonstrado o equívoco da impugnante, não vislumbro irregularidades ao direito de impugnar.**

## **IV – DA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COMO EFEITO DE NEGATIVA;**

### **Resposta:**

As razões da impugnante não condizem com a realidade do presente edital, tendo em vista que em nenhum dos dispositivos editalíssimos consta a exigência de Certidão Negativa de Débitos, sendo certo que faz menção apenas a tão somente a Prova de Regularidade Fiscal, que, não se confunde com ausência ou quitação integral dos débitos, o que é conceito inquestionável vejamos o que leciona Jossé Torres Pereira Júnior;

"A prova que se exigirá doravante é a de regularidade para o fisco. A lei alude a "regularidade", que pode abranger existência de débito consentido e sob o controle do credor. E, não, a quitação, que é ausência de débito" (comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 6ª edição, Ed. Renovar)

**Face ao exposto, não se sustenta a alegação da impugnante posto que em desconformidade com os fatos.**

## **V – DA AUSÊNCIA DE QUANTITATIVOS DE TREINAMENTO IMPOSSIBILITANDO CONFEÇÃO DAS PROPOSTAS;**

Em cotejo com a impugnação apresentada não foi constatado o quantitativo de servidores que irão realizar o treinamento do sistema, tal ausência deve ser reformulada pelo Pregoeiro. Assim determina o item 10;

*Assinatura*



10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para o uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

**Resposta:**

**Pelo exposto, ao que parece a ausência de quantitativo impede a empresa de confeccionar o valor a ser cotado dado à ausência supracitada, sendo assim OPINO que seja acatada a impugnação, sendo acrescentado o quantitativo.**

Destaca-se que o conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

E segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União o quantitativo mínimo dos atestados de capacidade técnica não poderá superar o limite de 50% (usualmente adotado), dispondo o Acórdão 3663/2016 – Primeira Câmara (Relator: AUGUSTO SHERMAN) – que “é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto nos casos em que a especificidade do objeto recomende e não haja comprometimento à competitividade do certame, circunstância que deve ser devidamente justificada no processo licitatório”.

Quanto à qualificação técnico-operacional das licitantes, ressalta-se que a sumula nº 236/2011 do TCU prevê que “para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limita, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”.

**Pelo exposto, a exigência de atestado de capacidade técnica, é legal e é implicada a cada licitante conforme previsão editalíssimas que ao meu vê se encontra conforme o ordenamento jurídico aplicável. Conforme exarado inicialmente, o edital tem força de lei devendo ser seguido.**

**VI – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER E VII – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

**Resposta:**

Pela leitura literária das cláusulas edilícias, bem como a descrição do objeto não vislumbro irregularidades, pois se o edital faz exigências conforme o serviço a ser prestado, sendo essencial para garantir a plenitude do objeto licitado.

O objeto do edital é descrito de forma clara e precisa, onde se busca realizar a aquisição que atenda os anseios da administração pública, satisfazendo assim o fim ao qual será destinado.

Dado isto, as exigências contidas no edital não são meras formalidades, mas sim obediência ao instrumento convocatório bem como às legislações vigentes, visto que o instrumento convocatório obedece ao disposto em Lei.

Assim, uma vez publicada o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel execução.

*[Assinatura manuscrita]*



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



Encontra-se, neste sentido, orientação doutrinária que reforça o que se vem de afirmar. Jorge Ulisses Jacaby, arrimado em decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), escreve:

"A Lei nº 8.666/93 define uma série de critérios que permitem à comissão de licitação avaliar se o licitante possui condições de executar o objeto, sob o aspecto técnico. Para simplificar essas exigências, parece razoável limitá-las à comprovação de que o licitante já executou serviço ou fornecimento similar antes e, se for o caso, registro na entidade profissional competente. O primeiro se faz por meio de atestados que comprovam a capacidade técnica. Ocorrem, porém, alguns tipos de problemas que desautorizam a validade desse instrumento de aferição de capacidade: a) a Lei de Licitações obriga a Administração Pública aceitar atestados emitidos por entidades públicas ou particulares, não sendo raro notícias de emissão de atestados ideologicamente falsos ou mesmo graciosos. Para evitar tais ilicitudes, tem sido comum que os editais estabeleçam a obrigatoriedade de os atestados virem acompanhados dos comprovantes fiscais da execução do objeto. É verdade que essa exigência vai além do estrito texto legal e que, portanto, seria questionável sua validade, mas a rigor é pertinente. Se o licitante prestou serviço a outra empresa privada e não recolheu os tributos pertinentes, não está de acordo com a lei apta a gerenciar e executar serviços com o pagamento de todos os impostos. Pode residir exatamente na sonegação a viabilidade econômica de empreendimento que, quando submetido ao rigor do recolhimento tributário, torne-se inexecutável. É válido, portanto, exigir que os atestados se façam acompanhar de prova fiscal da execução; b) os atestados comprovam a execução do serviço ou fornecimento? É forçoso reconhecer que o interesse do legislador em garantir a isonomia muitas vezes enseja a deformação dos instrumentos, obrigando a Administração Pública a contratar licitante que executou serviços de péssima qualidade, apenas porque, por letargia de alguns servidores, não foram punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração. É nesse contexto que encontramos relevante precedente na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admitiu a regularidade da exigência de atestado que indicasse o juízo de mérito sobre a execução. O leading case mostra-se importante na condução de processos licitatórios, na medida em que obriga a formação de juízo de mérito dos agentes públicos; como mérito é impenetrável ao exame da legalidade afeto ao Poder Judiciário. Isto significa que, ao exigir o atestado de boa e regular execução de objeto idêntico ou assemelhado, a Administração estará restringindo a participação dos licitantes, validamente, segundo assentou o Tribunal de Contas da União, em prol da aferição técnica de melhor qualidade. É válido, assim, exigir atestado de execução bem sucedida de objeto similar. c) outra questão diz respeito à possibilidade de exigir atestado, demonstrando a execução de uma certa quantidade de objeto. Visa-se sobretudo aferir a chamada capacidade operativa, pois nem sempre quem realiza uma unidade de um serviço é capaz de realizar o objeto requerido em uma licitação. Assim, uma empresa que já prestou serviço de um vigilante não está apta a executar um serviço com 300 vigilantes. Sobre esse último aspecto, vale a pena transcrever lição do Tribunal de Contas da União, examinando uma representação contra determinado edital de pregão: 8. De fato, na alínea c do item 5.3.1 do edital (fl. 16), constam quantidades mínimas das contratações a serem certificadas nos atestados: 50% do valor estimado para cópias em preto e branco; 30% idem para editoração eletrônica e também 30% para a produção de serviços gráficos. Assim, resta saber se a natureza dos elementos a serem quantificados se inclui na referência do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93. 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. 10. No entanto, o órgão exigiu níveis de 30% e 50% que, pelo senso comum, são quantidades compatíveis e até bem abaixo das estimadas para a contratação pretendida. Nesse particular, o autor deveria provar, ou pelo menos argumentar logicamente, pela natureza da contratação, que essa exigência é demasiada, ou seja, quem já fez menos de 30% e

5



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**

Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



50%, estaria apto a fazer os 100% estimados para a contratação. Isso não é feito e nem mencionado, apenas se insiste que não deveria haver quantidade mínima, pretendendo guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei de licitações. 11. Ora, a interpretação do autor conduz ao absurdo, pois, porque a Lei prescreveria uma quantidade compatível, no inciso II do art. 30 para, depois, vedar a exigência de toda e qualquer quantidade no inciso I do parágrafo primeiro do mesmo artigo. Só resta admitir que há diferenciação de natureza das coisas que se permite ou não quantificar minimamente. 12. Da leitura atenta dos dispositivos, percebe-se essa diferença de natureza. No inciso II se refere à atividade, isto é, atributos gerais do produto a ser fornecido ou do serviço a ser prestado. Já o § 1º distingue duas naturezas: uma técnico-profissional - inciso I - trata da exigência de existir profissional de nível superior no quadro da licitante, vedando, neste caso, a exigência de quantidade mínima de profissionais ou prazo mínimo de experiência. A outra natureza, seria a técnico-operacional, cujo delineamento seria tratado no inciso II, que foi vetado. 13. Considerando a jurisprudência do TCU, esse entendimento do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93 foi adotado no parágrafo 18 da proposta de decisão condutora do Acórdão 124/2002 - Plenário: Significa dizer, pois, que a vedação de exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos na comprovação da capacitação técnico-profissional cinge-se aos contornos da experiência do profissional. 14. Do exposto, considerando que o autor não alegou nem comprovou a dessemelhança das quantidades mínimas a serem exigidas nos atestados com as quantidades estimadas para a contratação e que o entendimento por ele desposado, considerada a natureza do elemento quantificado, não encontra guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93, não é procedente a representação. (Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-012.001/2002-7. Decisão nº 1288/2002 - Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. DOU de 04.10.2002.)

**A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, à regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal: art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93). (Tribunal de Contas da União. Processo nº 007.358/2002-5. Acórdão nº 32/2003 - 1º Câmara. Relator: Av. Afonso Pena, 1.901 – Edifício Séculos - Funcionários – Belo Horizonte – MG - CEP 30130-004 ESTADO DE MINAS GERAIS ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO Ministro Marcos Bemquerer. DOU de 06.02.2003.)" (grifo nosso)**

**De fato, sobre o cabimento de exigências de capacitação técnica há inúmeras decisões do TCU, como exemplifica o seguinte trecho: "... 12. Impende frisar que a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. ..." (Acórdão nº 877/2006, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar) (grifo nosso)**

Feito essas considerações anteriormente tecidas, reputa-se legal as exigências contidas no edital, não havendo fundamento normativo para a sua alteração/impugnação, exceto ao seu quantitativo conforme mencionado.

OPINO;

*Handwritten signature*





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



Ao que se refere aos itens **VI – Da aglutinação de licenciamento e uso de Software e Datacenter e VII – Das irregularidades técnicas verificadas**, de maneira jurídica e literal não vislumbro óbices, todavia orientamos que seja verificado pelo corpo técnico as alegações do item 'VI' e 'VII' da impugnação, caso não constate tais irregularidade, OPINAMOS por manter tais condições.

**Resposta Secretaria Solicitante:**

Sobre o datacenter: a exigência é de que o sistema web esteja hospedado em um datacenter confiável. Isso, a rigor, é uma questão óbvia pra quem tem um sistema de qualidade.

Diante de todo exposto acima, fica retificado o item **10. SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO**, do Anexo I Termo de Referência.

**"Onde Se lê":** 10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para os servidores municipais que farão uso do sistema. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

**"Leia-se":** 10.1. A empresa contratada deverá realizar, na implantação do sistema, treinamento mínimo de 20 horas para 10 fiscais (setor de fiscalização tributária) que farão o treinamento, não havendo nenhuma possibilidade de treinamento de outros servidores. Esse treinamento visa dotar esses servidores das condições necessárias para uso do software, conhecendo todas suas funcionalidades.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital.

**A data de abertura dos envelopes será no dia 03/09/2020 às 14hs.**

Atenciosamente,

  
PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ  
Pregoeira



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG

## Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RETIFICAÇÃO Pregão Presencial 029/2020 – Processo Licitatório 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Informamos que foram realizadas alteração no Termo de Referência item 10 e a mesma encontram-se disponíveis na Resposta a Impugnação. Informamos ainda que a nova data de Abertura será dia 03/09/2020 às 14h. A Resposta a Impugnação poderá ser retiradas no site [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br). Para dúvidas e esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3846 7767; 7077 7078, 7063 e o e-mail: [licitacao@fabriciano.mg.gov.br](mailto:licitacao@fabriciano.mg.gov.br). Coronel Fabriciano, 14 de Agosto de 2020, Patrícia Cristina Ferreira Sá. Pregoeira.



*ccccc*

Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar – Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro-celulares (31) 9194-6959 ou 8460-7805 - CNPJ 19.875.046/0001-82 - CEP 35170-041 – CEL. FABRICIANO-MG



# DIÁRIO OFICIAL

**Coronel Fabriciano**

**Poder Executivo**

**ANO 2020**

Coronel Fabriciano, sexta-feira, 14 de agosto de 2020

Número 1.303

## SETOR DE LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO/MG - EDITAL N° 01/2020 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO/MG COMUNICADO - o Exmo. Sr. Dr. Marcos Vinicius da Silva Bizarro, DD. Prefeito do Município de Coronel Fabriciano/MG, torna público a disponibilização da Retificação n° 03, referente ao Edital n° 01/2020. Informamos que a Retificação n° 03 será publicada em sua íntegra, no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano e divulgado no endereço eletrônico [www.ibgpconcursos.com.br](http://www.ibgpconcursos.com.br).

Coronel Fabriciano, 14 de agosto de 2020.

Marcos Vinicius da Silva Bizarro,

Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. RETIFICAÇÃO Pregão Presencial 029/2020 - Processo Licitatório 117/2020. Objeto: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal - VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários. Informamos que foram realizadas alteração no Termo de Referência item 10 e a mesma encontram-se disponíveis na Resposta a Impugnação. Informamos ainda que a nova data de Abertura será dia 03/09/2020 às 14h. A Resposta a Impugnação poderá ser retiradas no site [www.fabriciano.mg.gov.br](http://www.fabriciano.mg.gov.br). Para dúvidas e esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3846 7767; 7077 7078, 7063 e o e-mail: [licitacao@fabriciano.mg.gov.br](mailto:licitacao@fabriciano.mg.gov.br). Coronel Fabriciano, 14 de Agosto de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG. CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO/MG - EDITAL N° 01/2020 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GOVERNANÇA EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO/MG COMUNICADO - o Exmo. Sr. Dr. Marcos Vinicius da Silva Bizarro, DD. Prefeito do Município de Coronel Fabriciano/MG, torna público a disponibilização da Retificação n° 03, referente ao Edital n° 01/2020. Informamos que a Retificação n° 03 será publicada em sua íntegra, no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano e divulgado no endereço eletrônico [www.ibgpconcursos.com.br](http://www.ibgpconcursos.com.br).

Coronel Fabriciano, 14 de agosto de 2020.

Marcos Vinicius da Silva Bizarro,

Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano/MG.







**ILUSTRÍSSIMO SELHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO – MG.**

**URGENTE: DATA PREVISTA PARA ABERTURA DO CERTAME: 03 de SETEMBRO de 2020.**

**IMPUGNANTE: EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA  
IMPUGNADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO – MG.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**

**EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 53.174.058/0001-18, com sede na rua Bom Pastor, 2.732 - Sala 87, Torre Norte, Ipiranga - São Paulo - SP, CEP: 04203-003, por seu advogado que ao final subscreve, endereço de e-mail: [juridico@tecnogroup.com.br](mailto:juridico@tecnogroup.com.br), vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar a presente:

### **IMPUGNAÇÃO COM PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CERTAME**

ao edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**, oriundo do **PROCESSO DE COMPRA N.º: 256/2020**, com fundamento no artigo 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como item XVIII do edital em epígrafe, pelos motivos fático, jurídicos e técnicos a seguir expostos:

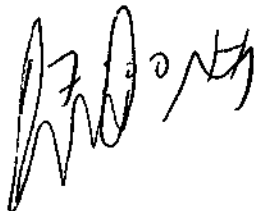
# **FOLHA DE PROTOCOLO**

PROTOCOLO DE IMPUGNAÇÃO DATA 31/08/2020

INTERESSADO: EINCON CONTROLE INT. DE NEGÓCIOS LTDA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020

PAULO VALADARES DA SILVA  
PREGOEIRO  
MATRÍCULA 146025





## **I – DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO - MG.**

A Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, com a finalidade de efetivar a contratação de *"cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários."*, cujo tipo de licitação, com data de abertura e recebimento dos envelopes agendada para o dia 03 de setembro de 2020.

Ocorre que o presente edital foi objeto de impugnação, tendo em vista a clara irregularidade de suas cláusulas que impõe restritividade e possíveis direcionamentos. Contudo, ao apreciar as razões de impugnação, notadamente no aspecto técnico a Municipalidade deixou de fundamentar sua decisão.

O dever de fundamentação decorre da Constituição Federal, notadamente, do princípio da legalidade, impessoalidade e eficiência, por essa razão não pode ser descurado, sob pena de macular o certame de ilegalidades.

Ademais dessa ausência de apego ao dever de motivar, que aliás é um princípio republicano, outras irregularidades foram verificadas no presente edital que o torna ilegal e irregular. Neste passo, em perfeita consonância com a Lei nº 8.666/93, apresentamos a presente impugnação.

## **II – DOS TERMOS DO EDITAL COMBATIDO E DO DIREITO**

Ao se tratar de licitações e contratos administrativos, o ordenamento jurídico pátrio estabelece diversos preceitos que devem ser observados pela Administração Pública no âmbito de suas atribuições, não se podendo deixar de recorrer aos ditames impostos pelo artigo 37, inciso XXI, da Carta Magna, que diz:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Por sua vez, a Lei de Licitações e contratos administrativos, em seu artigo 3º, dispõe que:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em*

*estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§1º - É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."*

Nessa esteira, para a existência de um procedimento licitatório idôneo, não se pode cogitar o desrespeito ao sistema normativo destacado, ao qual o espírito é bem traduzido nas palavras do renomado professor Carlos Ari Sundfeld<sup>1</sup>:

*"O princípio jurídico é norma de hierarquia superior a das meras regras, pois determina o sentido e o alcance destas, que não podem contrariá-lo, sob pena de pôr em risco a globalidade do ordenamento jurídico." [Grifei]*

Ademais, a legalidade, princípio que orienta todo o ordenamento jurídico pátrio, deve acompanhar todos os atos que emanam da Administração Pública, o que significa dizer que o Executivo Municipal de Coronel Fabriciano deve agir nos mais estritos ditames legais.

<sup>1</sup> Licitação e Contrato Administrativo, Ed. Malheiros, 2ª ed. p. 19.  
Página 4 de 42

Sobre a legalidade dentro do Direito Administrativo Brasileiro, o saudoso Doutor *Hely Lopes Meirelles*<sup>2</sup> ensinou:

*“A legalidade, como princípio da Administração (CF, art. 37, “caput”), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.* [Grifei]

Dentro do contexto ora esposado, é essência o processo licitatório tomar como base a aplicação de todos os Princípios Constitucionais e Administrativos, preservando, ademais, a eleição dos contratantes de qualquer influência parcial dos agentes administrativos ou de qualquer condição subjetiva que possa direcionar o julgamento do certame.

Pois bem, em que pese a relevância do objeto pretendido pela Municipalidade através do certame ora impugnado, o Edital ora combatido contempla diversas irregularidades no que diz respeito aos aspectos jurídicos e técnicos da contratação, restringindo a participação de potenciais interessados na disputa e impedindo a formulação de propostas comerciais pelas licitantes, quais sejam:

---

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª ed. 2007. Malheiros – São Paulo, p. 87

**2. I – DA IRREGULAR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NO PRESENTE CERTAME;**

**2. II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ILEGAL É A PALAVRA “CERTIDÃO NEGATIVA”. INOBSERVÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, TCE-MG E TCU;**

**2. III – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER.**

**2. IV – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.**

**2. V – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

Desta forma, vem a ora Impugnante, tempestivamente, através deste arrazoadado, demonstrar, relatar e apontar a Vossa Senhoria, de forma pormenorizada, todos os itens acima elencados que contaminam o Edital do Pregão Presencial nº 029/2020, retirando sua desejada e necessária legalidade.

Oportuno registrar, ainda, que a Administração Pública de Coronel Fabriciano ao prosseguir com o certame da forma como se encontra não estará observando a tríplice finalidade do procedimento licitatório, quais sejam (i) selecionar a proposta mais vantajosa para Administração; (ii) conferir isonomia aos

participantes *(iii)* promover o desenvolvimento nacional, sem perder de vista o cumprimento princípio da vinculação ao edital, no âmbito do Pregão Presencial nº 029/2020.

**2.1 – DA IRREGULAR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NO PRESENTE CERTAME.**

Ilustre Julgado como é sabido a regra geral do processo licitatório é a ampla competitividade, tendo em vista que a finalidade da licitação não é o procedimento em si, mas a seleção da proposta mais vantajosa.

Em um mundo restrito de Licitantes dificilmente a Administração conseguiria concretizar aquela tripla finalidade do processo licitatório, quais sejam: *(i)* Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia; *(ii)* Garantir seleção da proposta mais vantajosa para a administração; *(iii)* promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Tudo isso respeitando aos princípios da legalidade, eficiência, moralidade, impessoalidade, isonomia entre outros.

Por conta de todo este arcabouço principiológico e finalista que não é possível admitir que no bojo do instrumento convocatório, que no dizer do saudoso Doutrinador Hely Lopes Meirelles, “*é lei entre as partes*”, haja previsões ilegais ou que atentem contra o princípio da ampla competitividade.

Acerca deste princípio o Ilustre Relator Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, consignou que:

"Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas 'as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações') e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório. Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra. (...) ". Concordando com a instrução, considerou o relator "procedente a alegação da representante, pois não houve proporcionalidade entre o objeto do certame e a quantidade de experiência exigida aos licitantes"<sup>3</sup>. [Grifei]

Pois bem, a vista de tudo isso, resta claro que o edital do Pregão Presencial nº 029/2020, promovida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano está eivado de cláusulas e itens que restringem a ampla competitividade e por isso merece reparos e correções.

Mui Digno Julgador um destes itens que merecem reparos é a vedação a participação de empresas reunidas em consórcios no presente certame. Pedimos vênia para colacionar os itens que trazem tal vedação:

<sup>3</sup> Acórdão 93/2015 – Relator: Ministro Augusto Nardes. Tribunal de Contas da União. Brasil.  
Página 6 de 42

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de:

2.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; [Grifei]

Conforme visto, tal item restringe a participação de empresas reunidas em consórcio, todavia sem fundamentar os motivos que levaram à Administração a entender que a participação de empresas consorciadas pudesse comprometer a execução do objeto do certame ou fosse impertinente.

Na verdade, lendo o objeto do presente pregão presencial perceberemos que é possível que mais de uma empresa poderá executar conjuntamente o presente contrato. Por essa razão, não é possível, pura e simplesmente, fazer uma exclusão dos consórcios.

Pedimos novamente vênias para colacionar o objeto do certame:

*OBJETO: Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.* [Grifei]

Lendo o termo de referência resta claro que não se trata tão somente de contratação de software dito de prateleira, ou contrário, trata-se de



verdadeira contratação de desenvolvimento de software para a Municipalidade Licitante.

Igualmente impede informar que não haverá possibilidade que qualquer tipo de subcontratação de quaisquer serviços, ora contratado, o que faz com que o presente edital seja ainda mais irregular do ponto de vista jurídico.

Veja que para haver subcontratação é necessário haver por parte da Administração autorização, contudo, a própria Administração de antemão já está vedando a possibilidade de parte do objeto ser subcontratado.

Por conseguinte, tal vedação ofende o princípio da competitividade e restringe que empresas que produzem softwares possam ser consorciar e participarem do presente certame.

Por fim, é sabido que há o entendimento de que a previsão de participação de consórcios no certame é uma decisão discricionária da Administração, contudo, mesmo os atos discricionários devem ser fundamentados, pois não são meros frutos da vontade do Administrador, mas de uma escolha que envolve o interesse público. Na esteira deste entendimento é possível colacionar entendimento do Colendo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que DENÚNCIA N. 911645, de relatoria do Conselheiro DURVAL ÂNGELO, vejamos:

**DENÚNCIA N. 911645** Denunciante: *Marcela Alexandrina Rodrigues Silva* Denunciada: *Prefeitura Municipal de Itabira* Responsáveis: *Damon Lázaro de Sena e Roberto Ferreira de Alencar* Interessados: *Eponina Matilde Bragança Silva, Robinson Mendes Felix* Procurador:

Alfredo Lage Drummond, OAB/MG 113.919 MPTC; Maria Cecília Borges RELATOR: CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO EMENTA DENÚNCIA. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. APONTAMENTOS IMPROCEDENTES: AUSÊNCIA DE NUMERAÇÃO E ASSINATURA; AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR; PRAZO DE EXECUÇÃO PARA ALÉM DO EXERCÍCIO FINANCEIRO; É IRREGULAR O PROJETO BÁSICO QUE ESTABELEÇA MELHORES PROCEDIMENTO TÉCNICOS QUANDO NÃO SE TRATAR DE OBRA OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA; EXIGÊNCIA DE GARAGEM NO MUNICÍPIO; ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA QUE DIRIGENTES OU RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DAS LICITANTES TENHAM SE DESVINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO; EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE OU DE APTIDÃO COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA; PRORROGAÇÃO DO CONTRATO SEM FUNDAMENTO LEGAL. AUSÊNCIA DE CLÁUSULAS RELATIVAS À LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 E VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS. APONTAMENTOS PROCEDENTES: EXIGÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CONDUTOR COM A EMPRESA; RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS; RESTRIÇÕES IMPERTINENTES OU IRRELEVANTES PARA A OBTENÇÃO DO OBJETO LICITADO; INSUFICIÊNCIA DO PROJETO BÁSICO; AUSÊNCIA DE PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS E AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DO OBJETO

DO CERTAME. DENÚNCIA PARCIALMENTE  
PROCEDENTE. APLICAÇÃO DE MULTA.

[...]

13) Embora a aceitação ou não de empresas em consórcio na licitação seja um ato discricionário da Administração contratante (art. 33 da Lei n. 8.666/93), a decisão restritiva deve ser justificada no processo licitatório. [Grifei]

\*\*\*

O Conselheiro Gilberto Diniz, Relator do Processo n. 859.159, entendeu que a Administração deve sempre motivar a sua opção por não permitir a participação de empresa consorciadas. Vejamos:

*No entanto, embora esteja no âmbito da discricionariedade da Administração, o Poder Público não está liberado para decidir pela vedação da participação de empresas em consórcio, tornando-se necessário que do processo licitatório conste justificativa plausível da sua escolha, conforme vem se sedimentando a jurisprudência, baseada no entendimento do TCU, exarado no Acórdão n. 1102/2009 - 1ª Câmara, com o seguinte teor: Necessidade de justificativa para a vedação da participação de consórcios em licitações. Mediante o Acórdão n. 1.102/2009-1ª Câmara, foi expedida determinação à Companhia Docas de Imbituba com o seguinte teor:*

*"1.5.1.1. se abstenha de vedar, sem justificativa razoável, a participação de empresas em consórcio, de modo a restringir a competitividade do certame, contrariando o art. 3º da Lei n. 8.666/1993". Contra essa determinação, a*

entidade interpôs pedido de reexame, sob o argumento de que a interpretação do Tribunal estaria equivocada. O relator acompanhou a manifestação da unidade técnica, para a qual a conduta censurada, objeto da determinação, não fora a vedação da participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que tal decisão encontra-se no campo discricionário do administrador, mas sim a ausência de justificativa razoável para a vedação. A fim de expressar com exatidão o entendimento do Tribunal sobre a matéria, o relator propôs – e a Primeira Câmara acolheu – o provimento parcial do recurso, conferindo ao subitem 1.5.1.1 do acórdão guerreado a seguinte redação:

**"caso seja feita a opção por não permitir, no edital do certame, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, justifique formalmente tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação."** [Grifei]

**Sendo assim, é possível afirma que no edital não há nenhuma fundamentação ou motivação, por parte do Administrador, ao vedar a participação de empresas reunidas em consórcio. Tal motivação deve fazer parte do edital, tendo em vista o princípio da publicidade que também ilumina todo o processo licitatório.**

Ora, impende ainda recordar, como já afirmado nesta petição que a possibilidade de participação de consórcios é discricionária, contudo, a motivação para sua exclusão ou aceitação não. Aparentemente a Prefeitura Municipal de

Coronel Fabriciano esqueceu que no Estado Democrático de Direito a Administração não pode tomar decisões sem se importar com os olhos que lhe enxergam (cidadão, Ministério Público, TCE). O dever de motivação tem que ser homenageado sem. Tanto isso é verdade que nos julgados citados neste tópico os Conselheiros do Tribunal de Contas de Minas Gerais afirmam que a discricionariedade da decisão não exclui o dever de motivar.

Portanto, o mero entendimento de que é uma escolha discricionária, sem explicar os motivos da escolha atenta contra este dever irrenunciável do Administrador Público.

Por tudo isso requer seja tal item do instrumento convocatório corrigido, para que preveja a possibilidade da mais ampla participação de empresas reunidas em consórcio, ou que seja consignado no documento a justificativa técnica e jurídica para a presente vedação.

**2. II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ILEGAL É A PALAVRA “CERTIDÃO NEGATIVA”. INOBSERVÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ, TCE-MG E TCU.**

Nobre Julgador, se não bastassem as irregularidades que acima denunciemos, outra ainda chamam atenção desta impugnante, ou seja, a clara vedação a participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial.

Fazendo a análise do presente edital, nos deparamos com as seguintes restrições no que tange a participação de empresas em recuperação judicial. Vejamos:

**10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira;**

a) **Certidão Negativa** de Falência ou **Concordata**, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedido nos últimos 90 dias; [Grifei]

Lendo os itens acima colacionado resta claro que no presente certame a Administração Pública de Coronel Fabriciano não permitirá que empresa que estejam em recuperação judicial participem do certame, tendo em vista a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de concordata, que atualmente foi denominada de recuperação judicial com o advento da Lei Federal nº 11.101/2005..

Ora, o princípio da função social da empresa deverá sempre ser privilegiado, tendo em vista que esta produz renda e emprego. Na situação atual, em que muitas empresas se deparam com a crise, estas buscam no processo de recuperação judicial uma possibilidade de sair da crise.

Não seria justo com estas empresas, recorrem a um meio legal, criado para proteger estas empresas e diante de um processo licitatório estas empresas serem ilegalmente excluídas.

Este não é o espírito da Constituição Cidadã de 1988, tanto isso é verdade que o Tribunais Pátrios, tem repetido que é ilegal afastarem estas empresas do certame público. Vemos este entendimento no bojo da **Denúncia 1031209**, de relatoria do Conselheiro WANDERLEY ÁVILA, que entendeu ser ilegal tal restrição, *in verbis*:

**DENÚNCIA N. 1031209**

Apenso: Denúncia n. 1031482 Denunciante: Allbrax Consultoria e Soluções em Informática Ltda., e CMM

Sistemas de Informação e Serviços Ltda. Partes: Diógenes Lopes Nogueira de Souza Vilela, Fernando Antônio Carvalho Franco, Fernando Meira de Faria, Dalton Leandro Nogueira, Alessandra Nogueira Santos Araújo, Jardel Carlos de Araújo, João Paulo Corradi Vasconcelos, Warlei Eustáquio de Souza, Peter Igor Volf, Leonardo Lopes Dornas Órgão: Prefeitura Municipal de Itaúna

RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA

#### EMENTA

DENÚNCIA. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CESSÃO E DIREITO DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

É irregular o impedimento de participação no certame de empresas em recuperação judicial, devendo ser acrescentado no ato convocatório a aceitação de certidão positiva de recuperação judicial. E no caso de empresa enquadrada nesta condição vencer o certame, a Administração deverá proceder a diligências para que a licitante comprove sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato [Grifei]

O entendimento o Ilustre Conselheiro está plena consonância com o entendimento dos demais Tribunais de Controle Externo, que tem repetido e seus julgados, até sumulando a matéria, que é ilegal a vedação de empresa em recuperação, sendo igualmente irregular requerer a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial.

Exemplo deste entendimento jurisprudencial que reconhece a ilegalidade da vedação a participação de empresas em recuperação é o do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que por meio da súmula nº 50, sacramentou seu entendimento. Vejamos:

**SÚMULA Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital. [Grifei]**

Ademais, na seara do entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, restou consolidado o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no sentido de entender ilegal da restrição a participação de empresas em recuperação de certames públicos. Vejamos isto no bojo do **AREsp: 309867-ES/2013**, de relatoria do Ministro Gurgel de Faria:

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU**



**CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.** 1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado. 3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016). **4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.** 5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. **6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.** **7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial**

participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica. 8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

(STJ - AREsp: 309867 ES 2013/0064947-3, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/08/2018) [Grifei]

Apresentando, portanto, o plano de recuperação homologado pelo Juízo Competente, não há falar desclassificação por conta da não apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

Um ponto que ainda é possível tratar diz respeito a pandemia de COVID – 19 que lançou muitas empresas em sua situação de quase total inatividade. Diante desta situação muitas empresas buscaram no instituto da recuperação judicial a última taboia de salvação para seu negócio. É mais que injusto requerer destas empresas, que confiando nos meios legais de recuperação, se veem impossibilitados de participarem de um certame público.

O item é ilegal, pois determina que as licitantes que participarem do certame terão que apresentar certidão negativa de concordata (termo que não existe mais, tendo em vista a Nova Lei de Recuperação Judicial e Falências). Parece óbvio que exigir uma certidão negativa de recuperação judicial seja impossível para uma empresa em recuperação, tendo em vista que esta empresa somente poderá apresentar certidão positiva.

Ora, a ilegalidade reside no termo **NEGATIVA**, uma vez que os Tribunais pátrios já reconhecerem que as empresas em recuperação judicial podem participar de licitações, desde que apresente o plano de recuperação homologado.

Desta forma, a vista do entendimento pacífico dos Tribunais de Controle Externo e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, requer seja o item combatido corrigido para preveja o que aduz a súmula 50 do TCE-SP e a **Denúncia nº 1031209 de relatoria do Mui Digno Conselheiro Wanderley Ávila**, respeitando o princípio de preservação empresa.

## **2. III – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER.**

Ilustre julgador, ademais de tudo quanto já noticiamos, o edital do Pregão Presencial nº 029/2020 ainda está eivado de vícios que compromete a formulação de propostas. Estamos denunciando a aglutinação ilegal de cessão de uso de software e infraestrutura datacenter.

Como é possível verificar da leitura atenta do item 9, determina que as licitantes devem possuir um datacenter no qual a solução deverá funcionar. Vejamos:

### **9. PLATAFORMA**

**9.1. A solução tecnológica para apuração do VAF deverá funcionar em data center de alta disponibilidade, com balanceamento de carga e contingência operacional, como um serviço (SAAS), onde toda a estrutura computacional deverá estar disponível com o próprio software (servidores, conectividade, segurança de informações, instalações de versões de quaisquer aplicativos).**

**9.2. O software aqui especificado deverá ser 100% WEB e executável diretamente a partir dos principais browsers do**

mercado, fornecendo armazenamento de dados em tecnologia de datawarehouse.

9.3. O sistema deve utilizar o protocolo HTTPS (Hyper Text Transfer Protocol Secure), para transferência de dados na internet de forma segura, com a utilização de um certificado seguro válido SSL (Secure Sockets Layer) emitido por uma Autoridade Certificadora (CA), para garantir a integridade, autenticidade e confidencialidade das informações recebidas e enviadas através do sistema.

Portanto, a exigência acima detalhada nos permite asseverar que a Municipalidade também pretende contratar serviços de fornecimento da infraestrutura tecnológica de Datacenter para comportar o processamento, armazenamento, centralização e crescimento dos dados da Solução Tecnológica.

Conforme visto, deverá o licitante que sagrar-se vencedor prestar serviços técnicos especializados para o fornecimento de solução tecnológica, além de fornecer a infraestrutura tecnológica de Datacenter para comportar o processamento, armazenamento, centralização e crescimento dos dados da Solução Tecnológica.

Em que pese à exigência que o licitante vencedor possua o data center, verifica-se que o Edital em tela veda a subcontratação.

Vê-se de maneira cristalina que a Administração Pública contempla, frise-se, em um **ÚNICO EDITAL DE LICITAÇÃO**, a necessidade de uma solução tecnológica, como também **O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE DATACENTER**, serviços incompatíveis entre si. Além disso, tais serviços não podem ser subcontratados, ocasionando à indesejada aglutinação de objetos na mesma licitação.

Ora, não restam maiores aprofundamentos para concluir que não há qualquer correlação lógica entre os serviços supracitados, na medida em que estes são distintos e autônomos entre si.

Logo, é flagrante a ausência de consonância entre os citados serviços a serem prestados pela licitante vencedora do certame.

Assim diante da patente disparidade supracitada, e considerando que o mercado de trabalho comporta diversas empresas especializadas apenas no fornecimento de Datacenter, o objeto do Edital em comento deverá ser fracionado e, consequentemente, ser instaurado um procedimento licitatório para cada tipo de serviço.

Apenas desta maneira o certame possibilitará a presença de um universo maior de Licitantes, sendo este um dos sentidos para instauração de certames licitatórios pela Administração Pública.

E, havendo um número maior de participantes, possibilitará à Administração do Município de Coronel Fabriciano a contratação de proposta mais vantajosa para atendimento de suas obrigações e para os cofres públicos.

De acordo com excerto de aresto proferido pelo E. TCU (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO):

***"A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. TCU. Tribunal de Contas da União; Acórdão 1734/2009, Plenário (Sumário)."***

Nesta toada, para fins de alcance da ampla competitividade, requisito esse inerente em certames licitatórios, deverão ser fracionados os serviços constantes neste ato convocatório, instaurando-se, como dito acima, processo licitatório autônomo para cada um destes.

É o que claramente determina o artigo 23, §1º, da Lei de Licitação e Contratos regidos pelo Poder Público, "in verbis":

**"Art. 23. (...)**

**§1º - As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão DIVIDIDAS EM TANTAS PARCELAS QUANTAS SE COMPROVAREM TÉCNICA E ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE sem perda da economia de escala." (Grifo nosso).**

No mesmo sentido, o doutrinador Marçal Justen Filho dita em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

**"O ART. 23, § 1º, IMPÕE O FRACIONAMENTO COMO OBRIGATÓRIO. A REGRA RETRATA A VONTADE LEGISLATIVA DE AMPLIAR A CONTRATAÇÃO E O UNIVERSO DE POSSÍVEIS INTERESSADOS. O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). TRATA-SE NÃO APENAS DE REALIZAR O PRINCÍPIO DA**

**ISONOMIA, MAS DA PRÓPRIA EFICIÊNCIA.** A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única.” (grifo e destaque nossos). FILHO. Marçal Justen; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 13ª Edição Editora Dialética. [Grifei]

Extraíndo os entendimentos tanto de Lei, doutrina e jurisprudência, todas são claras ao afirmar que o fracionamento, além de possibilitar o aparecimento de número maior de licitantes interessados em contratar com a Administração Pública, respeitará os ditames previstos pelo **PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA** e pelo **PRINCÍPIO DA ISONOMIA**.

Portanto, resta demonstrada afronta à Lei Federal nº 8.666/93, pois, ao haver previsão do fornecimento de serviços totalmente distintos dentro de um mesmo instrumento convocatório, acabará por macular um dos cernes dos processos licitatórios, que é busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Colacionando jurisprudências do E. TCU (Tribunal de Contas da União), temos, “in verbis”:

**“Na forma do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93, DEVE A ADMINISTRAÇÃO BUSCAR O PARCELAMENTO DO OBJETO, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. TCU, Tribunal de Contas da União; Decisão nº 348/1999, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.**

Como também:

***"O § 1º do art. 23 da Lei 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Nos termos do § 2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justifica-se a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado."***  
TCU, Tribunal de Contas da União; Acórdão nº 2.393/2006, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler.

Face ao exposto do aresto proferido pela E. Corte de Contas, a previsão de serviços distintos entre si previstos em único Edital, maculará todo o certame em si, na medida em que não estará a Administração Pública respeitando o **PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE**:

***"Nos certames de licitação, esse princípio conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado. Nesse sentido, a Lei de Licitações veda estabelecer, nos atos convocatórios, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação."*** (in Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União – 4. ed. rev., atual, e ampl. – Brasília);



Insta salientar que, caso sejam mantidos no bojo do Edital todos os serviços previstos, as consequências serão graves entraves para um número demasiado de empresas em participar da licitação, vez que empresas de menor porte que não comportam os serviços pretendidos acabarão efetivamente excluídas do certame em tela, resultando em um número menor de participantes, impossibilitando, assim, a escolha de contratação de proposta mais vantajosa pela Administração Pública.

Apenas para argumentação, ainda que fosse razoável a contratação de serviços distintos no mesmo processo licitatório, seria fundamental que o edital transcrevesse a possibilidade de participação de empresas em consórcio a fim de que os serviços pudessem ser apresentados a contento para a administração. Porém, tal condição de participação se encontra vedada no presente edital, conforme exposto linhas atrás.

Ademais, seguindo a linha de raciocínio ora explanada, o Edital vedou expressamente à possibilidade de subcontratação do Data Center. Dessa forma, em não sendo permitida a subcontratação, patente está a aglutinação do objeto pretendido pelo Executivo Municipal de Coronel Fabriciano.

Nesse sentido, a Egrégia Corte de Contas Paulista já se manifestou sobre a possibilidade de contratação, em um mesmo edital, de sistemas informatizados e Data Center, desde que o certame permita a participação de empresas reunidas em consórcio ou a subcontratação pela licitante vencedora, conforme podemos verificar pelo julgado abaixo colacionado:

TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 25/09/2013 EXAME  
PRÉVIO DE EDITAL SEÇÃO MUNICIPAL (M-009)  
PROCESSO: TO - 001831.989.13-2  
REPRESENTANTE: JOSÉ EDUARDO BELLO  
VISENTIN. REPRESENTADA: PREFEITURA

MUNICIPAL DE BOITUVA **RESPONSÁVEL DA**  
**REPRESENTADA:** JOSÉ BARBOSA JUNIOR -  
PREFEITO

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO CONTRA O EDITAL  
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2013, DO TIPO  
MENOR PREÇO GLOBAL, PARA A CONTRATAÇÃO  
DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO PÚBLICA  
OBJETIVANDO A LICENÇA DE USO DE  
FERRAMENTAS INFORMATIZADAS (SOFTWARES)  
PARA DIVERSAS ÁREAS DE ATIVIDADE DO  
MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES  
CONSTANTES NO ANEXO XIII DO EDITAL.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 810.100,00

**ADVOGADOS:** JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN  
(OAB/SP nº 168.357) e FERNANDO JAMMAL  
MAKHOUL (OAB/SP nº 272.877).

**PROCURADOR DE CONTAS:** JOSÉ MENDES NETO.

#### **1. RELATÓRIO:**

1.1. Trata-se de representação formulada por **JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN** contra o Edital do Pregão Presencial nº 088/2013, do tipo menor preço global, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA**, objetivando a contratação de empresa especializada em gestão pública para fornecimento de licença de uso de ferramentas informatizadas (softwares para diversas áreas de atividade do Município, a ser executado de forma continuada, pelo período de 12 (doze) meses.

(...)

1.2. O peticionário insurgiu-se contra o ato de convocação alegando as seguintes questões prejudiciais à competitividade e à formulação de propostas:

(...)

e) Inclusão imprópria de criação de um "Datacenter" no objeto do certame, que consiste em um ambiente, envolve infraestrutura e hardware, incompatibilizando-se com o ramo de atuação das empresas que apenas forneçam softwares e criando, assim, restritividade à ampla participação.

(...)

## 2. VOTO:

(...)

**2.7.** Passo ao exame da insurgência que concerne à previsão de hospedagem do módulo de "nota fiscal eletrônica" em Data Center de alto desempenho, com disponibilidade 24 horas por dia, 07 dias por semana e backup dos dados realizados diariamente com cópia de segurança e integração dos dados com o servidor da Prefeitura.

À guisa de esclarecimento, *Data Center* consiste em um espaço onde servidores ficam acomodados com condicionamento de temperatura, fornecimento de energia redundante, sistemas de segurança interna e externo, conectados à internet com alta disponibilidade, possibilitando otimização das rotas de tráfego e com links internacionais.

Por um lado, considero aceitáveis as justificativas apresentadas pela Municipalidade para a inclusão deste serviço no objeto do certame, que consignaram a necessidade de hospedar o módulo de Nota Fiscal Eletrônica em servidor profissional, totalmente seguro considerando o fato de a Administração não dispor de equipamento e equipe técnica aptos a garantir acesso seguro e ininterrupto ao referido módulo.

No entanto, embora se reconheça a viabilidade desta aglutinação, não há como deixar de considerar que a maior parte das empresas que comercializam licenças de softwares não dispõem de Data Center ou não oferecem diretamente os serviços de hospedagem de dados que a Municipalidade pretende contratar de forma conjugada.

Esta Corte já enfrentou questões semelhantes nos autos do

processo TC-1267/989/12-7, de minha relatoria, tendo assim deliberado o E. Plenário1:

***“e. aglutinação indevida dos serviços licenciamento e serviços de software e data Center em um único lote;***

**2.8** A Municipalidade justificou a aglutinação argumentando que ela é necessária uma vez que é necessário que haja compatibilidade entre o sistema e o banco de dados.

*Referidas justificativas foram aceitas de forma unânime pelos órgãos instrutórios e pelo Ministério Público de Contas. Portanto, acompanho o entendimento uníssono dos órgãos instrutórios e do Ministério Público de Contas, não merecendo prosperar a impugnação.”*

**Neste precedente, as justificativas da Representada foram aceitas em face da previsão de subcontratação, que afastou o caráter restritivo inicialmente verificado.**

**Desta forma, compete determinar à Municipalidade, no presente caso, a adoção de alternativas e soluções previstas na lei para que a contratação conjunta da aquisição de licenças de softwares e**

hospedagem em Data Center não comprometa o caráter competitivo do certame.

Neste sentido, caberá à Municipalidade avaliar a viabilidade de permitir a subcontratação do Data Center, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93, e/ou admitir a participação de empresas reunidas em consórcio, na forma do art. 33 do mesmo diploma legal, garantindo assim melhores condições de competitividade e ampla participação na disputa.

2.8. Ante todo o exposto, acolhendo pronunciamentos da Assessoria Técnica, MPC e SDG, VOTO pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Representação, devendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA promover a retificação do edital, especialmente para o fim de:

(...)

d) adotar alternativas previstas em lei para que a contratação conjunta de aquisição de licenças de softwares e hospedagem em Data Center não comprometa o caráter competitivo do certame, avaliando a viabilidade de permitir a subcontratação do serviço de hospedagem do módulo de "nota fiscal eletrônica" em Data Center, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93, e/ou admitir a participação de empresas reunidas em consórcio, na forma do art. 33 do mesmo diploma legal.

A reformulação do edital é, portanto, medida que se impõe, em consonância com todos os aspectos desenvolvidos no corpo do voto ora proferido, com a consequente publicação do novo texto do ato convocatório e reabertura do prazo legal, nos termos do

artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, para oferecimento das propostas.

Assim, diante das claras e patentes ilegalidades presentes, não restam alternativas, senão pela suspensão do certame ora impugnado e sua posterior retificação.

## **2. IV – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.**

Nobre Julgador, ademais das incongruências que já ventilamos, o instrumento convocatório igualmente peca ao não trazer com clareza a parcela de maior relevância.

Como é sabido para fins de verificação da qualificação técnica, a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de atestados de desempenho anterior que demonstrem sua capacidade técnica. Visando preservar a competitividade do certame, todavia, tal exigência somente será válida relativamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93.

A revista especializada em licitações públicas de forma bastante simples esclarece o que seja a parcela de maior relevância. Vejamos:

*Diante disso, como identificar as parcelas de maior relevância e valor significativo na prática?*

**A formação desses conceitos deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos**

indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

Sob esse enfoque, parece válido considerar como "parcela de maior relevância técnica" o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se aqui da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Por sua vez, a aferição da fórmula "valor significativo do objeto" toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto<sup>4</sup>.

Contudo, o presente edital deseja que as licitantes comprovem experiência em todos os serviços descritos e que serão contratados por meio deste edital, vejamos:

10.1.4.1. Deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante desempenhado atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

(...)

10.1.4.1.2. O atestado deverá constar, no mínimo, que o software possui:

a) Importação de arquivos:

1) Arquivo de ATIVOS

2) Arquivo de RETORNO DO VAF

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.zenite.blog.br/como-identificar-a-parcela-de-maior-relevancia-e-valor-significativo-do-objeto-da-licitacao/>>. Acesso no dia 12 de agosto de 2020.

**3) Arquivo de Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS-IPI**

**b) Funcionalidades:**

- 1) Processamento das DAMEFs carregadas no sistema;**
- 2) Geração do RESUMO DE CFOPs, para o ano base de apuração do VAF, a partir da EFD ICMS-IPI;**
- 3) Montagem da DAMEF a partir da EFD ICMS-IPI;**
- 4) Apuração de divergências entre os valores apresentados na DAMEF versus aqueles obtidos da EFD ICMS-IPI;**
- 5) Envio de notificações eletrônicas;**
- 6) Módulo para gerenciamento das respostas às notificações expedidas. [Grifei]**

Uma simples leitura dos itens acima arrolados demonstra que no presente edital, apesar do regramento legal determinar que a comprovação técnica operacional deverá recair sobre as parcelas de maior relevância, a Municipalidade decidiu determinar que todos os serviços/módulos fossem objeto de comprovação técnica pelos licitantes<sup>5</sup>, o que é ilegal.

Em face de tamanha ilegalidade, os Tribunais de Controle Externo têm julgado como irregular editais que não preveem de forma adequada a parcela de maior relevância. Vejamos isto nos autos do **TC. 00015699.989.17** do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

*Referida tabela, ademais, inclui uma pluralidade de itens de obra e reforma de edificações, que demandam a elaboração de projetos de engenharia específicos, não fornecidos pelo edital, circunstância que não apenas denota a **falta de clareza e correta definição do objeto***

<sup>5</sup> Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



colocado em disputa, como prejudica a aferição de eventual complexidade técnica e/ou valor significativo das parcelas eleitas como relevantes. [Grifei]

No mesmo sentido, julgado do Tribunal de Contas da União:

**Acórdão 1898/2011-Plenário**

**Data da sessão**

20/07/2011

**Relator**

RAIMUNDO CARREIRO

**Área**

Licitação

**Tema**

Qualificação técnica

**Subtema**

Exigência

**Outros indexadores**

Critério, Relevância, Capacidade técnico-operacional, Valor

**Tipo do processo**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

**Enunciado**

**A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo.**

**Resumo**

Em auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação de recursos federais em obras públicas de reforma e ampliação do estabelecimento penal masculino de Corumbá/MS, o Tribunal detectou diversas irregularidades, dentre elas, a necessidade de comprovação, por parte das licitantes, da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestados, para item de pouca relevância técnica. Para a unidade técnica responsável pelo feito, "a exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo". **No caso em exame, o edital da concorrência 30/2010-CLO exigira atestado de capacidade técnica relativo ao item "cobertura com telha galvanizada trapezoidal", que não apresentava qualquer relevância ou**

complexidade técnica com relação ao empreendimento que justificasse a exigência, já que não haveria necessidade de qualquer profissional ou equipamento especial, que não estivesse presente em grande parte das obras de engenharia. Além disso, "empresas construtoras que já executaram coberturas com telhas de fibrocimento, ou ainda com telhas cerâmicas, possuem plena capacidade técnica para construir telhados com telhas galvanizadas, não sendo razoável exigir um tipo de telhamento específico". Destacou a unidade técnica, ainda, que a discricionariedade dada à Administração para juízo de valor quanto ao que seria relevante, para fins de comprovação de capacidade técnica, não dispensaria razoabilidade na escolha dos itens de referência, pelo que a exigência, na espécie, deveria ser considerada indevida, o que foi acolhido pelo relator, o qual votou por que o Tribunal desse ciência da irregularidade ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, sem prejuízo de que fosse promovida a audiência do servidor responsável pelo fato, no que contou com a anuência do Plenário. Acórdão 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.

Em caso similar julgado pelo Colendo Tribunal de Contas de Minas Gerais, o Excelentíssimo Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Dr. Marcílio Barenco Corrêa de Mello, verificando que o edital requeria que os licitantes comprovassem todos os serviços exigidos no certame, deu o seguinte parecer:

Processo nº: 977.863 Natureza: Denúncia Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão Apenso: Denúncia nº 977.863 Denunciante: Walmir de Albuquerque Costa Denunciada: Edital: Câmara Municipal de Mariana Pregão Presencial nº 006/2016/CMM

Ademais, a exigência contida no subitem 12.2, alíneas "b" e "c" do instrumento convocatório se mostra excessiva por exigir experiência anterior na INTEGRALIDADE do objeto e de se comprovar a experiência em todos os postos de trabalho por no mínimo, dois anos.

Com a devida vênia, de acordo com o entendimento deste Órgão Ministerial, a exigência em tela restringiu o universo de participantes e afrontou o preceito constitucional da isonomia.

É importante observar que a função do atestado é comprovar que o licitante detém capacidade técnica de realizar o objeto do procedimento licitatório, devendo ser definida as parcelas de maior relevância.

A Súmula 263 do Colendo Tribunal de Contas da União indica não haver irregularidade na exigência de capacitação técnico-operacional dentro dos limites da razoabilidade, in verbi,

**Súmula nº 263 de 19/01/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (Grifo nosso).**

A exigência da comprovação integral do objeto do certame é excessiva, não guardando proporção ao objeto a ser executado, podendo frustrar o caráter competitivo do certame

Ainda neste sentido:

**DENÚNCIA N. 1015672**

*Denunciante: Romano Donadel e Advogados Associados*

*Denunciada: Prefeitura Municipal de Ipatinga Partes: Sebastião*

de Barros Quintão e Maria Alminda da Costa Guimarães  
Procuradores: Felipe Rodrigues Moreira - OAB/MG 123.865,  
Pyther Paiva - OAB/MG 173.725 MPTC: Glaydson Santo  
Soprani Massaria

**RELATOR: CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ**

#### EMENTA

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. CONCORRÊNCIA. SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA E ADVOCATÍCIOS. IRREGULARIDADES. RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME. SUSPENSÃO LIMINAR DA LICITAÇÃO. CORREÇÃO PARCIAL DOS APONTAMENTOS. EXIGÊNCIA DE ATESTADO PARA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO SOMENTE POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. IRREGULARIDADE MANTIDA. DETERMINAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO. 1. É admitida a contratação de serviços advocatícios, por meio de licitação, quando demonstrada a ausência de pessoal em número suficiente para representar o órgão em juízo ou administrativamente nas demandas existentes. 2. A licitação tem por finalidade garantir que a Administração Pública possa selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público, em conformidade com os princípios que regem os processos administrativos, entre eles, a legalidade, a isonomia, a moralidade, a publicidade, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a motivação, a razoabilidade e a proporcionalidade.

**3. A Administração não pode limitar a participação no certame, mediante a exigência de comprovação de aptidão de desempenho com quantitativo idêntico ao do objeto**

licitado, considerando que, consoante estatui a Lei nº 8.666, de 1993, a comprovação de capacidade técnica deve restringir-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

4. Revela-se restritiva à competitividade a exigência de comprovação de capacidade técnica para execução do objeto licitado mediante apresentação de atestado fornecido exclusivamente por pessoa jurídica de direito público. 5. Determina-se a publicação da retificação do ato convocatório, com a exclusão da irregularidade remanescente. [Grifei]

Portanto, é nítido que exigência de atestado na forma que se encontra no edital, ofende a Lei e a jurisprudência pacífica dos Tribunais de Contas por prever que os licitantes demonstre capacidade técnica em todos os serviços que serão contratados, por essa razão é imperioso que seja definidas de forma clara e precisa quais são as parcelas de maior relevância, retirando a previsão ilegal de demonstrar experiência em tudo.

## **2. V – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

Ademais de tudo quanto já mencionamos, cumpre trazer a baila as irregularidades técnicas verificadas que nem sequer foram respondidas pela Administração Pública quando da apresentação da primeira impugnação.

Os questionamentos e impugnações feitas ao edital devem ser respondidas e caso haja a verificação das irregularidades ventiladas pela impugnante, estas deverão ser modificadas.

Neste passo apresentamos questões/impugnação técnica, desde já requerendo que estas seja apreciadas e as respostas sejam fundamentadas.

Itens 6.2.2 e 6.2.2.1 do termo de referência.

*6.2.1. Dispor dos profissionais necessários para a execução dos serviços, que será acompanhada de pelo menos um servidor da CONTRATANTE.*

*6.2.2. Apresentar relatório, visando à homologação dos serviços de implantação e capacitação, assinado pelo responsável pela execução dos serviços e da área atendida*

Os itens 6.2.2 e 6.2.2.1 do Termo de Referência fala sobre implantação e que a licitante vencedora deverá apresentar relatório visando a homologação dos serviços. No entanto o Edital NÃO POSSUI descrição para os serviços de implantação.

Não há métricas para aferição dos serviços, tendo em vista que estes não existem no edital. Como o item trata de obrigação da futura contratada e ainda condicionada a pagamento e prazo, resta clara a impossibilidade de o licitante elaborar a proposta por não conhecer o escopo das atividades de implantação.

Portanto, tais itens comportam correção e esclarecimentos.

O item 6.2.8 também determina:

*6.2.8. Deverá designar um profissional para gerenciar todo o processo de implantação dos sistemas, que fará toda a interlocução com a Administração municipal no decorrer da execução dos serviços.*

Este item não esclarece qual profissional deverá ser designado, sendo assim resta clara a ausência de clareza.

Item 11.2.1.2. também apresenta vícios e erros, vejamos:

*11.2.1.2. O Teste de conformidade do software deverá ser feito em local e data estabelecida pelo Pregoeiro, que disponibilizará um equipamento com acesso à internet, bem como arquivos para importação, conforme item 9.1 deste Termo.*

Pois bem.

Durante a prova de conceito a prefeitura informa que disponibilizará arquivos para a licitante, conforme item 9.1. Todavia, o item 9.1 não possui qualquer especificação ou tipos/nomes, layouts conhecidos de arquivos relacionados ao objeto, para permitir que a licitante avalie seu sistema quanto a possibilidade de conseguir importá-los, porque o item 9.1 fala sobre plataforma tecnológica e não descreve quais arquivos serão disponibilizados pela Prefeitura para importação que possibilite o teste de conformidade.

Deste modo, necessária se faz tais informações para que as licitantes possam avaliar se seus sistemas estão aptos ou configurados para importar arquivos.

Isto só é possível tendo conhecimento prévio de quais arquivos serão estes, conhecer seu layout/estrutura física.

Outra irregularidade técnica diz respeito a previsão de item inexistente, o que impede que os licitantes consigam atender ao objeto do certame.

No item 8.3 do termo de referência é previsto que:

**8.3. CADASTRO DE NOTIFICAÇÕES** Os textos das notificações contempladas no item 3.6 deverão ser definidos através de um módulo de cadastro de notificações.

Este módulo deverá contemplar: a) Cadastro do texto da notificação b) Cadastro do assunto do e-mail c) Inserção do brasão municipal d) Cabeçalho com inserção de dados variáveis, tais como: nº do retorno utilizado, razão social, inscrição estadual, município, telefone, e-mail. [...]

No item 8.4, igualmente determina que:

8.4. CADASTRO DO FORMULÁRIO DE RESPOSTA O sistema deverá possuir um módulo para criação do formulário de resposta, utilizado pelo contador, para emitir sua resposta à uma determinada notificação. Este módulo deverá contemplar:

a) Seleção da notificação à qual o formulário de resposta estará associado. Isto é, o sistema deverá dar a possibilidade de criar um formulário de resposta específico para cada tipo de notificação especificada no item 3.6.

b) Todo formulário de resposta deverá conter, no mínimo, os seguintes campos e ou informações:

1) Identificação do município;

2) Identificação da notificação, conforme item 3.6;

Da simples leitura dos itens acima citados, verificamos que todos remetem para o item 3.6 que neste edital ~~inexiste~~

Se este item 3.6 não existe, como os licitantes poderão atender aos itens 8.3 e 8.4?

Na verdade sem a inclusão do item 3.6 ficará realmente difícil que as licitante consigam atender o instrumento convocatório em sua integralidade, por



essa razão é urgente que a Prefeitura se digne a reler o edital e modificar o que se encontra confuso ou mal escrito.

Portanto, novamente o edital padece de objetividade e clareza, o que faz com que seja irregular e prejudique a confecção de proposta adequadas por parte dos licitantes.

### **III- DO PEDIDO**

Pelo exposto, requer-se inicialmente a suspensão, no estado em que se encontra do **Pregão Presencial nº 029/2020**, promovido pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, para posterior análise da presente Impugnação.

No mérito, requer sejam determinadas as pertinentes correções relatadas no corpo da presente Impugnação, por restringir o caráter competitivo da licitação (inciso I, §1º do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93), infringindo, assim, o processo licitatório e os princípios constitucionais que os norteia.

Por fim, requer que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome dos advogados abaixo indicados no e-mail [juridico@tecnogroup.com.br](mailto:juridico@tecnogroup.com.br), sob pena de nulidade.

Nestes Termos

Pede deferimento.

São Paulo, 31 de agosto de 2020.



**LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**  
**OAB/SP Nº 277.087**

**UESLEI ALMEIDA DOS SANTOS**  
**OAB/SP Nº 395.817**

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO  
0.102.565/19-3

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA**

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956



Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, natural Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

**JORGE LUIZ CORREA CORTEZ**, brasileiro, maior, solteiro, natural do Rio de Janeiro / RJ, nascido em 02/06/1961, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nr. 11.499.642-8 - SSP-SP e do CPF nr. 011.916.718-28, residente e domiciliado a Rua do Símbolo, 16 - apto 152 - Bairro Jardim Ampliação - São Paulo - SP - CEP-05713-570.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA, estabelecida na RUA BOM PASTOR, 2732 - SALA 87 TORRE NORTE - Ipiranga - São Paulo - SP - CEP-04203-003, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nr. 206.876/18-0 em 16/05/2018.

E o novo sócio: **LUIZ ALBERTO RODRIGUES**, brasileiro, natural de Bauru - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Resolve de pleno e comum acordo alterar o contrato social, conforme cláusulas e condições, a saber:

**A-** O sócio **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, acima qualificado, aqui na condição de outorgante cedente, sendo titular de 1.584.000 (hum milhão, quinhentas e oitenta e quatro mil) de quotas do capital social da Sociedade no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cede e transfere 1.440.000 (hum milhão quatrocentos e quarenta mil) quotas para o antigo sócio **LUIZ ALBERTO RODRIGUES**, acima qualificado, aqui na condição de outorgado cessionário, em face da rescisão, em comum acordo, do instrumento jurídico, particular, anteriormente, pactuado entre as partes, retomando, assim as referidas quotas à titularidade do antigo sócio, **LUIZ ALBERTO RODRIGUES**, recebendo o sócio, ora cedente, nesta ato a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referentes a devolução do sinal por ele pago, anteriormente, ao ora cessionário, conforme consta da 17ª (décima sétima) alteração contratual da sociedade datada de 27/12/2017 registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o nr. 027.099/18-0 em 03/01/2018, de cujo recebimento o sócio, ora cedente, dá ao cessionário, por meio deste instrumento, ampla, plena, geral e irrevogável quitação.

**B-** O sócio **JORGE LUIZ CORREA CORTEZ**, na condição de cedente, cede e transfere 16.000 (dezesesseis mil quotas) de capital da sociedade, perfazendo o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para o sócio

JUL 2013



**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**. O cedente ratifica através de este ato haver recebido a importância pactuada, dando e recebendo, junto ao cessionário, plena, geral e rasa quitação, assim como declara ter recebido todos os direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo dela a reclamar, seja a que título for.

**C** – Os sócios remanescentes resolver alterar o ARTIGO 6º. Da sociedade que passará a ter a seguinte redação:

**ARTIGO 6º** - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), representado por 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	1.440.000	1.440.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	160.000	160.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	1.600.000	1.600.000,00	100

**Parágrafo único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**D** – Os sócios remanescentes resolvem alterar o Artigo 8º. Da sociedade que passara a ter a seguinte redação:

**ARTIGO 8º** - A administração da sociedade caberá somente a ambos os sócios, que terão todos os poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

**E** - Em face das alterações ora procedidas ficam alterados os Artigo 6º. e Artigo 8º do contrato social, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

#### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

#### EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade empresária limitada os sócios:

: **LUIZ ALBERTO RODRIGUES**, brasileiro, natural de Bauru – SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 – SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 – Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38 e

**CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema – MG, nascido em

JUCESP



26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 – Vila Valparaíso – Santo André – SP – CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76.

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**ARTIGO 1º** - A sociedade gira sob a denominação social de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA e tendo o nome fantasia de "EICON CONTROLES INTELIGENTES".

**ARTIGO 2º** - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Bom Pastor, 2732 – SALA 87 – Ipiranga - CEP 04203-003, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Primeiro** - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo – Cidade de São Paulo, sita a Rua Bogaert, 107 – Vila Vermelha – CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nr. 35903813610 em 12/05/2010.

**Parágrafo Segundo** - Capital Social destacado para a Filial é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**Parágrafo Terceiro** - Objetivo Social da Filial: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

**ARTIGO 3º** - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46, consultoria, assessoria, auditoria, administração em tecnologia da identificação e controle dos cartões gerados e/ou cancelados e a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral, revenda, manutenção e fornecimento de equipamento e suprimento de informática e a representação comercial de produtos de informática através de terceiros; bem como a venda, revenda licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição, bem como, a venda, revenda, licença ou cessão de direito de uso de programas de computação, relativo à geração de controle e acessos, através de cartões com matriz de caracteres e biométricos, nas áreas públicas e privadas, com objetivo da geração de identificação digital e/ou facial de acesso e uso e também o fornecimento de mão de obra a terceiros de empregados ou trabalhadores avulsos seus contratados, e também a instalação de redes de telecomunicações

**ARTIGO 4º** Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado – Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador – CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 9295/46.

b) Sócio – Carlos Henrique Pereira Travassos – Contador – CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços

JUDICIAL



contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

**Parágrafo único** - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

**ARTIGO 5º** - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**ARTIGO 6º** - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), representado por 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	1.440.000	1.440.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	160.000	160.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	1.600.000	1.600.000,00	100

**Parágrafo único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

**ARTIGO 7º** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**ARTIGO 8º** - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios, que terão todos os poderes e atribuições de assinar pela sociedade isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

**ARTIGO 9º** - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

**ARTIGO 10º** - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

**Parágrafo único** - Também poderão os sócios, isoladamente, nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que as procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionar expressamente os poderes conferidos, deverão necessariamente estipular o período de validade, ressalvados os casos de procurações para fins judiciais, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

**ARTIGO 11º** - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

**ARTIGO 12º** - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

**ARTIGO 13º** - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

JUESP  
4 0 19



**ARTIGO 14º** – Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

**Parágrafo único** – As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

**ARTIGO 15º** – Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo único** – Se às quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

**ARTIGO 16º** - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo único** – O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

**ARTIGO 17º** - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

**ARTIGO 18º** - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

**ARTIGO 19º** - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

**Parágrafo primeiro** – Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento *mortis*, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento *mortis*.

**Parágrafo segundo** - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

**ARTIGO 20º** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

**ARTIGO 21º** - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à alínea

JUL 25 2019



"C" do artigo 25 do Decreto Lei N° 9.295/48.

**ARTIGO 22º** - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou conta à economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**ARTIGO 23º** - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

São Paulo, 29 de janeiro de 2019.

JORGE LUIZ CORREA CORTEZ  
Sócio retirante

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS  
sócio administrador remanescente

LUIZ ALBERTO RODRIGUES  
Sócio administrador admitido

Testemunhas:

ZENAIDE QUARESMA DE SOUSA  
RG. 16.897.859-3 - SSP-SP

CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES  
RG. Nr. 20.668.522 - SSP-SP

AMAURI LIMA SOARES  
ADVOGADO  
OAB /SP 138.236

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO DISTRITO DE RIACHO GRANDE  
R. Alameda dos Estados da S. Paulo, 111 - Centro - CEP: 05303-000 - Fone: (011) 4334-4440 - E-mail: cartorio@rio.gr.br

Reconheço por semelhança 01 firma de LUIZ ALBERTO RODRIGUES, 01 firma de CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, 01 firma de JORGE LUIZ CORREA CORTEZ, em documento com valor econômico, dou fe. Em test. da verdade.

São Bernardo do Campo, 31 de janeiro de 2019 33505/103-14  
17:01  
R\$ 20,20  
142

LUCIENE GARCIA GUEDES - Escrevente Autorizada

Registro Civil e Tabelião de Notas de Riacho Grande  
Carvalho  
Escrevente Autorizada

0862AA0232052F1CV 0862AA0232052F1CV 0862AA0232052F1CV

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil

0862AA0232052F1CV

0862AA0232052F1CV

923000  
01 04 14  
01



JUCESP  
04 FEV 2019

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
JUCESP  
FLÁVIA M. BRITO DE OLIVEIRA  
SECRETARIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO  
DO Nº 00000000

52.943/19-7  
[Barcode]

JUCESP





OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS

DISTRITO DE RIACHO GRANDE  
SAO BERNARDO DO CAMPO - SP  
COMARCA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO  
JOÃO ANTÔNIO BOTELHO DE ANDRADE

LIVRO Nº 647-PÁG.Nºs. 007/008  
1º TRASLADO



**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:-**

**S A I B A M**, quantos este público instrumento de procuração virem que aos três (03) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (2019), neste distrito de Riacho Grande, município e comarca de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Republica Federativa do Brasil, em cartório, perante mim, Substituta Designada e do Tabelião, que esta subscreve, compareceu como outorgante:- **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, sociedade empresária limitada, com sua atividade econômica principal a de consultoria em tecnologia da informação, com sede em São Paulo-Capital, sita na Rua Bom Pastor, 2732, sala 87, Torre Norte, Ipiranga, CEP. 04203-003, devidamente inscrita no CNPJ, sob nº 53.174.058/0001-18, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP. Sob nº 35.219.697.956, em sessão de 16 de dezembro de 2004, e posteriores alterações, neste ato representada nos termos do artigo 8º, da 18ª alteração contratual consolidada, datada de 29 de janeiro de 2019, registrada na citada Junta Comercial sob nº 52.943/19-7, em sessão de 04 de fevereiro de 2019, cuja cópia fica arquivada nesta Serventia, em pasta própria de nº083, como Fls. 034, por seu sócio, **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC nº 1SP204099-P-5, portador da cédula de identidade RG. nº 17.427.602-3-SSP-SP, CPF-MF. nº 164.270.308-76, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480, Vila Valparaíso, em Santo André, Estado de São Paulo, CEP. 09060-180, aqui de passagem; reconhecido como o próprio, por mim Substituta Designada, a vista dos documentos apresentados, do que dou fé, pela outorgante, na forma acima representada me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores:- **Dr. LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**, inscrito na OAB-SP, sob nº 277.087, CPF-MF. nº298.709.548-12; **Dra. GABRIELA FLORENZA QUEIROZ BELOTO**, inscrita na OAB-SP, sob nº 371.899, CPF-MF. nº 392.750.918-38; e, **Dr. UESLEI ALMEIDA DOS SANTOS**, solteiro, maior, inscrito na OAB-SP, sob nº 395.817, CPF-MF. nº 391.644.788-23; todos brasileiros, advogados, com endereço profissional na Rua Bogaert, 107, Vila Vermelha, em São Paulo-Capital, CEP. 04298-020; a quem confere poderes para Isoladamente ou em conjunto, independentemente da ordem de nomeação para: (a) no foro em geral, nos termos do Artigo 105 do Código de Processo Civil, podendo receber citações, intimações prestar depoimento pessoal em Juízo, confessar, transigir, desistir, renunciar, juntar e/ou retirar documentos, usar dos recursos legais, levantar depósitos judiciais, receber e dar quitações relativas a pendências judiciais, promover notificações judiciais e extrajudiciais, vistorias, requerer junto aos cartórios de registros de imóveis, notas, registro civil de pessoas jurídicas e repartições competentes, propor ações judiciais (b) em procedimentos licitatórios, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes aos certames promovidos por repartições públicas, sejam Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Privadas; (c) em resposta a ofícios judiciais e administrativos e (d) perante quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais e autarquias, promovendo registros,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
VALE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ATUAÇÃO, RESERVA OU ESTIPULAÇÃO, INVÁLIDA ESTE DOCUMENTO



sem internacional  
e imediato Latam  
gratuito e 24h



09622602009820.000072653-0



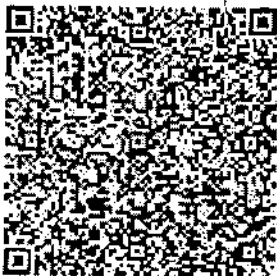
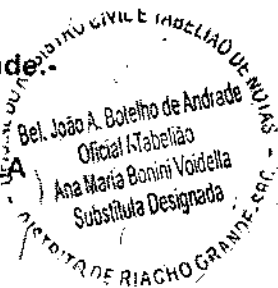
17 MAR 2020  
Av. Araguaia 190 Riacho Grande - São Bernardo Do Campo - SP  
Fax: 11-4354-0110



averbações, inscrições e seus cancelamentos, requerendo o que for mister, no interesse dos Outorgantes, apresentar defesas, reclamações, consultas, recursos e pedidos de reconsideração, impugnações, representações, perante todas as autoridades administrativas, inclusive Prefeituras, Tribunal de Impostos e taxas do Estado, Conselhos de Contribuintes, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas Estadual, Tribunal de Contas Municipal, Tribunais de Justiça, usando para esses fins-inclusive os poderes constantes da letra "a" supra, podendo nomear prepostos dos Outorgantes, fixando as atribuições respectivas no instrumento competente e substabelecer no todo ou em parte os poderes constantes do presente mandato sempre com reservas de iguais poderes, enfim praticar os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. - **O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA.** - De como assim, disse, do que dou fé, lavrei este instrumento que sendo-lhe lido, aceita e assina. - Nada mais do que dou fé. - Eu, (a.) Bel.<sup>a</sup>. ANA MARIA BONINI VOIDELLA, Substituta Designada, a digitei. - Eu, (a.) Bel. JOÃO ANTÔNIO BOTELHO DE ANDRADE, Tabelião, a subscrevi. - (a.) **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS.** - NADA MAIS. - Esta conforme o original e dou fé. - Traslada em seguida. - Eu, *[assinatura]* (Bel.<sup>a</sup>. ANA MARIA BONINI VOIDELLA), Substituta Designada, a digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso. -

Em testemunho da verdade.

*[assinatura]*  
Bel.<sup>a</sup>. ANA MARIA BONINI VOIDELLA  
SUBSTITUTA DESIGNADA



1181661TR0000000179927194

**VALOR COBRADO PELA ESCRITURA:-**

Ao Tabelião	R\$ 134,95.
Ao Estado	R\$ 38,35.
A Sec. Fazenda	R\$ 26,24.
Imposto do Munic.	R\$ 2,69.
Ao Min. Público	R\$ 6,48.
Ao Reg. Civil	R\$ 7,10.
Ao Trib. Justiça	R\$ 89,26.
A Santa Casa	R\$ 1,35.
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 226,42</b>

responsável.

Guia nº 227- Em 03/10/2019.)

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE  
NOTAS DE RIACHO GRANDE - SBC / SP  
Av. Arapuanã, nº 190 - Tabelião  
JOÃO ANTÔNIO BOTELHO DE ANDRADE  
AUTENTICAÇÃO DE COPIA DE INSTRUMENTO  
DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS

Página  
Número 56

17 MAR. 2020



**SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS**

Substabeleço com reservas de domínio os poderes que recebi de **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 53.174.058/0001-18, com sede na rua Bom Pastor, 2732, sala 87, Torre Norte, Ipiranga, São Paulo - SP, por meio de seu sócio administrador **CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS**, brasileiro, casado, contador, RG nº 17.427.602-3 SSP-SP e CPF/MF nº 164.270.308-76, a **Dra. Maria Victoria Perrim Costa**, **advogada devidamente inscrita na Seção da OAB/MG sob nº 195.183**, para que protocole impugnação ao Pregão Presencial nº 029/2020, na Assessoria de Licitações, localizada na Rua Boa Vista, nº 113 - 1º andar - Edifício José Vivi, centro - Coronel Fabriciano/MG, consoante estabelece o **item 2.2.3** do citado edital.

**Prazo: 5 dias**

São Paulo, 31 de agosto 2020

  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ HENRIQUE ORNELLAS DE ROSA**

**OAB/SP 277.087**

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 15-02-2013

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 1º da Lei nº 8.906/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

Maria Heloisa Perrim Costa

15-02-2013

15-02-2013



ORDEN DOS ADVOGADOS DO  
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

195183

NOME  
MARIA VICTORIA PERRIM COSTA

VILINCO  
MARCOS AURELIO COSTA  
KATIA HELOISA COSTA

NATURALIDADE  
BELO HORIZONTE-MG

RG  
05936780051- DETRAN/MG

COABOR DE PAGAR O EXERCÍCIO  
SIM

1213

RAMUNDO CANDIDO JUNIOR  
PRESIDENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**Procedimento Administrativo de licitação.**

**Modalidade** : Pregão;  
**Parecer nº** : 0244/2020;  
**Processo nº** : 0256/2020;  
**Pregão nº** : 029/2020.

**Parecer Jurídico**

Versam os autos análise jurídica exarando emissão de parecer sobre Impugnação ao edital interposto pela licitante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGOCIOS LTDA;**

O objeto da licitação é :

*"Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses".*

**DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 Art. 41.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Assim, tempestivo a apto a ser conhecido.

**DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO**

A estipulação no edital, onde suas determinações e condições via de regra, tem força de lei e são sujeitas ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:

*"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório ( Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)" "Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras devesse ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)."*

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)".*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. "O princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados." (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (inclusão na composição dos preços dos encargos sociais e dos direitos trabalhistas previstos nas leis e nas convenções coletivas de trabalho das categorias de profissionais das empresas concorrentes), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante à não-observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TRF-1 - AG: 16906 MT 2006.01.00.016906-2, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES, Data de Julgamento: 13/10/2006, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 30/10/2006 DJ p.216) (grifo nosso)

No momento de apresentação dos envelopes o licitante deve ter conhecimento em face das exigências legais e ediliças quais documentos deve apresentar. Não os trazer caracteriza descumprimento à lei e ao edital, devendo ocorrer à inabilitação ou a desclassificação, conforme o caso.

Pois bem.

Inicialmente, verifica-se que a preponente, impetrou impugnação pela segunda vez, com estipulações idênticas as anteriores que foram acatadas em partes.

Aos novos fatos, estes não foram objeto de questionamento anterior, o que ao meu vê supostamente a impugnante busca retardar a abertura do certame.

Ao que pese a participação de empresas em recuperação judicial, que conforme anexo não é o caso da impugnante, insiste em impetrar impugnação com efeito suspensivo alegando que a exigência é descabida, apesar desta procuradoria já ter se manifestado conforme parecer 220/2020 P.G.M.

Já concluímos anteriormente, conforme parecer supracitado, que não se vislumbra irregularidade ou ilegalidade no edital, as lacunas anteriormente apontadas pela impugnante foram sanadas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Salientamos que essa procuradoria preza pelos princípios norteadores do Direito bem como garante a qualquer interessado a ampla defesa e o contraditório.

É válido mencionar, que é crime impedir ou perturbar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, consoante art.93 da lei 8.666/90, que apenas a título de ilustração e advertência transcreve-se;

Art. 93. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Nesta sede, qualquer excesso no exercício do direito de defesa ou de recurso será objeto de apuração e, restando configurada essa prática, sobretudo de má-fé, serão impostas sanções legais e encaminhados ao Ministério Público para responsabilização criminal.

A impugnante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA** apresenta razões de fato questionando as exigências estipuladas no edital.

São elas;

- I - Da irregular Ausência de fundamentação técnica e jurídica para vedação da participação de consórcios no certame;
- II - Da ilegal vedação de participação de empresa em recuperação judicial;
- III - Da aglutinação de licenciamento e uso de Software e Datacenter;
- IV - Ausência de indicação da parcela de maior relevância;
- V - Das irregularidades Técnicas Verificadas.

Cumprе observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

**I - DA IRREGULARIDADE DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO NO PRESENTE CERTAME.**

Reiteramos;

Não constam quais quer irregularidade na vedação, pois trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Sobre o tema, assim se posiciona a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, *In verbis*:

"A aceitação de empresas em consórcio na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua vedação seja sempre justificada." (Acórdão n. 1.678/2006, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes)"

"Observo que não obstante a decisão pela formação de consórcios ter sido confiada pela lei ao talante do administrador, este deve sempre decidir de forma fundamentada. No presente caso, reconheço que a dimensão da contratação não reclama a formação de consórcio entre os licitantes, entretanto, a opção de não parcelar o objeto, que, como demonstrado antes, poderia ser segregado em serviços perfeitamente distintos, poderia tê-lo justificado." (Acórdão n. 1.405/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinícius Vilaça).

"A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada." (Acórdão n. 566/2006, Plenário, rel. Min. Marcos Vinícius Vilaça).

Como toda a decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**Dado a justificativa OPINO pela legalidade da vedação supracitada.**

**II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL;**

Reiteramos;

Clausula 10.1.3 alínea "a";

**10.1.3. Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor judicial do foro da pessoa jurídica **ou** Certidão Judicial Cível Negativa, expedido nos últimos 90 dias;

Sabe-se que tem-se pacificado o entendimento da possibilidade de participação de licitação empresas em recuperação judicial, o que não impede a administração de exigir a demonstração da qualificação econômica e financeira, vejamos posicionamento do TCU;

*"é possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993" (Acórdão nº 1201/2020 do TCU).*

Logo, em tempos de abalo à saúde financeira das empresas — como, por exemplo, o que estamos vivenciando com a pandemia da Covid-19 —, o acórdão do TCU demonstra-se razoável ao ratificar o entendimento quanto à participação das empresas em recuperação judicial, desde que se verifique sua capacidade econômica e financeira, alinhando-se aos entendimentos do STJ.

*"Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).*

*"Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica". STJ. 1ª Turma. (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018).*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Diante o exposto percebemos que a empresa deve demonstrar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica, na leitura literal da cláusula 10.1.3 alínea "a", não vislumbro irregularidades, pois não existe vedação mas sim maneiras de demonstrar a capacidade econômica, sendo este primordial para satisfação do cumprimento do objeto ora licitado.

**Dado os entendimentos expostos OPINIO pela legalidade da exigência supracitada.**

Pontuo que conforme consulta do cadastrado nacional da pessoa jurídica, a empresa impugnante se encontra em situação cadastral ATIVA, o que é de estranhar os argumentos apresentados insistentemente.

**III – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER;**

Reiteramos;

Pela leitura literária das cláusulas edilícias, bem como a descrição do objeto não vislumbro irregularidades, pois se o edital faz exigências conforme o serviço a ser prestado, sendo essencial para garantir a plenitude do objeto licitado.

O objeto do edital é descrito de forma clara e precisa, onde se busca realizar a aquisição que atenda os anseios da administração pública, satisfazendo assim o fim ao qual será destinado.

Dado isto, as exigências contidas no edital não são meras formalidades, mas sim obediência ao instrumento convocatório bem como às legislações vigentes, visto que o instrumento convocatório obedece ao disposto em Lei.

Assim, uma vez publicado o edital e tornadas explícitas as normas que guiarão o certame, ambas as partes – Administração e licitante – devem-lhe fiel execução.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



Encontra-se, neste sentido, orientação doutrinária que reforça o que se vem de afirmar. Jorge Ulisses Jacoby, arrimado em decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), escreve:

"A Lei nº 8.666/93 define uma série de critérios que permitem à comissão de licitação avaliar se o licitante possui condições de executar o objeto, sob o aspecto técnico. Para simplificar essas exigências, parece razoável limitá-las à comprovação de que o licitante já executou serviço ou fornecimento similar antes e, se for o caso, registro na entidade profissional competente. O primeiro se faz por meio de atestados que comprovam a capacidade técnica. Ocorrem, porém, alguns tipos de problemas que desautorizam a validade desse instrumento de aferição de capacidade: a) a Lei de Licitações obriga a Administração Pública aceitar atestados emitidos por entidades públicas ou particulares, não sendo raro notícias de emissão de atestados ideologicamente falsos ou mesmo graciosos. Para evitar tais ilicitudes, tem sido comum que os editais estabeleçam a obrigatoriedade de os atestados virem acompanhados dos comprovantes fiscais da execução do objeto. É verdade que essa exigência vai além do estrito texto legal e que, portanto, seria questionável sua validade, mas a rigor é pertinente. Se o licitante prestou serviço a outra empresa privada e não recolheu os tributos pertinentes, não está de acordo com a lei apta a gerenciar e executar serviços com o pagamento de todos os impostos. Pode residir exatamente na sonegação a viabilidade econômica de empreendimento que, quando submetido ao rigor do recolhimento tributário, torne-se inexecutável. É válido, portanto, exigir que os atestados se façam acompanhar de prova fiscal da execução; b) os atestados comprovam a execução do serviço ou fornecimento? É forçoso reconhecer que o interesse do legislador em garantir a isonomia muitas vezes enseja a deformação dos instrumentos, obrigando a Administração Pública a contratar licitante que executou serviços de péssima qualidade, apenas porque, por letargia de alguns servidores, não foram punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração. É nesse contexto que encontramos relevante precedente na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admitiu a regularidade da exigência de atestado que indicasse o juízo de mérito sobre a execução. O leading case mostra-se importante na condução de processos licitatórios, na medida em que obriga a firmação de juízo de mérito dos agentes públicos; como mérito é impenetrável ao exame da legalidade afeto ao Poder Judiciário. Isto significa que, ao exigir o atestado de boa e regular execução de objeto idêntico ou assemelhado, a Administração estará restringindo a participação dos licitantes, validamente, segundo assentou o Tribunal de Contas da União, em prol da aferição técnica de melhor qualidade. É válido, assim, exigir atestado de execução bem sucedida de objeto similar. c) outra questão diz respeito à possibilidade de exigir atestado, demonstrando a execução de uma certa quantidade de objeto. Visa-se sobretudo aferir a chamada capacidade operativa, pois nem sempre quem realiza uma unidade de um serviço é capaz de realizar o objeto requerido em uma licitação. Assim, uma empresa que já prestou serviço de um vigilante não está apta a executar um serviço com 300 vigilantes. Sobre esse último aspecto, vale a pena transcrever lição do Tribunal de Contas da União, examinando uma representação contra determinado edital de pregão: 8. De fato, na



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



alínea c do item 5.3.1 do edital (fl. 16), constam quantidades mínimas das contratações a serem certificadas nos atestados: 50% do valor estimado para cópias em preto e branco; 30% idem para editoração eletrônica e também 30% para a produção de serviços gráficos. Assim, resta saber se a natureza dos elementos a serem quantificados se inclui na referência do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93. 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. 10. No entanto, o órgão exigiu níveis de 30% e 50% que, pelo senso comum, são quantidades compatíveis e até bem abaixo das estimadas para a contratação pretendida. Nesse particular, o autor deveria provar, ou pelo menos argumentar logicamente, pela natureza da contratação, que essa exigência é demasiada, ou seja, quem já fez menos de 30% e 50%, estaria apto a fazer os 100% estimados para a contratação. Isso não é feito e nem mencionado, apenas se insiste que não deveria haver quantidade mínima, pretendendo guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei de licitações. 11. Ora, a interpretação do autor conduz ao absurdo, pois, porque a Lei prescreveria uma quantidade compatível, no inciso II do art. 30 para, depois, vedar a exigência de toda e qualquer quantidade no inciso I do parágrafo primeiro do mesmo artigo. Só resta admitir que há diferenciação de natureza das coisas que se permite ou não quantificar minimamente. 12. Da leitura atenta dos dispositivos, percebe-se essa diferença de natureza. No inciso II se refere à atividade, isto é, atributos gerais do produto a ser fornecido ou do serviço a ser prestado. Já o § 1º distingue duas naturezas: uma técnico-profissional - inciso I - trata da exigência de existir profissional de nível superior no quadro da licitante, vedando, neste caso, a exigência de quantidade mínima de profissionais ou prazo mínimo de experiência. A outra natureza, seria a técnico-operacional, cujo delineamento seria tratado no inciso II, que foi vetado. 13. Considerando a jurisprudência do TCU, esse entendimento do inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93 foi adotado no parágrafo 18 da proposta de decisão condutora do Acórdão 124/2002 - Plenário: Significa dizer, pois, que a vedação de exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos na comprovação da capacitação técnico-profissional cinge-se aos contornos da experiência do profissional. 14. Do exposto, considerando que o autor não alegou nem comprovou a dessemelhança das quantidades mínimas a serem exigidas nos atestados com as quantidades estimadas para a contratação e que o entendimento por ele desposado, considerada a natureza do elemento quantificado, não encontra guarida no inciso I do parágrafo primeiro do art. 30 da Lei 8.666/93, não é procedente a representação. (Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-012.001/2002-7. Decisão nº 1288/2002 - Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. DOU de 04.10.2002.)

**A proibição de cláusulas ou condições restritivas do caráter competitivo da licitação não constitui óbice a que a Administração estabeleça os requisitos mínimos para participação no certame considerados necessários à garantia**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



da execução do contrato, à segurança e perfeição da obra ou do serviço, a regularidade do fornecimento ou ao atendimento de qualquer outro interesse público (fundamentação legal: art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93). (Tribunal de Contas da União. Processo nº 007.358/2002-5. Acórdão nº 32/2003 - 1ª Câmara. Relator: Av. Afonso Pena, 1.901 – Edifício Séculos - Funcionários – Belo Horizonte – MG - CEP 30130-004 ESTADO DE MINAS GERAIS ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO Ministro Marcos Bemquerer. DOU de 06.02.2003.)" (grifo nosso)

De fato, sobre o cabimento de exigências de capacitação técnica há inúmeras decisões do TCU, como exemplifica o seguinte trecho: "... 12. Impende frisar que a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. ..." (Acórdão nº 877/2006, Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar) (grifo nosso)

Feito essas considerações anteriormente tecidas, reputa-se legal as exigências contidas no edital, não havendo fundamento normativo para a sua alteração/impugnação.

OPINO;

Ao que se refere aos itens III – Da aglutinação de licenciamento e uso de Software e Datacenter, IV – Ausência de indicação da parcela de maior relevância e V – Das irregularidades técnicas verificadas, de maneira jurídica e literal não vislumbro óbices, todavia orientamos que seja verificado pelo corpo técnico as alegações do item 'v' da impugnação, caso não constate tais irregularidade, OPINAMOS por manter as condições editalíssimas.

Alega a preponente que não obteve resposta referente a irregularidades técnicas apontadas na impugnação anterior, RECOMENDO, que o corpo técnico apresente as respostas necessárias caso não tenha o feito.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CNPJ: 19.875.046/0001-82



**CONCLUSÃO**

Ex positis e por todo o exposto, opina-se pelo conhecimento da Impugnação apresentado pela impugnante **EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGOCIOS LTDA**, dado o preenchimento de seus requisitos extrínsecos e intrínsecos.

Para no opinar, em uma análise de mérito administrativo, que seja **NEGADO** a Impugnação apresentada, uma vez que seus argumentos não são Suficientes para Impugnação do edital.

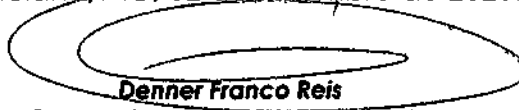
Assim OPINAMOS, apenas que seja dado resposta referente as supostas irregularidades técnicas apontas pela impugnante, caso ainda não tenha sido feito, verificada a regularidade pelo corpo técnico, que o certame siga seu rito normal ..

Repise-se aqui e alhures que opinamos no sentido de proteger o erário no sentido de o processo atingir seu fim maior, qual seja, a obtenção de proposta mais favorável, bem como que o município contate com quem tem capacidade financeira e, principalmente técnica de executar com qualidade o objeto licitado.

Por ora, é de se destacar que não vislumbro qualquer irregularidade nesse processo de licitação, já que foram obedecidas todas as exigências constantes na Lei Federal número 8.666/93, bem como as decisões até aqui tomadas.

S.M.J., eis o parecer.

Coronel Fabriciano/MG, 02 de setembro de 2020.

  
**Denner Franco Reis**  
Procurador Geral do Município de  
Coronel Fabriciano/MG  
OAB 104.909 MG



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.174.058/0001-18 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 12/01/1984
NOME EMPRESARIAL EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EICON CONTROLES INTELIGENTES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R BOM PASTOR	NÚMERO 2732	COMPLEMENTO SALA 87 TORRE NORTE
CEP 04.203-003	BAIRRO/DISTRITO IPIRANGA	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP	ENDEREÇO ELETRÔNICO ADM.VENDAS@TECNOGROUP.COM.BR	
TELEFONE (11) 2175-1111		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/09/2020 às 12:10:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO**  
Assessoria de Licitações  
Rua Boa Vista, nº 113, 3º andar – Edifício José Víví, antigo Hotel Sucupira – Centro – Coronel  
Fabriciano/ MG  
Fone: (31) 3846-7077 / (31) 3846-7063 / (31) 3846-7767



Coronel Fabriciano, 02 de Setembro de 2020.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2020**  
**PROCESSO DE COMPRA Nº 256/2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020**

**Objeto:** Cessão de direito de uso de software, 100% acessível via web, incluindo treinamento e suporte técnico, para realização da gestão, monitoramento e auditoria da apuração do valor adicionado municipal – VAF, por um período de 12 meses, conforme especificações técnicas descritas neste termo, tendo como fonte de receita: Recursos Ordinários.

#### **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO IMPETRADA**

Em resposta a 2ª impugnação impetrada pela empresa: EICON CONTROLE INTELIGENTE DE NEGÓCIOS LTDA informamos que os argumentos trazidos em sua peça, foi indeferido, com base no Parecer Jurídico emitido pelo Sr. Denner Franco Reis, Procurador Geral do Município, em 02/09/2020. Seguem as respostas, conforme descrito abaixo:

#### **I – DA IRREGULAR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NO CERTAME;**

##### **Resposta:**

Foi respondido anteriormente

#### **II – DA ILEGAL VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL:**

##### **Resposta:**

Foi respondido anteriormente

#### **III – DA AGLUTINAÇÃO DE LICENCIAMENTO E USO DE SOFTWARE E DATACENTER E VII – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

##### **Resposta:**

Foi respondido anteriormente

#### **IV – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.**

##### **Resposta:**

A critério da administração.

#### **V – DAS IRREGULARIDADES TÉCNICAS VERIFICADAS.**

##### **Resposta:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital.

**A data de abertura dos envelopes permanece marcada para o dia 03/09/2020 às 14hs.**

Atenciosamente,

  
PATRICIA CRISTINA FERREIRA SÁ  
Pregoeira

Assunto: **Re: ENC: Informação de protocolo de impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 29/2020**  
De: Setor de Licitação <licitacao@fabriciano.mg.gov.br>  
Para: Ueslei Almeida dos Santos <ueslei.santos@tecnogroup.com.br>  
Data: 02/09/2020 17:26



- RESPOSTAS A IMPUGNAÇÃO II.pdf (~314 KB)

Boa tarde!

Segue anexo resposta da Impugnação impetrada

---

Atenciosamente,

**Assessoria de Licitações**  
**Secretaria de Governança Jurídica**  
**Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano**  
**Telefone: (31) 3846-7077/7767/7078/7063**

Em 01/09/2020 13:32, Ueslei Almeida dos Santos escreveu:

Ilustríssimo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a),

Em atendimento ao que determina o edital, venho por meio desta noticiar que a empresa **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA** apresentou peça de impugnação em face das irregularidades verificadas no bojo do instrumento convocatório.

Requer, seja a presente recebida e no mérito que seja dado provimento, determinado a suspensão do certame.

**Peço ainda a gentileza de confirmar o recebimento do presente e-mail.**

Att.,

Ueslei Almeida

Para facilitar as buscas dos processos relacionados ao coronavírus Covid -19, Digite: "COVID" no campo OBJETO.

Processos Licitatórios

Detalhes do processo licitatório: 117/2020



Dados do processoFornecedoresPublicaçõesAtas de Registro de PreçoDotações

#	Tipo	Data	Título	
1	AVISO DE LICITAÇÃO	09-07-2020	RESUMO	31
2	EDITAL	09-07-2020	EDITAL E ANEXOS	31
3	COMUNICADO	17-07-2020	ADIAMENTO	31
4	COMUNICADO	20-07-2020	ADIAMENTO PARA 04/08/2020 ÀS 09:00	31
5	RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO IMPETRADA	23-07-2020	RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO	31
6	SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO	03-08-2020	SUSPENSÃO	31
7	COMUNICADO	04-08-2020	SUSPENSÃO	31
8	COMUNICADO	04-08-2020	IMPUGNAÇÃO EDITAL - CORONEL FABRICIANO	31
9	COMUNICADO	05-08-2020	IMPUGNAÇÃO EICON	31
10	COMUNICADO	14-08-2020	RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO	31
11	RETIFICAÇÃO	18-08-2020	RETIFICAÇÃO DO EDITAL	31
12	COMUNICADO	02-09-2020	resposta a segunda impugnação	31